

Maria Rita de Lima Assunção

ARQUITETURA NA PAISAGEM SERTANEJA

ESTUDO SOBRE AS
CASAS-GRANDES
DAS FAZENDAS DE GADO
NA RIBEIRA DO SERIDÓ



O presente livro está centrado no estudo das casas-grandes das fazendas de gado localizadas na região Seridó Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, área com características físicas hostis, porém rica pela tradição e pela cultura desenvolvida ao longo do processo da criação do gado, a partir do século XVII. Trata-se de um mundo patriarcal em torno das moradas sedes, do senhor da família e do vaqueiro, figura fundamental para o processo de formação da identidade local, dinâmica que originou a cultura sertaneja do Nordeste. Sob essa perspectiva, muitas casas de fazenda construídas tornaram-se uma sólida representação do patrimônio e da paisagem cultural conhecida como sertaneja; são bens que, com elevada simbologia, traduzem os processos socioculturais ali vividos e promovem uma rica interação entre o homem e o meio natural, envolvendo particularidades nos costumes e hábitos de morar. Nesta obra, fundamentamo-nos no pressuposto de que a arquitetura vernacular do Seridó contribui para a formação da paisagem sertaneja, logo, é a partir dos elementos tangíveis e intangíveis da paisagem que buscamos compreender o valor do patrimônio rural para além da sua materialidade, por meio de um processo atrelado à dinâmica histórica, econômica e sociocultural, tendo em vista a relação da arquitetura com a paisagem e o território.



Arquitetura na Paisagem Sertaneja



Série
**História, Cultura
& Identidades**

Diretores da Série

Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves

Departamento de História, UEPG

Profa Dra. Valeria Floriano Machado

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação-UFPR

Comitê Editorial Científico

Prof. Dr. Cezar Karpinski

Departamento de Ciência da Informação/UFSC

Prof. Dr. Charles Monteiro

Departamento de História, PUC-RS

Prof. Dr. Cláudio DeNipoti

Departamento de História, UEL

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, UFPR

Profa. Dra. Daniela Casoni Moscato

SEED PR

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat

Departamento de História, UEPG

Prof. Dr. Fabio Nigra

Departamento de História, Universidad de Buenos Aires

Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez

Departamento de História, UEPG

Prof. Dr. José Damião Rodrigues

Centro de História, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer

Departamento de História, UNIOESTE

Profa. Dra. Patrícia Camera Varella

Departamentos de Artes, UEPG.

Prof. Dr. Robson Laverdi

Departamento de História, UEPG

Profa. Dra. Rosângela Wosiack Zulian

Departamento de História, UEPG

Arquitetura na Paisagem Sertaneja

**Estudo sobre as casas-grandes das
fazendas de gado na Ribeira do Seridó**

Maria Rita de Lima Assunção



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Fotografia de Capa: Maria Rita de Lima Assunção

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série História, Cultura e Identidades – 18

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima

Arquitetura na Paisagem Sertaneja: estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó [recurso eletrônico] / Maria Rita de Lima Assunção -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

285 p.

ISBN - 978-65-5917-101-9

DOI - 10.22350/9786559171019

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Arquitetura; 2. Sertaneja; 3. Ribeira do Seridó; 4. História; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aos sertanejos que carregam o amor pelo Seridó.

“Era o riscar primeiro e mais primário dos que distantes viviam das pancadas do mar, apascentavam rebanhos, subiam os rios secos do sertão, estancavam currais, erguiam casas de duas-águas, faziam posses e, ilhados do outro mundo, viviam em seus mundos e conheciam quase tudo o que era seu do que não era seu pelos desenhos dos ferros”

(Oswaldo Lamartine de Faria, *Ferros de ribeiras do Rio Grande do Norte*, 1984, p.23)

Agradecimentos

Este livro é fruto da dissertação de mestrado, defendida em julho de 2019, no âmbito do Mestrado em História da Arte, Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DCTP - Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio).

Durante o processo de elaboração da dissertação, instituições e pessoas estiverem presentes, cada uma com sua parcela de contribuição em forma de dados de pesquisa, orientação acadêmica, conhecimentos, afetos. Ressalto que este trabalho não poderia ter sido feito sem esses apoios, aos quais expresso toda minha gratidão.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência do Rio Grande do Norte, pelo apoio à continuidade dos estudos sobre o patrimônio rural da região Seridó Potiguar, pela confiança em mim depositada e pelas trocas de saberes durante as segunda e terceira fases do Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar. Ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN pela colaboração e pelo suporte técnico prestados no decorrer da elaboração da dissertação.

Ao Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual, em especial à coordenação do curso e equipe de professores, pela acolhida a minha proposta de estudo e pelos excelentes conteúdos ministrados durante os dois anos de curso, o que possibilitou um maior aprendizado e troca de experiências. Ao professor Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes, por sua orientação, suas críticas construtivas e sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

Agradeço igualmente à Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte, RN, pelo acolhimento e pelo esteio aos trabalhos de campo destinados à

efetivação da análise comparativa do estado de situação do patrimônio rural local.

Aos moradores, proprietários das casas-grandes visitadas, pela gentileza de abrirem as portas de suas moradas e de sua existência. Aos sertanejos de sorriso caloroso e farto que conheci à época do Inventário de Conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar, pelo novo acolhimento.

À minha família seridoense, memória viva e latente do sertão do Seridó, encarregada de nutrir as melhores passagens da minha infância junto aos Currais e ao Cruzeiro da cidade de Currais Novos, RN. À Silvio, pelo apoio incondicional. À Malu, por ficar sempre ao meu lado. Aos meus pais, Luiz e Lúcia, maiores incentivadores e apoiadores da minha carreira, responsáveis pelo melhor que há em mim. Sem vocês, nada seria possível. Minha eterna gratidão!

Sumário

Prefácio.....	17
1	21
Introdução	
Objetivos	22
Metodologia	23
Estrutura.....	24
2.....	27
Trajatória da arquitetura rural	
2.1 O patrimônio vernáculo construído.....	27
2.2 Arquitetura rural em contexto internacional	37
2.3 Principais contributos para a salvaguarda da arquitetura rural no Brasil	51
2.3.1 Preservação em âmbito estadual: Rio Grande do Norte	69
2.3.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema da arquitetura rural do Seridó.....	73
3.....	83
O território do Seridó	
3.1 Processo de formação histórica	83
3.1.1 Interiorização do Rio Grande do Norte	88
3.1.2 Sertões de dentro e de fora: estrada das boiadas.....	96
3.1.3 Lavouras e a cultura do algodão	100
3.2 Paisagem sertaneja.....	103
3.2.1 O Seridó Potiguar	110
Localização.....	111
3.2.2 Sua gente	114
3.2.2.1 Fazendeiros	115
3.2.2.2 Vaqueiros	117
3.2.2.3 Escravizados	119
3.2.2.4 Moradores.....	119

3.2.3 Práticas culturais na dinâmica do Seridó	121
3.2.3.1 Ferros da Ribeira	122
3.2.3.2 Pega e apartação.....	126
3.2.3.3 Festas religiosas e populares.....	128
3.2.3.4 Paladar sertanejo.....	131
3.2.3.5 Bordados	133
4.....	137
A arquitetura na paisagem sertaneja	
4.1 Considerações iniciais.....	137
4.2 As casas-grandes das fazendas do Seridó	142
4.3 Caracterização das casas-grandes.....	144
4.3.1 Data e autoria do patrimônio analisado.....	146
4.3.2 Ambiência, implantação e orientação.....	147
4.3.3 Partido arquitetônico.....	152
4.3.4 Programa funcional: uso social do espaço doméstico.....	153
4.3.4.1 Setor de receber/estar.....	158
4.3.4.2 Setor de repouso	164
4.3.4.3 Setor de serviço	169
4.3.5 Materiais e sistemas construtivos	174
4.3.5.1 Alvenaria.....	174
4.3.5.2 Alicerce.....	177
4.3.5.3 Piso.....	179
4.3.5.4 Revestimento	180
4.3.5.5 Vão e vedações.....	181
4.3.5.6 Cobertura	184
4.3.6 Considerações sobre o estudo tipológico.....	187

5.....	195
Estudo comparativo do estado de situação das casas-grandes de Serra Negra do Norte, RN	
5.1 Casas-grandes analisadas.....	196
5.2 Procedimentos metodológicos.....	197
5.2.1 Metodologia SICG.....	199
5.2.2 Fichas.....	201
5.3 Resultados e discussões.....	206
Considerações finais.....	225
Referências.....	230
Apêndice.....	242
Apêndice 1. Bens arquitetônicos rurais tombados pelo IPHAN.....	242
Apêndice 2. Estudo tipológico.....	245
Anexo.....	285
Anexo 1. Cronologia da seca no nordeste (1583 - 1909).....	285

Prefácio

Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes ¹

A patrimoniologia, conjunto das ciências que estudam o Patrimônio, inclui no seu corpo metodológico o inventário como forma de reconhecimento, registo e salvaguarda de bens materiais e imateriais. Sem inventário dificilmente se reconhecem especificidades e características valorativas dos patrimônios e, com certeza, se não aplicarão medidas de proteção aos mesmos.

No caso do patrimônio cultural imóvel, nomeadamente o edificado, por que sujeito a vicissitudes diversas relacionadas com a sua utilização na diacronia, um inventário não pode cingir-se ao registo estático, único, sob pena de perder-se informação histórica e de continuidade. O edificado civil, por exemplo, com funções que levam à sua transformação, reabilitação ou mesmo à destruição, um inventário cumulativo e dinâmico é necessário não só para a gestão (se tal for o caso, em contexto institucional), mas para um conhecimento integrado no tempo da sua existência.

No estudo desenvolvido por Maria Rita Assunção sobre as Casas-grandes das Fazendas de gado na Ribeira do Seridó, Brasil, assecurou-se o exposto acima. Desenvolvido no contexto do segundo ciclo de estudos em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a investigadora levou a cabo um notável levantamento do patrimônio cultural edificado daquela região, propondo leituras integradas, quer quanto às suas características morfológicas, quer

¹ Prof. Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes; Prof. Auxiliar do Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio Faculdade de Letras – Universidade do Porto.

quanto à sua implantação no território como reflexo da geografia e dos recursos disponíveis e utilizados pelo Homem seridoense.

Procurando conciliar o modo de ver em arquitectura com a sensibilidade que se pede a um patrimónólogo, conciliando conceitos mais ou menos imobilistas de preservação e defesa com os de entendimento pelas mudanças humanas, sociais, económicas, urbanísticas, etc., Maria Rita Assunção desenvolveu um trabalho de importante olhar globalizante e abrangente.

Nesse sentido, importa salientar o trabalho de síntese sobre questões de patrimônio e patrimônio vernacular, os contributos metodológicos para o levantamento e registo (tombo) do objeto de estudo – a casa-grande da fazenda – e uma percepção integrada e rica sobre o território e o que este revela como suporte para tal edificado.

Acresce, ainda, as importantes leituras que contribuíram para uma revisão literária que importa “refrescar” nestas áreas do patrimônio, patrimônio vernacular e paisagem, no que terá contribuído, cremos, o contato da autora com obras e casos portugueses, histórica e culturalmente próximos ao brasileiro e, em particular, ao “universo” do Seridó.



Foto: Maria Rita Assunção

Introdução

O presente trabalho está centrado no estudo das casas-grandes das fazendas de gado localizadas na região do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, área com características físicas hostis, porém rica pela tradição e pela cultura desenvolvida ao longo do processo da criação do gado, a partir do século XVII. Trata-se de um mundo patriarcal em torno das moradas sedes, do senhor da família e do vaqueiro, figura fundamental para o processo de formação da identidade local, dinâmica que originou a *cultura sertaneja do Nordeste*. Sob essa perspectiva, muitas casas de fazenda construídas tornaram-se uma sólida representação do patrimônio e da paisagem cultural conhecida como *sertaneja*; são bens que, com elevada simbologia, traduzem os processos socioculturais ali vividos e promovem uma rica interação entre o homem e sua ambiência, envolvendo particularidades nos costumes e hábitos de morar.

Nesta pesquisa, fundamentamo-nos no pressuposto de que a arquitetura vernacular do Seridó contribui para a formação da paisagem sertaneja, logo, é a partir dos elementos tangíveis e intangíveis da paisagem que buscamos compreender o valor do patrimônio rural para além da sua materialidade, por meio de um processo atrelado à dinâmica histórica, econômica e social, tendo em vista a relação da arquitetura com a paisagem e o território.

Desenvolvemos o presente estudo com base no relatório técnico *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó* (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), referente à terceira etapa de um projeto a cargo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio Grande do Norte (doravante IPHAN-RN) e

finalizado com a publicação do *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012a). O referido relatório técnico, produto do nosso acompanhamento dos trabalhos de campo junto ao IPHAN, inventariou quarenta casas de fazendas em seis municípios da região do Seridó Potiguar. Dentre os fatores de ordem prática que motivaram a continuidade dessa pesquisa, consideramos a oportunidade de ampliar e atualizar o estudo das habitações rurais, monitorar o patrimônio anteriormente inventariado e traçar algumas considerações sobre a atual rede de proteção desses exemplares.

Objetivos

As edificações rurais encontram-se distribuídas por toda a Ribeira do Seridó, pertencentes a particulares que, desde a época do relatório técnico mencionado (2010), estavam entregues, em sua maioria, às famílias de moradores que utilizavam o espaço como habitação e, dessa forma, mantinham as casas em uso.

Percebemos, durante essa fase, um certo desgaste dessas habitações e pouca interação por parte dos proprietários, observação inicial que norteou os objetivos de nossa investigação.

Como objetivo geral, pretendemos realizar um estudo sobre a arquitetura rural da região do Seridó como uma manifestação do patrimônio cultural, considerado numa concepção mais ampla, centrada tanto no valor do objeto quanto na sua ambiência social. Evidenciando sua relevância como bem patrimonial pertencente à paisagem cultural sertaneja, esperamos contribuir para a valorização e a preservação desse patrimônio. Para tanto, direcionamos nosso olhar para o objeto de estudo com os seguintes objetivos específicos:

- apresentar uma explanação sobre a formação da região do Seridó Potiguar, enquadrando a área de estudo no contexto histórico e geográfico;

- procurar entender a paisagem sertaneja como uma interação entre o homem sertanejo e o ambiente do sertão do Seridó nos aspectos do território, de sua gente e das práticas culturais existentes;
- estabelecer a relação entre a construção do edificado e o vínculo com o território refletido nos materiais e na arquitetura, mediante a caracterização e o estudo tipológico das habitações rurais contempladas no relatório técnico *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó* (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010);
- apresentar um diagnóstico do estado de situação em que essas edificações se encontram para assim projetar um discurso quanto às políticas de proteção desses bens.

Metodologia

A proposta metodológica caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, procurando compreender as casas de fazenda como manifestação do patrimônio cultural e agente constituidor da paisagem sertaneja. A pesquisa é multidisciplinar e traz contribuições para várias linhas dentro do programa de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual, embora nossa direção aponte para os estudos do Patrimônio, Paisagem e do Território. A nossa investigação foi desenvolvida em duas fases: 1) revisão bibliográfica e 2) trabalho de campo para o monitoramento do objeto de estudo.

A primeira etapa consistiu na revisão da produção dos pesquisadores regionais envolvidos com o estudo da arquitetura rural, além de algumas pesquisas anteriormente desenvolvidas. Utilizamos fontes primárias e secundárias sobre o Seridó e seu patrimônio edificado, como os inventários deixados pelos proprietários das fazendas e tivemos acesso aos arquivos com produções sobre o patrimônio cultural do Seridó, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação José Augusto.

Ainda dentro dessa fase, centramos nossos esforços na caracterização da arquitetura rural, realizando um estudo tipológico, além de explorar as condições da implantação, do partido arquitetônico, do programa

funcional e dos materiais e sistemas construtivos com base nos dados do relatório técnico (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), além de seguir a metodologia utilizada pelo IPHAN para a produção do *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012a) e da dissertação desenvolvida por Diniz (2008), por sua relevância quanto ao estudo da arquitetura rural do Seridó.

Para o estudo comparativo que fundamenta a segunda etapa da pesquisa, fizemos um levantamento de campo com foco no monitoramento do estado de situação das edificações do município de Serra Negra do Norte. Estabelecemos contato com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (doravante DEPAM) do IPHAN para obtenção do acesso à metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (doravante SICG), material que utilizamos na coleta dos dados *in loco*. Em sequência, procedemos à compilação do material recolhido e à produção de uma ficha específica para nosso objeto de estudo, ações que foram seguidas de algumas considerações sobre o cenário encontrado.

Estrutura

A reflexão construída ao longo de nossa pesquisa substancializa-se em cinco capítulos, incluindo, nessa totalidade, esta introdução (nomeadamente o primeiro capítulo), em que apresentamos nossa proposição temática e justificamos sua singularidade e relevância, além de apresentarmos alguns procedimentos metodológicos.

No segundo capítulo, *Trajetória da arquitetura rural*, discorreremos sobre os conceitos, as resoluções e as cartas patrimoniais referentes ao patrimônio arquitetônico rural e vernacular. Abordamos de uma forma geral o entendimento acerca do patrimônio vernacular para, em sequência, verificar os contributos em âmbito nacional, nomeadamente as práticas e atuações do IPHAN até a preservação em âmbito estadual. Por fim, resenhamos as pesquisas acadêmicas sobre os temas da arquitetura rural e do Seridó que tomamos por referencial de base.

No terceiro capítulo, *O território do Seridó*, apresentamos uma contextualização da região, estruturada em duas partes. Na primeira parte, abordamos o processo de formação histórica do estado do Rio Grande do Norte e do Seridó, com o objetivo de compreender a dinâmica de implantação das fazendas na região; na segunda, tratamos da paisagem sertaneja, expondo contextos culturais mais complexos: o espaço do Seridó, sua gente e as práticas culturais como uma interação significativa entre o sertanejo e sua ambiência, elementos que configuram e marcam esse território e que são fundamentais para o entendimento do patrimônio rural da região.

No quarto capítulo, *A arquitetura na paisagem sertaneja*, analisamos a arquitetura da paisagem sertaneja e apresentamos a caracterização e os fundamentos de implantação das casas-grandes, além de um estudo tipológico abordando a composição da planta baixa e a cobertura, entre outros elementos importantes para a caracterização desse patrimônio.

No quinto capítulo, *Estudo comparativo do estado de situação das casas-grandes de Serra Negra do Norte, RN*, procedemos a uma análise específica do patrimônio rural do município de Serra Negra com o objetivo de averiguar a evolução do estado de situação dessas habitações, estabelecendo uma comparação entre o contexto registrado no levantamento de 2010, a partir das informações que constam no relatório técnico mencionado (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), e o de 2019. Mediante as informações obtidas, produzimos uma nova base de dados e tecemos algumas considerações referentes às políticas de proteção do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar.

Encerradas as análises, apresentamos no sexto capítulo, *Considerações Finais*, uma síntese dos dados advindos de nossa investigação e de algumas reflexões tecidas ao longo desta pesquisa.



Foto: Maria Rita Assunção

Trajetória da arquitetura rural

2.1 O patrimônio vernáculo construído

O patrimônio vernacular construído ou tradicional, tal como está internacionalmente definido na *Carta sobre o patrimônio construído vernacular*, ratificada pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (doravante ICOMOS), na cidade do México, em 1999, é “a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território, e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo” (CORREIA; LOPES, 2014, p. 341). Reconhecido como uma criação característica e genuína da sociedade, manifesta-se de forma aparentemente irregular, refletindo a vida contemporânea a partir de uma paisagem humanizada e apresentando-se, simultaneamente, como testemunho da criação humana e também da criação do tempo.

Nesse sentido, o patrimônio tradicional, em sua riqueza e sua diversidade, configura a memória e identidade sentida e reconhecida pela comunidade. Essa constatação é uma construção social na busca por referentes culturais passíveis de serem assumidos como elementos de diferenciação simbólica dentro dos vários grupos sociais. Portanto, as práticas culturais são também representações sociais e marcas significativas que têm no território e no patrimônio ali construído um elo indissociável, criando um lugar singular e expressivo. A partir do vínculo patrimônio e cultura, entendemos a condição não estática do patrimônio vernacular, reconhecida e preservada pela transmissão de conhecimentos, da diversidade de soluções e da capacidade humana de aprender e inovar. Na *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular da*

UNESCO, 1989 (CORREIA; LOPES, 2014, p. 273), documento que ressalta a importância do olhar para a cultura tradicional e popular como parte do patrimônio universal da humanidade, reafirma-se que essa relação é um meio poderoso de aproximação entre diferentes povos e grupos sociais e de afirmação das suas identidades culturais. Registra-se também a sua importância social, econômica, cultural e política, o seu papel na história dos povos, sublinhando a natureza específica e a importância da cultura como parte integrante do patrimônio. Para os fins da Recomendação, a definição de cultura tradicional e popular é a seguinte:

Conjunto das criações, baseadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural e que são expressadas por um grupo ou por indivíduos, respondendo reconhecidamente às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, apresentando normas e valores que se transmitem oralmente, por imitação ou de outra forma. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (CORREIA; LOPES, 2014, p. 273).

Consideramos, ainda, que, na análise do conceito de arquitetura vernácula, não se reconhecem “estilos arquitetônicos, mas a sua essencialidade tipológica e morfológica, compreendida como uma arquitetura comum, anônima, que constitui a fisionomia das povoações, e se diferencia de acordo com as expressões e linguagens culturais locais” (MARQUES; AZUMA, 2009, p. 47). Nessa diversidade tipológica, o *rural* surge como um exemplar de natureza *vernácula* caracterizada pelo produto imediato da relação do homem com o meio natural envolvente, em razão da sua necessidade básica de abrigo. “Estas implicações traduzem-se numa diferenciação regional pela utilização de materiais e técnicas locais, pela adaptação às especificidades climáticas, à estrutura familiar e respectiva atividade econômica e aos costumes da comunidade” (FERNANDES; MATEUS, 2011, p. 212). Portanto, quando falamos em patrimônio rural como objeto do nosso estudo, compreendemos que este só poderá ser entendido como uma composição de elementos naturais e

também culturais, de forma articulada, que *apela* por uma definição abrangente e plural.

No entendimento de Baganha e Cenicacelaya (2005), a valorização da arquitetura vernácula na Europa desperta em meados do século XVIII, motivada por uma reação ao barroco e acompanhada por um interesse pela razão, inerente a uma atração pelo natural e pela natureza. Ainda segundo esses mesmos autores, o gosto da nobreza pelo rural já havia produzido excelentes exemplos de arquitetura pitoresca na Inglaterra, desde os tempos de Lord Burlington e William Kent, arquitetos ingleses reconhecidos por seus trabalhos com a arquitetura palladiana na Grã-Bretanha, durante a primeira metade do século XVIII. Afirmam ainda que, sem dúvida, a Inglaterra foi a região onde o interesse pela habitação unifamiliar tradicional mais se intensificou, chegando ao ponto de constituir uma referência para o resto dos países europeus. A. W. Pugin (1812-1852), cujas ideias foram reproduzidas por teóricos importantes como Ruskin e Morris, mostrou um particular interesse pela recuperação das aldeias medievais. Em meados do século XIX, os arquitetos seguidores das ideias de Pugin, Ruskin e Morris assumiram um interesse particular pelas características da arquitetura local (BAGANHA; CENICACELAYA, 2005).

Baganha e Cenicacelaya informam que, a partir de meados do século XIX, surge, com impulso, um verdadeiro atrativo pela denominada arquitetura vernácula, o que fez renascer um verdadeiro fascínio por uma herança da arquitetura característica de cada lugar. Arquitetos como P. Webb (1831-1916), W. R. Lethaby (1857-1931), C. F. A. Voysey (1857-1941) e E. S. Prior (1852-1932) deixaram exemplos de interpretação da arquitetura vernácula, tingidos pelas ideias herdadas do movimento pitoresco de Pugin ou Ruskin (BAGANHA; CENICACELAYA, 2005).

Outra fase na construção do pensamento vernacular na Europa é a Revolução Industrial, responsável por quebrar a linha evolutiva do conhecimento vernacular através das intensas alterações sequenciais impostas e deixar de lado a tradição de construir formas próprias,

transmitidas de geração em geração (FERNANDES; MATEUS, 2011). Em *As questões do patrimônio, antologia para um debate*, Choay (2015) refere-se à Revolução Industrial como a “segunda revolução cultural”, desencadeada pelo advento do maquinismo, acompanhado dos desenvolvimentos consecutivos da produção industrial e dos transportes ferroviários. Segundo a autora, essa revolução provocou não somente o êxodo rural mas também a reviravolta nos meios de tradicionais, a formação do proletariado urbano e, igualmente, a transformação das mentalidades (CHOAY, 2015).

Na segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial marca o prelúdio de uma nova era: “a crescente euforia tecnológica dá início à ruptura com as tradições” (FERNANDES; MATEUS, 2011, p. 207). As populações rurais, na expectativa de uma vida melhor obtida nos meios urbanos, iniciam um êxodo rumo às cidades para se tornarem parte da mão de obra das novas indústrias. A desertificação dos meios rurais fez com que estratos de conhecimento e experiência, acumulados ao longo de milhares de anos, começassem a se perder (FERNANDES; MATEUS, 2011). A industrialização proporcionou o surgimento de novos materiais e o desenvolvimento tecnológico de outros, dos quais se destacam o vidro, o cimento e o aço. A utilização crescente desses novos materiais industrializados e padronizados homogeneizou as distintas formas de construção, assim como os modos de viver, até então dependentes dos materiais disponíveis no lugar (FERNANDES; MATEUS, 2011).

Em sequência, o *Movimento Moderno* corta as raízes com o passado vernacular. Os modelos higienistas propagaram-se em contraposição às cidades sujas da Revolução Industrial. A proliferação desse pensamento começou a se interiorizar, lentamente, nas diversas culturas (FERNANDES; MATEUS, 2011). A imagem forte de uma arquitetura que se assumia como universal passou a erodir as culturas tradicionais, que viam, nesse modelo, o reflexo de uma vida melhor.

Na década de 1950, alguns arquitetos resolveram retomar os ideais vernaculares e começaram a incluir o vernáculo na teoria da arquitetura,

tendo como nomes a impulsionar essa nova fase, Adolf Loos (1870–1933), Frank Lloyd Wright (1867–1959) e Le Corbusier (1887–1965). Em 1964, Bernard Rudofsky (1905–1988) organiza a exposição mundial *Architecture without architects*, no Museum of Modern Art (MOMA), com o objetivo de expor uma arquitetura conhecida como arquitetura *sem pedigree*, expressão escolhida por Rudofsky intencionalmente como forma de assinalar que ali já existia uma arquitetura antes mesmo de existirem arquitetos (COSTA, 2017). Essas novas articulações foram extremamente relevantes para fomentar uma outra perspectiva sobre essas construções colocadas em segundo plano com a difusão do *Movimento Moderno*.

Em fins da década de 1960, o estudo sobre essa temática deixou de enfatizar a beleza, debruçando-se sobre o aspecto tecnológico, social e ambiental em que foram construídas. Para tal, contribuíram as obras *Shelter and society* (1969), de Paul Oliver, e *House form and culture* (1969), de Amos Rapoport (COSTA, 2017).

Mantendo essa premissa, destacamos a importância de analisar e expandir a temática a partir do pensamento de alguns autores. Paul Oliver (1927-2017), um dos principais estudiosos da arquitetura vernacular, procura explicitar seu significado em *Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture* (OLIVER, 2006). Nessa obra, ao abordar a etimologia da palavra, originária do vocábulo latino *vernaculus*, que significa nativo, o autor afirma que arquitetura vernacular pode ser entendida como a ciência da construção nativa, ou seja, aquela marcada pelo seu caráter étnico e regional (OLIVER, 2006, p.4). Ele reconhece que o termo *arquitetura vernacular* é mais fácil de exemplificar do que mesmo definir. Por isso, após fornecer vários exemplos, em diferentes partes do mundo, de tipos de arquitetura vernacular, ele faz a seguinte ponderação:

The mistake may be to take a structural, materials or formal view of the built forms of various societies and to classify them according to their degree of permanence, technology and form. It is better I believe, to consider these aspects of the architecture of cultures in the context of their environments and

essentially, in relation to their capacity to meet the values and needs of the societies that have built them (OLIVER, 2006, p. 18).

Em *Atlas of vernacular architecture of the world*, Bridge, Oliver e Vellinga (2007) destacam que essas arquiteturas compreendem habitações e edifícios do povo, produzidos nos seus contextos ambientais utilizando os recursos disponíveis e as tecnologias tradicionais; além disso, acrescentam que todas as formas vernaculares são desenvolvidas para atender às necessidades específicas, acomodando valores, economias e os modos de vida das culturas que as produzem. No campo acadêmico, eles ainda destacam que, até o século XX, a maior parte das pesquisas e das atividades de ensino nessa área preocupava-se mais com a arquitetura formal e monumental enquanto o edificado tradicional parecia menos significativo. Consequentemente, as suas pesquisas geram uma diversidade de tipos vernáculos ao redor do mundo, sendo conclusiva, portanto, quanto à impossibilidade de falarmos em um campo de estudo no singular (BRIDGE; OLIVER; VELLINGA, 2007).

Françoise Choay, em *Alegoria do patrimônio*, ressalta que, depois da Segunda Guerra Mundial, todas as formas da arte de construir – eruditas e populares, urbanas e rurais – e todas as categorias de edifícios – públicos e privados, santuários e utilitários – foram anexadas sob novas denominações: *arquitetura menor*, termo proveniente de Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; *arquitetura vernacular*, para distinguir os edifícios marcadamente locais (CHOAY, 1999).

Dentre as concepções dos arquitetos brasileiros, destacamos as de Weimer Gunter e Carlos Lemos. Weimer, ao substituir o adjetivo *vernacular* por *popular*, cria a expressão *arquitetura popular*, pois, segundo ele, a expressão *arquitetura popular brasileira* corresponde melhor ao seu objeto, de acordo com estudos etimológicos da palavra, por estar impregnada de um sentido nacional livre de estrangeirismos (BORGES, 2015). Ele define essa arquitetura como “aquela que é própria

do povo e por ele é realizada” (LORDELLO, 2016, p. 1). Explicitando melhor, complementa:

Essa definição parece ser extremamente atual e feliz: exclui a arquitetura realizada para as elites – denominada erudita – [...] o equacionamento da arquitetura popular não poderia se reduzir a uma apreciação de suas qualidades plásticas, conquanto nessas manifestações as características funcionais e – principalmente – construtivas são bem mais preponderantes (WEIMER, 2007, p. 50).

Lemos também considera a arquitetura vernacular como aquela que é feita pelo povo, sendo de característica empírica e fundamentada no uso de materiais e recursos do lugar adaptados às condicionantes locais. Em suas próprias palavras:

A arquitetura vernácula é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu ilimitado repertório de conhecimentos, num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recurso em condições climáticas bem características. Com seu próprio e exclusivo saber fazer, essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo as peculiares necessidades expressas em programas por próprios e únicos usos e costumes. A casa vernácula é, portanto, uma expressão cultural. Só pode ser daquele povo e daquele sítio. É uma arquitetura que percorre gerações. É funcional. Está fora dessas questões ligadas a estilos arquitetônicos (LE MOS, 1989, p. 15).

Concordamos quando Borges (2015) afirma que os conceitos apresentados por Weimer e Lemos precisam ser interpretados com cautela, pois, quando relacionam a arquitetura vernacular como sendo popular, acabam por induzir a um pensamento de que somente as edificações menores podem ser determinadas como tipos vernáculos. Da mesma forma, concordamos com os ensinamentos de Oliver quando na interpretação do conceito de arquitetura vernácula, cita os exemplos das casas com estrutura de madeira, as *timber-framed houses*, nas Ilhas Britânicas, e as aldeias de pedra, em Cotswolds. Segundo o autor, “essas casas, com tal solidez e construção, não são vistas como vernáculos; em alguns países, são frequentemente referenciadas a edifícios mais simples”

(OLIVER, 2006, p.17). Acreditando que o erro está em fixar-se somente numa análise estrutural ou formal, considera que esses aspectos precisam ser avaliados levando-se em consideração a cultura e o contexto de seus ambientes, seja ele rural ou urbano. Da mesma forma, é importante conhecer a “relação de valores e necessidades estabelecidas pela sociedade que os produz” (OLIVER, 2006, p.18).



Figura 1 – Cotswold Village
Fonte: Oliver (2006, p. 18).

Compactuando com a proposição de Oliver, John Brinckerhoff Jackson, em *Discovering the vernacular landscape* (JACKSON, 1984), procurou dar voz aos novos arranjos que surgiram nos Estados Unidos com o processo de colonização. São ponderações significativas a respeito do conceito de arquitetura vernácula e de sua paisagem mediante estudo centrado no território americano. Na visão do autor, a definição dessa arquitetura deve integrar uma análise do edificado em função da comunidade, evitando centrar-se estritamente nas técnicas e formas.

Jackson nomeia o que tornou essa arquitetura exclusivamente americana: a abundância de madeira, a terra e o rápido crescimento da população. A partir dessa combinação do velho mundo com os fatores do novo, surgiu um tipo vernacular caracterizado por residências temporárias ou de curta duração voltadas para a família, com técnicas inovadoras e apelativas por um novo relacionamento com o ambiente.

Destacamos que, até hoje, a habitação temporária ou móvel, urbana ou rural, tem sido uma característica marcante da paisagem americana.



Figura 2 – Habitação móvel americana

Fonte: Jackson, 1975. Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=EG_453_0211.

Nesse sentido, percebemos que, assim como o de Oliver, o estudo de Jackson possibilita novas reflexões acerca do que podemos entender por esse tipo de arquitetura, pois amplia a concepção de habitação vernácula, como pode se observar no trecho que segue.

The american vernacular home, designed as a microenvironment, is dependent on the community not as a political entity but as a source of services, and we have accordingly developed settlement forms of a nonpolitical sort: the suburb, the company town, the trailer court, the resort area, and the condominium (JACKSON, 1984, p. 86).

Nos últimos anos, constatamos um interesse crescente pela procura da identidade, no meio do emergente fenômeno da globalização socioeconômica e da uniformização da cultura. As edificações históricas vernaculares, extremamente vulneráveis às mudanças contemporâneas, são como artefatos na afirmação dessas identidades, constituindo-se como parte integrante da memória social e cultural coletiva das cidades e comunidades.

Norteando-nos por essa perspectiva, destacamos a *Declaração de Québec sobre a preservação do “spiritu loci”* (ICOMOS, 2008) como uma

disposição necessária a ser considerada quanto às questões que se relacionam com o patrimônio vernacular. Esse documento foi produzido pelo ICOMOS, que assume a preservação do *spiritu loci* (o espírito do lugar) mediante a proteção do patrimônio tangível e intangível. A declaração mantém a premissa de que não se separam os elementos intangíveis dos tangíveis que compõem o espírito do lugar; ao contrário, ressalta que devem se investigar as muitas maneiras de como os dois interagem e se constroem mutuamente. Considera ainda que o *spiritu loci* oferece uma compreensão mais ampla do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais, por ser uma visão mais dinâmica e abrangente do patrimônio cultural. Em defesa de tal posição, argumenta:

Como o espírito do lugar é um processo em permanente reconstrução, que corresponde à necessidade por mudança e continuação das comunidades, nós afirmamos que pode variar ao longo do tempo e de uma cultura para outra, em conformidade com suas práticas de memória, e que um lugar pode ter vários espíritos e pode ser compartilhado por grupos diferentes (ICOMOS, 2008, p. 3).

“O espírito do lugar existe em todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em respostas às suas necessidades sociais” (ICOMOS, 2008, p. 2). Assim como o patrimônio vernacular, as sociedades tradicionais devem estar intimamente associadas à proteção de sua memória, sua vitalidade, sua continuidade e sua espiritualidade, pois a sua preservação recai como proteção para todos os outros bens que com ele se relacionam.

O significado histórico, cultural e simbólico do patrimônio vernacular tende hoje a ser interpretado como potencialidades de uso quanto ao seu papel na identidade cultural dos lugares e das populações, impondo uma consciência política, social e econômica. Corroborando tal posição, informa-nos a socióloga Manuela Reis: “Deixou há muito de estar unicamente confinado ao interesse das elites ou ao dever da proteção do

Estado, vindo a conquistar gradualmente o interesse das diferentes camadas sociais” (REIS, 1999, p. 79).

Essa temática vem sendo bastante explorada por converter-se num forte componente estratégico, possível de ser rentabilizado como elemento de desenvolvimento local, independentemente do contexto urbano ou rural. Como afirma Reis (1999, p. 79): “As políticas relativamente sobre a conservação e proteção do patrimônio vernacular tendem hoje cada vez mais a um olhar a cerca do ordenamento do território e de seu desenvolvimento”.

A propósito, percebemos ao longo da nossa investigação, essa vertente de transformar o patrimônio vernacular em uma ferramenta sustentável de crescimento e de manutenção dos vínculos dos indivíduos com o seu território.

Expostas as questões, somos levados a reconhecer e contemplar esse conjunto de elementos, materiais e imateriais, que compõe o patrimônio vernacular e que se desenvolve através das pessoas, dos lugares e de suas experiências, constituindo uma marca significativa do cotidiano e da identidade do território que o integra. Como apropriadamente defende Oliver (2008, p. 2), em entrevista: “Compreender somente os edifícios, mas não as suas motivações, os valores que as pessoas têm ao criá-los, não é, em minha opinião, compreendê-los realmente em sua totalidade”.

2.2 Arquitetura rural em contexto internacional

A internacionalização do tema arquitetura rural tem início com a elaboração dos documentos internacionais no século XX, nos quais, relativamente ao patrimônio rural, o continente europeu foi o primeiro a abordar de maneira mais detalhada a sua definição, a sua preservação e a sua dinamização.

O assunto é recente e foi referenciado pela primeira vez na Recomendação de Paris, instituída pela Conferência Geral da UNESCO de 1962. Nesse documento, que discorre sobre a salvaguarda da beleza e do

caráter das paisagens e dos sítios naturais, rurais e urbanos (CORREIA; LOPES, 2014), proteção é preservação, quando possível, e (ou) restituição do aspecto das paisagens e dos sítios naturais, rurais e urbanos, quer se deva à natureza, quer à obra do homem, que apresente um interesse cultural e estético ou que constitua meios naturais característicos. Além da preocupação com a proteção, a recomendação sugere a produção de planos de urbanização e de ordenamento do território urbano e rural, como vemos no trecho a seguir.

Os planos de urbanização e de ordenamento do território urbano e rural deverão incluir disposições relativas às restrições a impor para proteção das paisagens e dos sítios, mesmo não classificados, situados no território que esses planos englobem. Os planos de urbanização e de ordenamento do território urbanos e rural deverão ser realizados em função da sua urgência, nomeadamente para as cidades ou regiões em rápido desenvolvimento, onde a proteção do caráter estético ou pitoresco dos locais justifique o estabelecimento de tais planos (CORREIA; LOPES, 2014, p. 117).

A Recomendação também se preocupa com os perigos da vida moderna que acarretam sérias implicações às paisagens e aos sítios. O documento destaca, ainda, que é necessário estabelecer um controle preventivo e responsabilidades pelas medidas de preservação e classificação das paisagens por zonas, classificação de sítios isolados, aplicação de medidas de proteção e na medida do possível, soluções quanto ao restauro. De forma até pioneira, reflete sobre a educação do público, ao indicar que as ações quanto à defesa e à proteção das paisagens e dos sítios deveriam ser feitas dentro e fora do meio escolar, envolvendo a participação da imprensa, de associações privadas, de organismos ligados à promoção do turismo e dos Estados signatários.

No II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza, no ano de 1964, foi aprovada a *Carta de Veneza* (CORREIA; LOPES, 2014), texto produzido pelo ICOMOS sobre a *Conservação e o restauro de monumentos e sítios*, que consagra internacionalmente a noção de *sítio urbano e rural* com valor

patrimonial, lançando assim as bases para o reconhecimento, em particular, dos centros históricos urbanos como objeto de salvaguarda patrimonial.

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural (CORREIA; LOPES, 2014, p. 122).

A *Carta europeia do patrimônio arquitetônico*, produzida pelo Conselho da Europa em 26 de setembro de 1975, em Estrasburgo, contempla, mesmo que não diretamente, o termo *rural*, ao abordar o *patrimônio tradicional* como uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura europeia, que constitui a herança comum dos povos, cuja conservação exige o empenho de todos. E complementa:

O patrimônio arquitetônico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem (CORREIA; LOPES, 2014, p. 188).

Ao tratar do patrimônio tradicional rural destacamos ainda o *Apelo de Granada sobre a arquitetura rural e o ordenamento do território* (CORREIA; LOPES, 2014, p. 227), elaborado pelo Conselho da Europa, em 2 de novembro de 1977. Essa disposição aborda, de maneira direta, as ameaças e a necessária conservação desse patrimônio e de sua paisagem a partir de uma política de crescimento gradual, baseada, nomeadamente, na recuperação dos recursos existentes, naturais e construídos, e na análise objetiva do meio rural com seu território.

É um alerta sobre a ameaça de desaparecimento da paisagem e da arquitetura rural no continente europeu, devido ao desenvolvimento industrial da agricultura, o qual impõe parcelamentos rígidos e, sem

necessitar das construções antigas, volta-se para um abandono parcial e até mesmo total de regiões cuja exploração agrícola não é mais considerada rentável. O Conselho afirma ser necessário procurar todas as formas de conservação e de utilização do patrimônio arquitetônico rural, intimamente ligado às paisagens humanizadas do continente.

A política de conservação prevista no *Apelo de Granada* busca constituir um dos objetivos do ordenamento do território, e isso implica, em longo prazo, o desenvolvimento da sociedade baseado no respeito pelas relações harmoniosas entre o homem e a natureza.

Nas conclusões do Encontro, os participantes consideram a necessidade de reconhecer, no patrimônio arquitetônico rural, não só os valores estéticos mas também o testemunho de uma sabedoria secular. Para eles, integram esse patrimônio todas as construções, isoladas ou agrupadas, que:

Estejam ligadas às atividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como a pesca; apresentem um interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu caráter típico e pitoresco; se integram na paisagem de modo coerente (CORREIA; LOPES, 2014, p. 228).

O documento é finalizado com a declaração de que esse patrimônio está ameaçado e que seu desaparecimento seria uma perda irreparável. Além disso, responsabiliza o desenvolvimento industrial da agricultura, justificado por uma racionalização da produção, por sérias alterações estruturais dos elementos representativos da paisagem e pela descaracterização do patrimônio arquitetônico resultante do uso de elementos mal adaptados às construções antigas. Complementando suas denúncias, responsabiliza também o êxodo rural por reforçar grandes desequilíbrios demográficos e econômicos.

Dessa análise, advém a conclusão de que esses fenômenos contribuem para o desaparecimento da cultura local perante a cultura (dominante) da sociedade industrial e, conseqüentemente, para o empobrecimento do patrimônio cultural. Acrescente-se a isso, a promoção

desproporcional do turismo que, segundo o Conselho da Europa, causa perturbações profundas na vida rural assim como uma degradação do ambiente local.

A partir dessas reflexões e constatações, os participantes fazem algumas recomendações aos governos e traçam objetivos para as economias rurais competitivas e não competitivas. Às primeiras, propõem: adaptar os edifícios existentes à evolução das suas funções preservando o seu carácter; promover a integração dos novos edifícios que sejam indispensáveis e se beneficiar de meios técnicos para apoio e controle arquitetónico e estético. Às segundas, recomendam: reforçar as atividades tradicionais, concedendo apoios públicos à modernização de explorações agrícolas dificilmente rentáveis; promover novas atividades para criação e melhor distribuição territorial de empregos, melhoria da vida económica e rural, além de estabelecer apoios para equipamentos coletivos, reabilitação dos edifícios habitacionais existentes e conservação da paisagem (CORREIA; LOPES, 2014, p. 229-230).

Como forma de concretizar todos os elementos abordados no Apelo de Granada, os participantes recomendam, ainda, aos governos a produção de um inventário dos bens a manter, condição imprescindível à prática das políticas de conservação no âmbito do ordenamento do território.

Seguimos a análise das disposições com a criação da *Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa* (CORREIA; LOPES, 2014, p. 255) pelo Conselho da Europa, em 3 de outubro de 1985. Nessa resolução, o património arquitetónico passa a ter uma definição mais abrangente incluindo os monumentos, sítios e conjuntos, nesse último, construções urbanas e rurais são diretamente incluídas:

Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica (CORREIA; LOPES, 2014, p. 256).

A necessária conservação desse patrimônio, independentemente da sua natureza urbana ou rural, fica visível nos artigos da disposição; com esse pensamento, as partes se comprometem a realçar a unidade do patrimônio cultural a uma escala maior em que se inclui a europeia, nacional e a regional.

Em 13 de abril de 1989, o Conselho da Europa produz a Recomendação nº 6/89: *Sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural* (CORREIA; LOPES, 2014, p. 269). Esse documento considera que a evolução dos modos de produção agrícola e as consequentes mudanças sociais ameaçam a existência da arquitetura rural tradicional e da paisagem.

A Recomendação reitera que o patrimônio rural não é apenas uma das componentes mais autênticas da cultura europeia, mas, igualmente, um fator de desenvolvimento local. O reconhecimento do patrimônio construído e natural vincula os Estados membros e as instituições europeias no momento de definição das suas políticas agrícolas e ambientais e indica quatro orientações para a elaboração das políticas de proteção e valorização do patrimônio rural:

I - Salvar a memória coletiva da Europa rural através do desenvolvimento de instrumento de pesquisa e de identificação do seu patrimônio arquitetônico; [...] II - Integrar a salvaguarda do patrimônio construído no processo de planejamento econômico, de ordenamento do território e de proteção do ambiente; [...] III- Dinamizar a valorização do patrimônio como fator privilegiado de desenvolvimento local; [...] IV- Promover o respeito e o conhecimento do patrimônio rural por toda Europa [...] (CORREIA; LOPES, 2014, p. 270-272).

A primeira orientação ressalta que os trabalhos de identificação do patrimônio rural devem organizar-se numa base multidisciplinar, que aproxime as características arquitetônicas e artísticas dos fatores geográficos, históricos, econômicos, sociais e etnográficos. A segunda, que busca cumprir a legislação sobre patrimônio, ambiente e urbanismo para

uma melhor gestão do território, assim complementa as normas dos planos diretores:

I – Encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu carácter inicial; II – Chamar atenção do público e dos agentes económicos para os valores da arquitetura local, expressos no uso secular de materiais, proporções, técnicas e pormenores construtivos; III – Aplicar nos edifícios protegidos os princípios da Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, adotada em Veneza, em 1964, pelo II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, e preconizar na manutenção e reabilitação das restantes construções a utilização criteriosa de materiais de substituição, na impossibilidade de utilização de materiais tradicionais; IV – Promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura tradicional (CORREIA; LOPES, 2014, p. 270-271).

Como complementação à terceira, a Recomendação indica que, entre as ações necessárias colocadas em prática, haja cursos de formação sobre as técnicas e ofícios ligados à construção tradicional, a saber:

I – Criação de cursos especializados destinados a arquitectos, urbanistas, técnicos encarregados da conservação do património e técnicos da construção, abordando: materiais e técnicas tradicionais de construção, duração dos materiais tradicionais e possíveis combinações com materiais contemporâneos, custo das técnicas tradicionais de construção e condições da sua utilização actual ou substituição por técnicas e materiais contemporâneos; II – Criação de centros de formação em ofícios artesanais intimamente ligados à economia local e aos programas de reabilitação; III – Organização de sessões de formação sobre a manutenção das construções, destinadas aos proprietários e aos agricultores (CORREIA; LOPES, 2014, p. 271-272).

Para atender à quarta orientação, o Conselho destaca a necessidade de manter uma base multidisciplinar para pesquisas sobre as condições de uma melhor preservação da paisagem, assim como de sensibilizar o

público para as riquezas do patrimônio rural e as razões da necessidade da sua preservação.

Em sequência, o Conselho da Europa, por intermédio do comitê de ministros celebra, em 11 de setembro de 1995, a Recomendação nº 9/95, *Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*. Nesse documento, define-se o conceito de *paisagem cultural*:

Áreas de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas de paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra e no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 3).

A manifestação desse conceito amplia a noção de patrimônio cultural, até aquele momento fincada nos aspectos materiais e agora relacionada com a ambiência social na qual os indivíduos estão inseridos. Foi a partir da consciência dessa inseparável realidade entre as componentes culturais e naturais da paisagem e os indivíduos que nela habitam que conduzimos o desenvolvimento da pesquisa sobre as edificações rurais do Seridó, não centrando a nossa atenção somente em sua descrição arquitetônica, mas compreendendo-a no contexto sociocultural em que foram erguidas.

Em seguida, no encontro promovido pelo ICOMOS no período de 17 a 23 de outubro de 1999, foi concebida a *Carta sobre o patrimônio construído vernáculo* (CORREIA; LOPES, 2014, p. 341). Nesse documento, define-se *patrimônio construído* como a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. É o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu *habitat*, sendo resultado de um processo evolutivo que inclui, necessariamente,

alterações e adaptações constantes em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais. A carta do ICOMOS preocupa-se com a uniformização econômica, cultural e arquitetônica que ameaça a sobrevivência das tradições.

Devido à uniformização da cultura e dos fenômenos da globalização sócioeconômica, as estruturas vernáculas são, em todo mundo, extremamente vulneráveis, porque se confrontam com graves problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração (CORREIA; LOPES, 2014, p. 341).

Nesse momento, o ICOMOS estabelece os princípios de conservação e de proteção das construções vernáculas e complementa a *Carta de Veneza* (1964). Em termos gerais, caracteriza as construções vernáculas como aquelas que são:

a) Um modo de construir emanado na própria comunidade; b) Um caráter marcadamente regional em resposta ao meio ambiente; c) Uma coerência de estilo, de forma e de aspecto, bem como o uso de tipos arquitetônicos tradicionalmente estabelecidos; d) Um conhecimento tradicional da composição e da construção, que é transmitido de modo informal; e) Uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais; f) Uma aplicação eficaz das técnicas tradicionais da construção (CORREIA; LOPES, 2014, p. 341-342).

O instrumento determina que a eficácia e a avaliação da proteção do patrimônio vernáculo devem contar com o envolvimento das comunidades locais, governos e autoridades. As autoridades precisam reconhecer o direito das comunidades em preservar os seus modos de vida tradicionais e protegê-los pelos meios legais, administrativos e financeiros, possibilitando, assim, a transmissão desses costumes às gerações futuras.

A Carta contém um conjunto de princípios de conservação. O ICOMOS estabelece que esta será realizada por especialistas de diversas disciplinas respeitando-se a identidade cultural das comunidades e que toda intervenção contemporânea realizada num conjunto vernáculo respeite os valores culturais e o caráter tradicional, tenha em conta a

importância de preservar os conjuntos e os povoados representativos de cada região e considere esse patrimônio parte integrante da paisagem cultural, englobando não apenas os bens materiais mas a forma como são usados e interpretados pela comunidade.

Por fim, as orientações práticas na terceira parte da Carta tratam da investigação e da documentação, ações precedidas por uma análise da sua forma e da sua organização. Versam sobre a relação da arquitetura com a paisagem, no sentido de dever respeitar e manter a integridade dos sítios onde esse patrimônio se implanta, bem como sobre a relação entre paisagem física e paisagem cultural para garantir a harmonia entre as construções e o território. Quanto aos métodos tradicionais de construção, referem-se à necessária manutenção desses métodos, das técnicas e dos ofícios associados para o processo de restauro e reconstrução. A substituição de materiais e de elementos arquitetônicos deve assegurar uma coerência de expressão, de aspecto, de textura e de forma com a edificação original. A adaptação e a reutilização de construções vernáculas devem ser efetuadas respeitando a integridade, o caráter e os padrões de habitabilidade desejados. Quanto aos critérios de alterações, devem ser considerados como parte integrante da arquitetura. Finalmente, quanto às orientações práticas, o documento afirma que, para conservar os valores culturais da arquitetura tradicional, os governos e autoridades, associações e organizações devem dar prioridades:

- a) A programas educativos que transmitam os fundamentos do patrimônio vernáculo aos técnicos ligados a sua salvaguarda;
- b) A programas de formação para apoiar as comunidades a preservar os métodos e os materiais tradicionais de construção, bem como as respectivas técnicas e ofícios;
- c) A programas de informação que sensibilizem o público, nomeadamente os jovens, para o valor da arquitetura vernácula;
- d) Às redes inter-regionais de arquitetura vernácula para intercambio de conhecimentos e experiências (CORREIA; LOPES, 2014, p. 343-344).

No contínuo da análise das disposições que abordam a trajetória patrimonial das construções tradicionais rurais, o Comitê Científico

Internacional de Paisagens Culturais do ICOMOS-IFLA adota, em 20 de outubro de 2017, em Montreal, Canadá, o documento *Principles concerning rural landscapes as heritage* (ICOMOS-IFLA, 2017). A disposição é o resultado de uma grande discussão entre membros do International Scientific Committee on Cultural Landscapes (ISCCL) e de contribuições dos comitês científicos internacionais, dos comitês nacionais do ICOMOS, da International Federation of Landscape Architects – IFLA e de muitos especialistas e organizações culturais internacionais.

O texto, em seu preâmbulo, traz o conceito de paisagens rurais como sendo uma componente vital da herança da humanidade, considerada uma das mais comuns e presentes na medida em que é representante das culturas e tradições em todo o mundo pela sua diversidade. Esse documento encoraja e oferece uma orientação sobre ética, cultura, transformação ambiental e sustentável dos sistemas paisagísticos, em todas as escalas e níveis administrativos internacionais e locais (ICOMOS-IFLA, 2017).

Os princípios apresentados buscam abordar a perda e as mudanças adversas nas paisagens rurais, bem como a salvaguarda e a promoção do valor patrimonial mediante seu reconhecimento. São consideradas a definição, a importância, as ameaças, os desafios, os benefícios e a sustentabilidade com o objetivo de prover um equilíbrio apropriado entre as dimensões econômica, social, cultural e ambiental.

É possível encontrar, ainda, um conjunto de disposições que são consideradas essenciais para o documento em análise, tais como: a *Convenção europeia da paisagem* (CONSELHO DA EUROPA, 2000), o *Guia europeu de observação do patrimônio rural* (CEMAT, 2003), a *Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do patrimônio cultural para a sociedade* (FARO, 2005), a *Declaração sobre o papel dos locais sagrados naturais e paisagens culturais na conservação da diversidade biológica e cultural* (TÓQUIO, 2005), a *Declaração de Santiago de Cuba sobre a paisagem cultural no Caribe* (IFLA, 2005), a *Iniciativa latino-americana da paisagem* (LALI, 2012), a *Carta de Burra sobre a conservação*

de sítios com importância cultural (ICOMOS-Austrália, 1999) e a *Carta de paisagem da região Ásia Pacífico* (IFLA, 2015), algumas das quais serão, *a posteriori*, tratadas no curso do nosso texto.

A redação tem início com as definições de paisagem rural. Segundo consta, são áreas terrestres e aquáticas coproduzidas pela interação homem-natureza, utilizadas para a produção de alimentos e de outros recursos naturais renováveis obtidos por intermédio da agricultura, da pecuária e da pastorícia, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da coleta de alimentos silvestres, da caça e da extração de outros recursos, ou seja, recursos multifuncionais. Ao mesmo tempo, todas as áreas rurais culturalmente significativas para uma comunidade são consideradas paisagens. São sistemas dinâmicos e vivos que abrangem lugares produzidos e geridos por métodos tradicionais, técnicas, conhecimento acumulado e práticas culturais, bem como aqueles lugares onde as abordagens tradicionais de produção foram alteradas. Esses sistemas paisagísticos englobam “elementos rurais e relações funcionais, produtivas, espaciais, visuais, simbólicas, ambientais entre eles e com um contexto mais amplo” (ICOMOS-IFLA, 2017, p. 2).

Nesse sentido, o documento tem como finalidade relacionar não só o conceito de paisagem rural, mas afirmar esta como patrimônio. Em outras palavras, a paisagem é um patrimônio tangível e intangível que engloba atributos físicos, a própria terra produtiva, a morfologia, a água, as infraestruturas, a vegetação, os assentamentos, os edifícios e os centros rurais, as redes vernáculas de arquitetura, o transporte e o comércio etc., além das atividades físicas, culturais e ambientais, direcionadas às relações homem-natureza.

Como patrimônio, inclui o conhecimento cultural, tradições, práticas, expressões de identidade, valores e significados atribuídos a essas paisagens pelo passado e pelas comunidades contemporâneas. Engloba atributos espirituais e naturais que contribuem para a continuação da diversidade biocultural. Para o ICOMOS, todas as áreas rurais podem ser

lidas como patrimônio, tanto as tradicionais como as recentemente transformadas por atividades de modernização (ICOMOS-IFLA, 2017).

A importância das paisagens rurais está na essência de ser uma base moldada ao longo de milênios e de representar parte significativa da Terra, atuando como um palimpsesto representativo dos períodos históricos, e parte da história humana e ambiental, consideradas em muitos locais do mundo como fontes vitais de alimentos, como recursos naturais e renováveis.

O aumento das populações humanas e as alterações climáticas tornam as paisagens rurais vulneráveis a riscos de perda e/ou abandono ou mudança radical. As ameaças são estabelecidas no texto e refletem três tipos, a saber:

- 1) Demographic and cultural (population growth in urban areas and depopulation in rural areas, urban expansion, intensive infrastructure works, development pressures, loss of traditional practices, techniques, local knowledge, and cultures);
- 2) Structural (globalization, change and growth of trade and relations, economic growth or decline, intensification of agricultural practices and techniques, change of land and loss of native pastures and of domesticated species diversity);
- 3) Environmental (climate change, pollution and environmental degradation including unsustainable resource mining, impacts on soil, vegetation, and air quality, and loss of biodiversity and agrobiodiversity) (ICOMOS-IFLA, 2017, p. 3).

Segundo o ICOMOS, o patrimônio deve desempenhar um papel significativo na proteção e na promoção das paisagens devido aos valores significativos que representa. O desafio consiste em conservar a integridade e a autenticidade desse patrimônio buscando a garantia do padrão e da qualidade de vida das populações locais, pois “o rural é um recurso econômico, e a sua utilização deve ser apropriada, devendo fornecer apoio vital à sua sustentabilidade a longo prazo” (ICOMOS-IFLA, 2017, p.3). No texto, afirma-se ainda que as paisagens rurais geralmente proporcionam “benefícios econômicos e turísticos quando associadas ao

reconhecimento dos seus valores patrimoniais” (ICOMOS-IFLA, 2017, p.4).

Além da preocupação por considerar os princípios, o ICOMOS também se manifesta acerca dos critérios de ação como medidas específicas a entender, proteger e gerenciar, de forma sustentável, a transformação e a transmissão das paisagens e dos valores patrimoniais. Entender passa inicialmente pelo reconhecimento de que todas as paisagens têm valores patrimoniais, os quais variam em escala e características. O documento ressalta que é importante registrar as paisagens rurais mediante inventários e outros meios, pois essa atividade fornece a compreensão e o conhecimento básico no que diz respeito ao ordenamento do território e às ferramentas de proteção e monitoramento, além de possibilitar o reconhecimento de que as populações locais são detentoras de saberes, fato que ajuda a moldar e manter a paisagem a partir de uma construção coletiva de conhecimento.

Proteger implica buscar estruturas jurídicas e políticas para garantir a sustentabilidade na transformação das paisagens rurais diante das ameaças globais, nacionais e locais. Gerenciar pressupõe estabelecer conexões entre aspectos culturais, naturais, econômicos e sociais das paisagens empregando estratégias sustentáveis como recurso patrimonial; considerar as interconexões rurais e urbanas, pois ambas exercem uma cooperação mútua de oportunidades, e, por fim, comunicar os saberes sobre os valores patrimoniais das paisagens promovendo ações colaborativas como aprendizado compartilhado, capacitação e pesquisa.

As análises referidas confirmam a nossa alegação de que o patrimônio tradicional rural faz parte da memória coletiva das sociedades pela existência de um elo indiscutível entre a cultura e as práticas sociais do cotidiano. A identidade que carregam é uma pertença herdada das tradições passadas de geração em geração, constituindo uma marca significativa do espírito desses lugares e própria de uma paisagem cultural.

É nessa perspectiva que conduzimos nosso trabalho. Temos em mente que a paisagem rural representa mais do que simplesmente o

visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo; ela traz consigo sistemas de valores que definem atitudes e percepções sobre o meio, por impressões deixadas pelo homem que revelam o pensamento individual e coletivo sobre o mundo a sua volta.

Na linha desse discurso, o reconhecimento das cartas, das recomendações e de todas as disposições relacionadas com o patrimônio vernacular rural e sua paisagem permite-nos defender a valorização e a proteção destes como bens representativos das transformações que ocorrem ao longo do tempo. Como apropriadamente afirma Dias (2006, p. 100), é a “[...] história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo”.

2.3 Principais contributos para a salvaguarda da arquitetura rural no Brasil

Durante o século XIX, o Brasil viveu um intenso processo com vista à modernização do velho território colonial. A franca abertura à cultura europeia, em particular a francesa, com a entrada de algumas regiões no mercado internacional em consequência da produção de matérias-primas como algodão, café e borracha, possibilitou um intercâmbio cultural que, aos poucos, foi-se inserindo nas cidades brasileiras e, assim, transformando a sua rotina e a sua paisagem urbana. Pretendia-se com isso, segundo Pinheiro (2006, p. 5): “O esquecer de um passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso”.

O Rio de Janeiro foi, nos primeiros anos do século XX, palco de reformas realizadas pelo prefeito Pereira Passos, como no caso da abertura da Avenida Central (1904 e 1906) em que se demoliu uma extensa área do antigo núcleo colonial da cidade. A respeito desse fato, convém registrarmos que várias outras cidades brasileiras também seguiram o mesmo ímpeto de substituir o passado colonial por um processo de

europização, conhecido como uma “disseminação generalizada do ecletismo” (PINHEIRO, 2006, p. 5).

Em 1914, no entanto, surgiu o cerne diferenciador nomeadamente para as questões de valorização das raízes nacionais na conferência *A arte tradicional no Brasil*, proferida pelo engenheiro Ricardo Severo, português radicado no Brasil. O objetivo era transferir ao país o programa nacionalista do movimento denominado *Casa Portuguesa*, com raízes no viés regionalista inglês conhecido por *Arts & Crafts*, “que muito contribuiu para o surgimento da arquitetura moderna no início do século XX” (PINHEIRO, 2006, p. 5). A despeito disso, Severo queria claramente demonstrar a qualidade e a adequação ao meio físico da arquitetura brasileira do período colonial, chamada por ele de *arte tradicional*, e, ao mesmo tempo, ressaltar suas origens portuguesas. Essas ideias possivelmente seduziram alguns dos intelectuais modernistas como Mario de Andrade, que contribuiu para fomentar as bases iniciais das primeiras decisões protecionistas do país.

Ricardo Severo lançou, portanto, as bases para o movimento que logo ficou conhecido como *neocolonial*, que, mais do que uma manifestação arquitetônica, “configurou-se como um fenômeno cultural amplo, inserindo-se no impulso nacionalista latente” (PINHEIRO, 2006, p.5). O que se convencionou classificar como arquitetura neocolonial pouco tinha a ver com a verdadeira arquitetura colonial brasileira, pois a suposta matriz do novo estilo era, até então, pouco conhecida e estudada. Foram os intelectuais do período neocolonial que estimularam e patrocinaram a realização de inventários dessa arquitetura colonial durante a década de 1920. Segundo Pinheiro (2006, p. 6), Ricardo Severo patrocinou as viagens exploratórias do pintor José Wash Rodrigues a várias regiões do Brasil, produzindo um material que deu origem ao livro *Documentário arquitetônico* (RODRIGUES, 1975). A autora ressalta ainda que, a “Sociedade Brasileira de Belas Artes custeou viagens de estudos às cidades mineiras a estudantes de arquitetura, como Nereu Sampaio, Nestor Figueiredo e Lúcio Costa” (PINHEIRO, 2006, p.6). Dessa forma, o

neocolonial estimulou o interesse pelo reconhecimento e pelo registro da arquitetura colonial, assim demonstrando a sua principal contribuição para a cultura brasileira, “o conhecimento, condição imprescindível para qualquer iniciativa preservacionista” (PINHEIRO, 2006, p.6). Em outras palavras: “Para bem restaurar, é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha... Ora, que séculos souberam amar e entender as belezas do passado? E nós, hoje, em que medida sabemos amá-las e entendê-las?” (BOITO, 2002, p. 31).

A Semana de Arte Moderna de 1922 foi o marco do movimento modernista no Brasil, conhecido por compartilhar anseios nacionais ao buscar uma ambiciosa identidade cultural autóctone (LUCCAS, 2005). A Semana reuniu escritores, poetas e artistas, tais como Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Victor Brecheret, Paulo Prado, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira e Mário de Andrade (IPHAN, 2017a). Apoiador dos ideais neocoloniais, Andrade elogiava declaradamente *o glorioso estilo neocolonial*, e não foi por acaso que a seção de arquitetura da Semana de Arte Moderna contou com um projeto neocolonial de autoria do arquiteto polonês Georg Przyermbel (IPHAN, 2017b).

Em tal ambiente de exaltação nacionalista, floresceu a noção de preservação do patrimônio no Brasil. No ano de 1920, tem início a elaboração dos primeiros projetos de lei relativos à proteção do patrimônio (PINHEIRO, 2006). Nesse sentido, o deputado Luiz Cedro apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 350/1923, no qual propunha a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, com o objetivo de organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos brasileiros.

Em 1924, Mário de Andrade viajou às cidades mineiras em companhia do poeta Blaise Cendrars e dos intelectuais Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e René Thioller, o que lhe permitiu entrar em contato com a arte colonial e com jovens expoentes do pensamento modernista mineiro. Lúcio Costa realiza viagem à Diamantina, Sabará, Ouro Preto e

Mariana para estudar e registrar a arquitetura colonial brasileira. No mesmo ano, o poeta e deputado Augusto de Lima apresentou o Projeto de Lei nº 181/1924, proibindo a saída do país de obras de arte tradicional sem permissão do governo federal (PINHEIRO, 2006).

Em finais da década, algumas Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais foram legalmente criadas, como a da Bahia, pelo Decreto nº 5.339/1927, e a de Pernambuco, pela Lei nº 1.918/1928, ambas com alcance limitado. O deputado José Wanderley de Araújo Pinho propôs a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Projeto de Lei nº 230/1930, que continha uma visão mais abrangente do patrimônio histórico e artístico nacional: “Todas as coisas imóveis ou móveis a que deva estender a sua proteção o estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza” (PINHEIRO, 2006, p. 4).

Na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começaram a alcançar resultados mais consistentes. Em 1933, a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional como reconhecimento ao seu rico passado histórico e seu patrimônio edificado, cuja maior parte era atribuída ao mestre do tempo colonial, Francisco Antônio Lisboa, conhecido como o Aleijadinho.

No ano de 1934, o governo federal criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, no âmbito do Museu Histórico Nacional, primeiro órgão de preservação do patrimônio edificado para todo o território brasileiro. No mesmo ano, foi promulgada a nova Constituição Federal, que, no Capítulo II, artigo 148, incluía entre os deveres do Estado a proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (GONÇALVES, 2007, p. 28). Outro aspecto indicativo da ampliação do debate sobre o patrimônio é a criação, em 1935, da primeira “organização brasileira de estudos de coisas e de sonhos brasileiros” (PINHEIRO, 2006, p. 8), que surgiu dos anseios de intelectuais paulistas com a fundação do Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, dispendo como primeiro diretor, Mario de Andrade.

Na sequência dos acontecimentos, no ano de 1936, houve a criação, em caráter provisório, do primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio, o chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. Em função da sua relação com o Departamento Municipal de Cultura, Mario de Andrade foi logo requisitado por Capanema para a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980). A atuação do Sphan foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 25/37, redigido pelo primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Nessa fase, Mário de Andrade foi nomeado assistente técnico da Regional do SPHAN, em São Paulo, momento em que se publicou o número inaugural da *Revista do Sphan* (SPHAN, 1937) e do volume de *Publicações do patrimônio*. Uma das primeiras iniciativas do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade foi a realização de estudos e pesquisas sobre a arquitetura colonial que seriam veiculados na *Revista do Patrimônio*.

Dentre os exemplares produzidos até os dias atuais, alguns poucos foram direcionados ao conhecimento do patrimônio rural brasileiro, como demonstra a relação que compõe o Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos sobre a arquitetura rural publicados na Revista do Patrimônio

Artigos das Revistas do SPHAN			
Revista	Ano	Autor	Título
	1937	Paulo Thedim Barreto	Uma casa de fazenda em Jurujuba
	1938	Paulo Thedim Barreto	O Piauí e sua arquitetura

	1939	Godofredo Filho	A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila
	1943	Dom Clemente Maria da Silva Nigra Joaquim Cardoso	A antiga fazenda de São Bento em Iguaçú Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio
	1944	Lourenço Luiz Lacombe Luiz Saia	A fazenda de Santo Antônio em Petrópolis Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século
	1956	Joaquim de Souza-Leão	Dois engenhos pernambucanos
	1968	Augusto Carlos da Silva Telles	Vassouras: estudo da construção residencial urbana
	1969	Robert Smith	Arquitetura civil no período colonial

Fonte: Construção da autora a partir de exemplares da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A iniciativa de produzir uma revista cujo foco inicial estava voltado para a análise do patrimônio colonial, partiu da consciência de que tinham seus principais membros, como Mario de Andrade, Lúcio Costa e Gilberto Freyre, no que diz respeito ao pouco conhecimento acerca da arquitetura brasileira até àquela altura. Para eles, essa lacuna prejudicava suas ações como conciliadores no trato das questões patrimoniais.

Rodrigo Melo de Franco Andrade, em uma de suas conferências, fez uma advertência sobre a necessidade de se conhecer a arquitetura

brasileira como uma das principais armas para a preservação do patrimônio. Em suas próprias palavras:

Só pelo conhecimento direto e não apenas ligeiro dessas obras do passado nacional, criadas com tamanho esforço e, às vezes, em condições tão pouco favoráveis, é que se aprende a considerá-las no seu verdadeiro sentido. Só do convívio com os monumentos e com a sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar (ANDRADE, 1987, p. 54).

A ênfase na questão da identidade nacional somou-se à valorização da autonomia da arte nacional, ideia de viés modernista da qual resultava uma nova arquitetura, de caráter peculiar e extremamente funcional: a arquitetura brasileira (ANDRADE, 1987). É visível a aversão dos técnicos do Sphan contra o ecletismo do final do século XIX, considerado um verdadeiro hiato da história da arquitetura do país, como refere Lucio Costa (COSTA, 1999). Ao negar o ecletismo, assume-se uma postura em defesa da valorização da produção arquitetônica genuinamente nacional, essência da cultura brasileira (PINHEIRO, 2006).

O Sphan passou por várias fases de estruturação que, conseqüentemente, tiveram seus reflexos na forma de funcionamento do órgão como na cultura do patrimônio. A época do Estado Novo (1937) marcou a secretaria com uma “exacerbada centralização das atividades preservacionistas nas mãos de um restrito grupo de técnicos, assim como das associações entre o patrimônio e os conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado” (PINHEIRO, 2006, p.9).

No que diz respeito à seleção de bens culturais para tombamento, Pinheiro (2006, p.9) ressalta ainda nessa fase que: “predominava a noção de patrimônio como obra de arte e que os exemplares arquitetônicos eram encarados como únicos e excepcionais”. A exemplo disso, em 1938, o Sphan realizou, em dez estados, o tombamento de 234 bens, dentre os quais se encontravam os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes (IPHAN, 2017a). Em 1939, foram indicadas as primeiras representações regionais do Sphan.

Os anos seguintes à década de 1930 iniciaram com a publicação Decreto-Lei nº 2.848/1940, que qualificava como crime o dano causado a qualquer bem tombado, de valor artístico, arqueológico ou histórico, com prevenção de pena no Código Penal. Em 1946, a então nova Constituição do Brasil, em seu Capítulo II, que dispunha sobre as normas da educação e da cultura, Art. 178, estabeleceu que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público” (BRASIL, 1946, p. 37). Ainda no mesmo ano, ocorreu a transformação do Sphan em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, 1946-1970). Em 1947, criou-se a Comissão Nacional de Folclore, entidade que se dedicaria ao estudo e ao fomento das manifestações culturais populares do país, no âmbito do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) (IPHAN, 2017a).

Com a mudança da gestão da Diretoria, iniciou-se, em 1967, a chamada segunda fase sob a administração Renato Soeiro até 1979, despertando, assim, um processo de internacionalização da preservação. O conceito de monumento começou a ampliar-se, e a questão da preservação do contexto dos bens tombados e dos centros históricos passou a colocar-se, de forma indiscutível, no centro do debate internacional a respeito dessa questão. Novos agentes do patrimônio entraram em cena com a criação dos primeiros órgãos estaduais de preservação, como o Codephaat, em São Paulo. A partir deste momento:

Os monumentos arquitetônicos e urbanísticos passaram a ser encarados não mais como bens de valor exclusivamente artístico ou histórico, mas também como elementos inseridos num contexto sócio-econômico, portanto portadores de um papel dinâmico e mutável numa trajetória histórica. Assim, sempre que possível, as operações de preservação patrimonial passaram a ser executadas articuladas com planos e políticas específicas de desenvolvimento econômico local e regional, visando também objetivos sociais e econômicos, além dos culturais - bem de acordo, aliás, com as Normas de Quito, de 1967 (PINHEIRO, 2006, p.12).

A fase iniciada com a nova gestão também é marcada pela transformação da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mediante Decreto nº 66.967/1970, em seu Art. 14. No mesmo ano, dá-se a assinatura do *Compromisso de Brasília* (BRASIL, 1970), com o objetivo de convocar os estados e municípios brasileiros a atuarem na preservação do patrimônio cultural.

Segundo Porta (2012, p.11), por muito tempo, “a atenção e as energias do principal órgão de preservação do país, que moldou a constituição dos órgãos estaduais, estiveram estritamente voltadas à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial”. A autora afirma ainda que foi a partir de 1970 que se iniciaram as discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação do conceito de patrimônio para que fosse capaz de abarcar os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira.

A realização do *II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil*, cujos termos definidos foram compilados no chamado *Compromisso de Salvador* (BRASIL, 1971), ratificou todos os itens do *Compromisso de Brasília* e estabeleceu algumas recomendações. Sugeriu a criação do Ministério da Cultura e Secretarias/Fundações de Cultura no âmbito estadual, além da criação de legislação complementar para ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado e atender ao conceito de ambiência; determinou que os planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares que afetassem as áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural, especialmente protegidos por lei, contassem com a orientação do IPHAN e de órgãos estaduais e municipais da mesma área, recomendou que fossem criados, no âmbito das universidades brasileiras, centros de estudos dedicados à investigação do acervo natural e de valor cultural; por fim, preocupou-se em destacar a preservação, difusão e estímulo às manifestações de caráter popular e folclóricas.

Destacamos aqui que nenhum desses encontros tratou diretamente da preservação da arquitetura rural, delegando a cada estado a responsabilidade de realizar as ações conforme as suas realidades regionais. Nesse sentido, com a abertura atribuída aos estados para disporem de seus próprios órgãos a fim de complementar as atividades do IPHAN, foram realizados tombamentos de bens arquitetônicos em âmbito estadual.

Levando-se em consideração que nosso recorte geográfico centra-se no Nordeste brasileiro, apontamos, no Quadro 2, a relação de bens tombados até os atuais dias pelos órgãos estaduais dessa região.

Quadro 2 – Bens arquitetônicos rurais tombados por órgãos estaduais no Nordeste do Brasil

Bens arquitetônicos rurais tombados por órgãos de competência estadual no Nordeste			
Data do tombamento	Nº do decreto	Nome atribuído	Localidade
10/11/1981	28.398	Casa da Fazenda Brejo dos Padres (Fazenda Bom Jesus)	Caetitê, BA
10/11/1981	28.398	Casa da Fazenda Santa Bárbara	Caetitê, BA
24/9/1994	3.731	Sobrado do Engenho de Santo Antônio de Camuciá	Itapicurú, BA
05/11/2002	8.357	Engenho Baixo	Aratuípe, BA
05/11/2002	8.357	Antiga casa dos Hansen, na Fazenda Santa Bárbara	São Félix, BA
05/11/2004	9.213	Antiga sede da Fazenda Curralinho	Castro Alves, BA
-	-	Casa da Fazenda Paratigí	Piemonte do Paraguaçu, BA
-	-	Fazenda Campo Limpo	Cruz das Almas, BA
06/1/1984	6.126	Ex-Usina São Félix	Santa Luzia do Itanh, SE
22/11/1984	9.904	Engenho Massangana	Cabo de Santo Agostinho, PE
07/6/1987	12.550	Casa grande do Engenho Camaragibe	Camaragibe, PE
11/3/1986	11.239	Engenho Amparo	Itamaracá, PE
19/5/1980	11.435	Casa grande do Engenho Barbalho	Recife, PE
		Antiga residência rural do ex-governador José Rufino	Cabo de Santo Agostinho, PE
		Engenho Monjope	Igarassu, PE
		Casa Grande do Engenho Gaipiú	Ipojuca, PE
		Casa grande do Engenho Morenos	Moreno, PE
		Casa grande do Engenho Estrela do Norte (Engenho Machados)	Rio Formoso, PE
13/2/1979	7.936	Engenho e Casa Grande da Várzea	Areia, PB
26/8/1980	8.656	Sobrado da Fazenda Ribamar (Sítio Boi Só) e Capela anexa	João Pessoa, PB

26/8/1980	8.657	Conjunto arquitetônico do Engenho Baixa Verde	Serraria, PB
2/12/1996	20.123	Engenho Corredor: casa grande, engenho, casa de morador e depósito	Pilar, PB
17/2/2005	25.689	Antigo Engenho Paul (casa grande e banguê)	João Pessoa-PB
18/10/2017	37.917	Casarão da antiga Fazenda São José	São José de Espinharas, PB
1987		Casa Grande da Fazenda Timbaúba	Ouro Branco, RN
1988		Casa Grande Guaporé	Ceará-Mirim, RN
1988		Solar Ferreiro Torto	Macaíba, RN
1990		Casarão do Guarapes	Macaíba, RN
1990		Casa de pedra em Pirangi	Nísia Floresta, RN
1992		Casa Grande do Engenho Verde Nasce	Ceará-Mirim, RN
1996		Casa Velha (casa da Fazenda)	Lagoa de Velhos, RN
29/7/2002	16.219	Casa da Fazenda Sabe Muito	Caraúbas, RN
28/5/2004	17.535	Casa de Chico Antônio	Pedro Velho, RN
2005		Casa de Farinha no Sítio Encruzilhada	Portalegre, RN
6/7/1992	8.686	Casa da Fazenda da Dona Alemã	Capitão de Campos, PI
6/7/1992	8.686	Sede da Fazenda Boa Esperança (Casa do Padre Marcos)	Padre Marcos, PI
23/3/1995	9.311	Fazenda Olho D'água dos Pires	Esperantina, PI
15/3/2006	12.135	Fazenda Serra Negra	Aroazes, PI
10/8/1984	9.658	Engenho Central de Pindaré	Pindaré-Mirim, MA
23/6/1980	7.663	Sítio Santo Antonio das Alegrias	São Luís, MA
29/11/1980	11.682	Fazenda Santa Cruz	Burití, MA

Fonte: Diniz (2008) e dados atualizados conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC).

O IPHAN também possui uma lista com os tombamentos rurais efetuados ao longo da sua atuação, recebendo a designação de classificação em nível federal (ver Apêndice 1). Ao passo que as outras esferas realizavam suas seleções, o Instituto também buscou reconhecer o patrimônio rural por esse instrumento. Nas décadas iniciais da repartição, era de amplo conhecimento a sua política de priorização da proteção dos bens do período colonial, a qual privilegiava os bens imóveis de caráter excepcional e, conseqüentemente, descartava os exemplares considerados comuns. Como melhor explicita Andrade:

O critério para a seleção dos monumentos a serem protegidos procurou contemplar segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, os bens móveis ou imóveis que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituem a população brasileira (ANDRADE, 1993, p. 113).

Ao fazermos a análise dos dados dos Bens Arquitetônicos Rurais tombados pelo IPHAN (ver Apêndice 1), constatamos que a década de 1940 conseguiu um número superior de tombamentos se comparado com os números das demais, que se mantiveram estáveis, fixos por década. Destacamos um diminuto número entre os anos de 1998 e 2013. A partir de 2013, os processos passaram a ser aprovados em maior quantidade: inicialmente, com os tombamentos relacionados com o patrimônio cultural da imigração japonesa no Vale do Ribeira, e, na sequência, com os de origem alemã, italiana, polonesa e ucraniana em Santa Catarina. Esses últimos são frutos dos Roteiros nacionais de imigração (IPHAN, 2011), estudo que gerou a primeira proposta de chancela de paisagem cultural desenvolvida pelo IPHAN.

Em 2003-2004, a realização de um amplo inventário nos municípios de Santa Catarina permitiu constatar que a preservação do patrimônio cultural não se resolveria unicamente no âmbito do IPHAN, sendo, portanto, preciso criar mecanismos de valorização e fomento para garantir a permanência dos grupos sociais nos espaços rurais, dada a forte pressão de fatores como urbanização e industrialização.

Impulsionado por esse projeto, esboçou-se aquele que é o eixo central dos procedimentos que envolvem a chancela da paisagem cultural no Brasil: constituição de uma “rede de proteção” (VIEIRA FILHO, 2011, p. 41) que deveria envolver a gestão compartilhada do patrimônio. Tratava-se do reconhecimento de que a preservação das paisagens culturais envolve não somente o patrimônio edificado mas também o ambiente onde vivem e trabalham cotidianamente diversos grupos sociais, além de suas tradições, costumes e manifestações típicas.

Ao compor o verbete “paisagem cultural”, Scifoni apresenta uma descrição detalhada da criação de vários documentos sobre esse tema, a saber:

Entre os anos de 2007 e 2008, vários documentos institucionais foram produzidos a partir da experiência desenvolvida em Santa Catarina e do enfrentamento dos desafios que o trabalho apresentava: Paisagem Cultural – Proposta de regulamentação (IPHAN/Depam; julho de 2007), a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural (IPHAN; agosto de 2007), a Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques (IPHAN; setembro de 2007), a Proposta de Política Nacional de Paisagem Cultural (IPHAN /Depam; maio de 2008) e Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural (IPHAN /Depam/Coordenação de Paisagem Cultural, 2011). Eles constituíram a base a partir da qual se elaborou a normatização legal para a instituição da paisagem cultural, a Portaria nº127. Estava ali indicada tanto a necessidade de criação do que seria o novo instrumento de proteção, na forma de Chancela de valor cultural, como também a nova categoria de patrimônio a ser protegida, a Paisagem Cultural (SCIFONI, 2016, p. 6).

Na proposta de regulamentação de paisagem cultural, o IPHAN apresentou a seguinte definição:

Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a interação do homem com o meio natural (IPHAN-DEPAM, 2007, p. 3).

Recentemente, a paisagem cultural foi incorporada no Brasil como uma nova categoria de patrimônio pela Portaria nº 127, de 2009 (IPHAN, 2009), a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado chancela.

Destacamos alguns pontos importantes da Portaria nº 127 que abordam aspectos relativos à temática do nosso objeto de estudo: paisagem e arquitetura rural. Fica claro, mediante a leitura do texto, que, nos estudos da paisagem, a definição de um recorte territorial é elemento

inicial e fundamental e a criação de canais de interlocução é necessária, pois o objetivo é promover a gestão compartilhada entre diferentes sujeitos. Além disso, a construção da noção de paisagem cultural parte do pressuposto de que a cultura é dinâmica e sujeita a reapropriações e transformações. Merecem destaque as seguintes considerações do instrumento:

[...] Os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco os contextos de vida e tradições locais em todo planeta; [...] Considerando, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens; considerando, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural; Considerando, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população; [...] (IPHAN, 2009, p. 1).

A norma traz a concepção de paisagem cultural como sendo “uma porção peculiar do território nacional, que representa o processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 1). Estabelece que a chancela considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre o território e assim convive com as mudanças inerentes ao desenvolvimento econômico, e social sustentável com foco na preservação do patrimônio.

A possibilidade de a experiência de proteção das paisagens culturais brasileiras ser efetivada já havia sido mencionada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, inciso V (BRASIL, 1988); porém foi com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que o *corpus* legal da proteção à paisagem cultural passou inicialmente, destacando-se o conteúdo estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo 2º:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937, p. 1).

Outro marco relevante na trajetória da preservação do patrimônio brasileiro foi a promulgação da então nova *Constituição Federal de 1988* (BRASIL, 1988), realizada após um longo processo de redemocratização. Os artigos nº 215 e nº 216 incorporam os conceitos de referência cultural e de patrimônio cultural e reconhecem o valor e a relevância das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como a de outros grupos participantes da formação do país. A Constituição é considerada um marco para a atualização da política de preservação do patrimônio no país. O texto alargou não apenas o conceito de patrimônio mas também a responsabilidade pela sua preservação e os instrumentos para efetivá-la:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação (BRASIL, 1988, p. 94).

Em sequência, no ano de 1989, ocorre a criação do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU): método de inventário dedicado aos sítios urbanos tombados, que visa ao levantamento e à organização de um conjunto de informações que os

caracterizam como bem cultural, tais como suas dimensões territoriais, a documentação disponível e os problemas enfrentados na sua preservação.

A virada do século trouxe para o IPHAN novos conceitos com a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial, a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e a implementação inicial do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial com o projeto Celebrações e saberes da cultura popular, desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Em 2005, ocorreram a instauração da Câmara do Patrimônio Imaterial no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a implementação dos primeiros planos de salvaguarda de bens registrados, conforme estabelecido no Decreto nº 3.551/2000. Em 2006, mediante o Decreto nº 5.753/2006, o Brasil ratifica a *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, aprovada pela Unesco em 2003.

Em seus atos mais recentes, o IPHAN consolidou a *Política de patrimônio cultural material* (PPCM), instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 (IPHAN, 2018b). Essa normativa serve de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, avaliação de impacto, fiscalização, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial, todos relacionados com a dimensão material do patrimônio cultural brasileiro. Evidenciamos esse instrumento legal por ser uma das normas mais atuais e responsáveis por regular os procedimentos que garantem a preservação do patrimônio cultural material, entre eles o arquitetônico tradicional rural e a paisagem cultural, objetos do nosso estudo.

A Portaria determina que a proteção desses bens tenha, entre outras, as seguintes finalidades: “evitar a descaracterização, deterioração ou destruição de bens culturais materiais, além de garantir à sociedade o direito de conhecer e interagir com esse patrimônio” (IPHAN, 2018b, p. 7). Ela destaca ainda que as ações e as atividades de proteção devem atender

a um dos critérios de seleção. Dentre eles, selecionamos os três que se relacionam com o patrimônio rural do Seridó, a saber:

[...] Critério IV: Representar ou ilustrar um estágio significado de grupos formadores da sociedade brasileira; Critério V: Representar a interação humana com o meio ambiente, com expressivo nível simbólico ou expressivo grau de habilidade artística, técnica ou científica; Critério VI: Representar modalidades da produção artística oriunda de um saber advindo da tradição popular e da vivência do indivíduo em seu grupo social [...] (IPHAN, 2018b, p. 8).

Ainda como forma de salvaguardar os bens, o Art. 20 deixa claro que o tombamento é o instrumento de reconhecimento aplicável a quaisquer bens culturais de natureza material, móveis e imóveis. São disponibilizados, no entanto, instrumentos de reconhecimento para categorias específicas, tais como:

I. O Cadastro, a ser aplicado aos bens arqueológicos; II. A Valoração, a ser atribuída aos bens ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.; III. A Chancela, a ser aplicada às Paisagens Culturais; e IV. A Declaração, a ser aplicada aos Lugares de Memória [...] (IPHAN, 2018b, p. 6-7).

O objetivo da conservação para a PPCM é o de preservar não somente a sua materialidade mas também os valores e a significação cultural do patrimônio material. Para isso, ela dispõe de instrumentos de gestão: diretrizes de conservação, planos de conservação e diagnósticos e projetos específicos. As ações e atividades de conservação que contribuem para a sustentabilidade dos bens protegidos devem fomentar os usos tradicionais, o uso habitacional e demais que apoiem e incentivem a permanência, nas imediações do bem, da população em suas rotinas diárias.

A PPCM dispõe de um Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (doravante SICG) com a finalidade de atuar como base de cadastro dos bens culturais, constituindo-se como uma plataforma para cartografia do patrimônio cultural nacional. O SICG é composto por um conjunto de

fichas distribuídas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro, sendo, cada um, correspondente a uma esfera de análise do bem.

Essa política consolida princípios, premissas, objetivos, procedimentos e conceitos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro de natureza material, o qual se formou e se modificou ao longo das décadas. Além disso, traz inovações importantes para os procedimentos que envolvem a preservação e a valorização desse patrimônio com o objetivo de promover a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo, assim, a legitimidade das ações do IPHAN junto às comunidades e também entre os agentes públicos. Levamos em consideração a base normativa definida pela PPCM como fundamento técnico, pois o escopo por ela definido tem relação direta com o patrimônio vernacular rural da região Seridó.

Percebemos que, ao longo do percurso para a salvaguarda do patrimônio no Brasil, os anos iniciais foram dedicados a identificar e proteger bens destacados por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística, assim como a divulgar o patrimônio com o objetivo de evidenciar seu valor, especialmente os bens relativos ao período colonial. Esse foi o contexto em que o IPHAN começou a pôr em prática sua difícil tarefa de salvaguardar os bens culturais brasileiros. Sua filiação ao modernismo veio somar-se à busca pela preservação do patrimônio, defendida por esse movimento cultural que, como sabemos, era de contraposição direta à arquitetura eclética do século XIX e considerava a arte colonial como genuinamente brasileira e, como tal, merecedora de proteção.

É notável que a discussão em torno da preservação do patrimônio cultural vem sendo enriquecida e dinamizada ao longo dos anos. O reconhecimento oficial conferido às manifestações e aos legados históricos e culturais e à sua consequente valorização é capaz de produzir uma série de efeitos sociais positivos que reforça, segundo Porta (2012), a importância da política de proteção e preservação do patrimônio, assim como a releitura do patrimônio cultural:

Em todos os estados têm sido revalidadas a representatividade e a abrangência do universo de atuação da política de preservação em relação aos processos histórico-sociais e às referências culturais das distintas regiões do território. Essa releitura vem resultando em expressiva ampliação do número e da diversidade de bens culturais documentados, divulgados e protegidos (PORTA, 2012, p. 4).

Nesse sentido, com o caminhar da sua estruturação dentro das políticas de governo, o IPHAN, como principal meio de articulação das ações que envolvem a proteção do patrimônio no território brasileiro, desenvolveu importantes atividades no campo de proteção e de conhecimento do patrimônio vernacular. De maneira geral, as diretrizes, os decretos e as demais disposições estabelecidas constituem, até os atuais dias, a principal base para a proteção do patrimônio cultural do Brasil. Os estudos e tombamentos efetuados ao longo das suas gestões demonstram, portanto, o crescente interesse pela preservação dos exemplares vernáculos no país.

2.3.1 Preservação em âmbito estadual: Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte efetuou seus primeiros tombamentos durante a década de 1980, amparado pelo Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981 (RIO GRANDE DO NORTE, 1981), que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado. Essa normativa considera como patrimônio estadual os bens móveis e imóveis situados no seu território que, por valor histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico, merecem a proteção especial do poder público. O procedimento administrativo para a salvaguarda desses bens tem início na Fundação José Augusto (FJA); entretanto, nos casos em que o bem pertence à União, a ação dependerá de autorização prévia do IPHAN. Quando tombados, são registrados em um dos três livros mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura, a saber:

I – Livro do Tombo Histórico, para as coisas de interesse da história, da etnografia e da antropologia; II – Livro do Tombo Artístico, para as obras de interesse da Arte e da Literatura; III – Livro de Tombo Paisagístico, para os monumentos naturais, sítios e paisagens de singular beleza ou de interesse artístico (RIO GRANDE DO NORTE, 1981, p. 1).

Uma das primeiras iniciativas acerca do conhecimento do patrimônio rural potiguar foi conduzida pela Fundação José Augusto, nos anos de 1980, com a realização de um inventário de edificações urbanas e rurais na delimitação territorial do Rio Grande do Norte. Essa pesquisa, contudo, não resultou em qualquer publicação, permanecendo os dados compilados em documentos arquivados na Instituição.

De acordo com os registros da Fundação José Augusto, o Rio Grande do Norte possui o número de dez bens rurais salvaguardados, que constituem, em sua maioria, casas de fazenda. Merece destaque a da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, única edificação rural tombada pelo Estado dentro da delimitação territorial pertencente a nossa área de estudo, o Seridó. Essa proporção equivale a cerca de 10% da quantidade de tombamentos totais efetuados pelo órgão estadual até os atuais dias, relacionados no Quadro 3.

Quadro 3 – Bens arquitetônicos rurais tombados pelo Estado do RN

Bens arquitetônicos rurais tombados no Rio Grande do Norte				
Imagem e estado de conservação	Data do tombamento	Nome atribuído	Observações complementares	Localidade
 <p>Precário</p>	1987	Casa da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios	Fazenda fundada em 1833 por Gorgônio Paes de Bulhões, contendo casa de taipa e curral.	Ouro Branco (Seridó)
 <p>Precário</p>	1988	Casa-grande do Engenho Guaporé	Reflexo da riqueza da aristocracia canavieira no século XIX, foi restaurada em 1978 pela FJA para abrigar o Museu Guaporé.	Ceará-Mirim

 Muito bom	1988	Solar Ferreiro Torto	Construído em 1845 pelo coronel Estevão Moura, herdeiro do antigo Engenho do Ferreiro Torto, e restaurado em 1979 pela FJA.	Macaíba
 Ruínas	1990	Casarão dos Guarapes	Construído por Fabrício Gomes Pedroza em 1858, nas proximidades do Porto dos Guarapes.	Macaíba
 Ruínas	1990	Casa de pedra	Propriedade de João Lostão Navarro, no século XVI, foi refúgio dos colonos durante o massacre do Cunhaú, em 1645.	Sítio Caiçara
–	1992	Casa-grande do Engenho Verde Nasce	-	Ceará-Mirim
 Precário	1996	Casa de fazenda: Casa Velha	Construída por João Anselmo em 1854, deu origem à cidade. Erguida com taipa e parte do piso de barro batido, sua construção se mantém original.	Lagoa de Velhos
–	29/7/2002	Casa da Fazenda Sabe Muito	-	Caraúbas
–	28/5/2004	Casa de Chico Antônio	-	Pedro Velho
–	2005	Casa de farinha do Sítio Encruzilhada	-	Portalegre

Fonte: Fundação José Augusto, 2006.

O ano de 2006 trouxe para o patrimônio potiguar algumas iniciativas importantes. Destacamos o projeto *Patrimônio cultural* potiguar em seis tempos, que, após apresentado a edital público do Programa Monumenta - MinC pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do RN (Igetur) e

selecionado, foi executado com recursos oriundos do Programa Monumenta, apoiado tecnicamente pela Unesco e financiado pelo BID. Realizaram-se várias ações que resultaram no *Inventário do patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Norte* e nas publicações das cartilhas da Coleção *Patrimônio potiguar: Patrimônio arquitetônico, Patrimônio museológico, Patrimônio sacro, Bens móveis integrados, Artes visuais e Patrimônio imaterial*.

O material produzido teve como objetivo facilitar a informação ao público, além de disponibilizar o resultado do trabalho para órgãos públicos e privados das áreas turística, cultural, educacional e judiciária, promovendo uma sistemática de acompanhamento, atualização, monitoramento e fiscalização do patrimônio cultural estadual.

Ainda em 2006, a Sub-regional do IPHAN do Rio Grande do Norte iniciou ações com foco na conservação e preservação do patrimônio rural do estado. Nesse período foram realizados o *Inventário dos antigos engenhos do Vale do Ceará-Mirim* e deu-se início ao *Inventário de referências culturais da região do Seridó Potiguar*, bem como ao mapeamento das edificações remanescentes das antigas propriedades rurais da região do Seridó Potiguar com o objetivo de identificar as de maior relevância para as futuras ações do IPHAN. Essa investigação, realizada em quatro fases, resultou na publicação do *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012a).

Em fevereiro de 2000, o governo estadual promulgou o Decreto nº 14.759 (RIO GRANDE DO NORTE, 2000), que instituiu o *Programa cultural Câmara Cascudo* de incentivo à cultura. No âmbito dessa lei, seriam aprovados os projetos que não só promovessem o incentivo ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais nas diferentes áreas (artes cênicas, plásticas e gráficas; cinema e vídeo; fotografia; literatura; música; artesanato, folclore e tradições populares; museus; bibliotecas e arquivos) como também à realização de outras ações, tais como aquisição, manutenção, conservação, restauração,

produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural.

Assim, em 2012, com apoio do referido dispositivo legal, foi inaugurado o *Museu do Vaqueiro*, na Fazenda Bonfim, localizada no município de São José de Mipibu – RN. O espaço reproduz a estrutura de um típico exemplar sertanejo, com alpendre e sótão, além de reunir um rico acervo sobre a cultura sertaneja que dispõe dos estudos de Oswaldo Lamartine, do rabequeiro Fabião das Queimadas e outros.



Figuras 3 – Museu do Vaqueiro, Fazenda Bonfim, São José de Mipibu, RN

Fonte: Assis Barbosa (2012). Disponível em: <http://terrasnordestinas.blogspot.com/2012/12/museu-do-vaqueiro-sao-jose-do-mipibu-rn.html>.

Segundo consta nos dados de ambas instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio estadual, a Fundação José Augusto e a Superintendência do IPHAN–RN, não existe outro programa ou projeto em andamento que valorize o patrimônio rural do estado, assim como não há qualquer processo de tombamento em execução.

2.3.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema da arquitetura rural do Seridó

O Brasil, por sua extensão, possui um número considerável de edificações rurais construídas ao longo do processo de formação do seu território. As culturas agropastoris foram desenvolvidas desde o período

colonial e, para cada região, há um partido arquitetônico heterogêneo, produto da ação humana e de suas redes de sociabilidade econômicas e culturais. Nesse sentido, destacamos a existência de um patrimônio que não se reduz ao contexto do Seridó, e, em assim sendo, a literatura científica se ramifica para atender às diferentes realidades regionais como a do café em São Paulo, a dos engenhos na zona da mata ou a dos microssertões do Nordeste, fruto da economia do gado e, posteriormente, do algodão. Considerando esses fatos, sentimos a necessidade de focalizar as pesquisas circunscritas a nossa delimitação territorial e ao sistema que aqui tratamos, o agropastoril.

Segundo Pires e Silva (1994), a arquitetura civil rural não recebe a mesma atenção por parte daqueles que se dedicaram aos estudos da história do Brasil colonial e imperial. Para os autores, o costume por confundir valores arquitetônicos com valores decorativos, ou seja, dizer que a arquitetura somente se realiza em edifícios requintados e mais elaborados, é fator responsável por tal esquecimento (PIRES; SILVA, 1994). Ressaltam ainda que, embora nossas casas rurais tenham sido construídas com formas muito modestas e sem assinaturas de arquitetos, essas construções basearam-se no saber vernacular, contendo lógica intrínseca atrelada à sua função e aos materiais, às técnicas e aos sistemas construtivos próprios locais. Assim, constituem exemplares arquitetônicos de relevância para a preservação do patrimônio cultural de regiões pouco conhecidas do Brasil.

Um dos primeiros trabalhos realizados e publicados na revista do Sphan que esclareceu algumas questões foi o de Paulo Thedim Barreto, intitulado *O Piauí e sua arquitetura* (BARRETO, 1938). Nesse artigo, o autor explora a história e o povoamento do território piauiense, na região Nordeste do Brasil, além da sua arquitetura urbana e rural produzida durante os séculos XVIII e XIX, estabelecendo uma comparação com as casas maranhenses paralelamente elaboradas. Na parte III desse mesmo artigo, destinada à casa piauiense, Barreto apresenta uma análise do partido arquitetônico, adentrando em várias condicionantes: técnica

construtiva, clima, condições topográficas, programa de necessidades, condutas sociais, assim como as tipologias encontradas.

Durante os anos de 1975 e 2002, foi elaborado e publicado o *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia* (BAHIA, 2002). O coordenador da obra, Paulo Ormino de Azevedo, considerou como umas das medidas preliminares para alcançar a preservação desses bens a realização de um inventário sistemático de proteção dos bens de interesse cultural. O levantamento reúne elementos necessários para uma identificação precisa dos monumentos e sítios, do estado de conservação e uso e de seus vínculos com o contexto físico e social, com vistas na salvaguarda desse patrimônio. O trabalho foi inspirado no *Inventário de proteção do patrimônio cultural europeu* (IPCE), publicado na Itália, no começo da década de 1970. Composto por fichas com informações diversas dos bens inventariados, incluindo levantamentos arquitetônicos e fotográficos, além da recomendação para aplicação de graus diferenciados de proteção. O inventário não se restringiu ao levantamento do patrimônio já reconhecido legalmente, procurou realizar um cadastro cultural do território que pudesse servir de base ao planejamento urbano-territorial e não apenas à preservação de alguns edifícios.

Por abranger todas as regiões da Bahia, a obra está organizada em sete volumes. Os exemplos tratados como *arquitetura menor*, de valor principalmente ambiental, são encontrados nos volumes VI e VII, que caracterizam a presença da arquitetura vernacular, manifestando o reconhecimento desses bens como patrimônio cultural.

Esses dois estudos retratam a realidade da produção arquitetônica na região Nordeste. Levamos em consideração essas análises, pois são trabalhos que diretamente abordam a arquitetura rural, além de suas histórias se cruzarem dentro do processo de formação dos microssertões, termo que, conforme explicita Diniz (2015), desnaturaliza a ideia de *um sertão nordestino homogêneo*, tanto em termos de paisagem natural, como de cultura material, verificado nas interfaces regionais para além do território fomentado pela economia do gado.

Ainda segundo Diniz, outros autores regionais estudaram o cotidiano dos vários sertões, entre os quais destacamos Oswaldo Lamartine, cujo sertão é generalizado a partir do seu microcosmos, sob a ótica especialmente de uma de suas partes, o Seridó. No que diz respeito aos eixos de penetração nas entranhas do Brasil, João Capistrano de Abreu (1853-1927), autor pioneiro nos estudos regionais, apresentou um sertão, entre tantos outros, que, por excelência, esteve predestinado à criação de gado nas zonas interiores e inseriu um fato importante na história geral do Brasil, ao tratar dos sertões onde se encontravam as minas de ouro. Interessa-nos a compreensão de Manuel Correa de Andrade, o qual, no livro *A terra e o homem no Nordeste* (1963), relacionou aspectos da geografia, história e economia para apresentar a sua definição de sertão.

O sertão nordestino é parte significativa do território brasileiro onde predomina o clima semi-árido quente, é encarado pelos que não o conhecem como uma área castigada permanentemente pela seca e onde vive uma população carente que necessita sempre de auxílio para manter-se em nível de sobrevivência. Mas esta imagem é válida apenas para os períodos das grandes secas, que ocorrem geralmente de dez em dez anos, prolongando-se algumas vezes por dois ou três anos seguidos.

Para se compreender o sertão é preciso destacar dois aspectos: o primeiro é que ele não é uniforme, havendo grande variedade de climas e de solos, o que determina a existência de uma série de sub-regiões, onde são diferentes as formas de utilização e exploração da terra e os problemas humanos decorrentes; o segundo aspecto é a variação sazonal marcada pelos períodos de chuva.

Quanto ao primeiro aspecto, Euclides da Cunha, com sua inquietação e talento, já salientava em *Os Sertões*, a existência de sertões e não do sertão. Assim, há uma grande diferença fisionômica entre as áreas de serras, de planaltos, aquelas cortadas por rios perenes, como o São Francisco, alguns dos seus afluentes e o Parnaíba, e aqueles cortados por rios temporários, que na estação seca se transforma em verdadeiros caminhos arenosos na caatinga desfolhada (ANDRADE, 1963 *apud* DINIZ, 2015, p.14-15).

No contexto do Seridó, centramos nossa atenção nas pesquisas de apoio à investigação aqui desenvolvida em dois blocos: um, com peso

maior, constituído pelos representantes das análises socioculturais, tais como Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros Filho e Luis da Câmara Cascudo; e outro, com estudiosos que diretamente trataram da arquitetura tradicional rural sem deixar de lado suas referências culturais, tais como Muirakytan Macêdo, Paulo Heider Forte Feijó e Nathália Maria Montenegro Diniz.

O livro *Velhos Costumes do meu Sertão* (FARIA, 1965), obra do escritor Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956)¹, é uma compilação de artigos publicados no jornal *Tribuna do Norte*, da cidade do Natal-RN, no decurso do último trimestre de 1954. É considerada uma obra autêntica, gerada a partir de suas experiências naquelas terras e nutrida do mundo rural que permanece ainda pouco conhecido pelos brasileiros urbanos, estimulados historicamente a deixar esse patrimônio na retaguarda do litoral. Nas suas páginas, Faria descreve as paisagens, os hábitos, os personagens do sertão com uma riqueza de informação que só seria possível por quem tivesse tido uma vivência profunda do Sertão, especificamente a dos *Currais das Espinharas*, analogia ao município de Serra Negra do Norte, local de seu nascimento povoado por seus antepassados. No entanto, não são só sertanejos que aparecem nesse livro; pelo olhar aguçado do autor, podemos perceber a paisagem sertaneja ao fazer referências às casas, aos currais, ao gado, às plantas, em síntese, à terra que Lamartine “conta” a partir de suas próprias experiências como homem do sertão e dono de propriedade rural.

Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007), filho de Juvenal Lamartine de Faria, também possui uma considerável produção sobre a realidade do Seridó Potiguar: *A caça nos sertões do Seridó, Algumas abelhas dos sertões do Seridó, Conservação de alimentos nos sertões do Seridó, Açudes dos*

¹ Nasceu em 9 de agosto de 1874, na Fazenda Rolinha, município de Serra Negra do Norte, no Seridó Potiguar. Ocupou a função de vice-diretor do Atheneu Norte-rio-grandense e, como jornalista, foi redator de *A República* (Natal), órgão oficial do Partido Republicano, e colaborador do jornal *A Tribuna da Imprensa*. Exerceu o cargo de Juiz de Direito na Comarca de Acari e, posteriormente, em Jardim do Seridó, Caicó e Santa Cruz. Eleito vice-governador do estado do Rio Grande do Norte pelo Partido Republicano Federal, na sequência exerceu os cargos de deputado federal, senador da República e de governador do estado do Rio Grande do Norte. Escreveu, entre outras, as seguintes obras: *Defesa do Nordeste* (1916), *Aproveitamento dos vales úmidos do Rio Grande do Norte* (1943), *Os problemas das secas do Nordeste* (1951) e *O sertão do meu tempo* (1954).

sertões do Seridó, Encouramento e arreios do vaqueiro no Seridó, Vocabulário do criatório norte-rio-grandense, Sertões do Seridó e Ferro de ribeiras. As duas últimas foram as que mais utilizamos como referencial. Em *Sertões do Seridó* (1980), o escritor sertanista identifica, de imediato, o universo físico, histórico e cultural dessas terras. Na obra *Ferro de ribeiras* (1984), o autor aborda a evolução *do ferro da marca ao ferro da ribeira*, expressão por ele proferida para definir um dos símbolos mais significativos da identidade local, as marcações até hoje realizadas nos animais com as iniciais de posse pertencentes às famílias que, no sertão, criavam seus rebanhos. Juvenal e Oswaldo são autores que integram parte de uma geração representativa da formação do Seridó pelas terras hoje conhecidas por Serra Negra do Norte.

Olavo de Medeiros Filho² (1934-2005), em *Velhas famílias do Seridó* (MEDEIROS FILHO, 1981), levantou as primeiras genealogias das gerações dos descendentes povoadores da região do Seridó. Ao estudar onze famílias, tal providência forneceu, além dos conhecimentos específicos sobre cada uma delas, as referências que ilustram o contexto social, econômico e religioso da época. Na sua obra *Velhos inventários do Seridó*, Medeiros Filho (1983) descreve a pesquisa realizada nos cartórios seridoenses, a partir das centenas de autos de inventários contendo preciosas informações de natureza genealógica, religiosa, sociológica e econômica. O livro está dividido em vinte e nove capítulos: os catorze primeiros fazem uma análise dos bens inventariados, classificando-os por tipos de atividades; os quinze restantes tratam dos inventários individuais, nomeadamente das famílias que para essas terras vieram no início povoar. Podemos dizer que grande fração do passado da região Seridó está arquivada nos inventários desses cartórios. A análise dessa obra permitiu-nos constatar dados comprobatórios dos modos de viver e de construir

² Exerceu suas atividades nos Institutos Históricos do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo; no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Pertenceu à Sociedade Cearense de Geografia e História, ao Colégio Brasileiro de Genealogia, à Academia Norte-rio-grandense de Letras e ao Conselho-Diretor das Fundações José Augusto e Hélio Galvão de Natal, responsáveis pelas atividades de pesquisa e proteção do patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Norte.

moradas no sertão, achados que retratam fidedignamente aspectos culturais das famílias, do território e da toponímia da região.

Luis da Câmara Cascudo³ (1898-1986), pesquisador das manifestações culturais brasileiras, fornece-nos apontamentos importantes acerca da história e dos costumes da região do Seridó. No livro *História do Rio Grande do Norte* (CASCUDO, 1984), percebemos o processo de construção e de povoamento da capitania e, conseqüentemente, das primeiras freguesias e vilas. Mesmo contando com outras obras que também contextualizam esse momento histórico, optamos pelo uso da literatura de Câmara Cascudo por reconhecermos a importância do conjunto de sua obra e o seu pioneirismo no campo da investigação do folclore e do patrimônio cultural do estado.

Iniciamos o segundo bloco com os autores e obras que consideramos mais relevantes no trato da arquitetura rural. Em *Rústicos cabedais*, o historiador Muirakytan Macêdo (2015) retrata a história da família nos sertões da pecuária, um dos territórios mais tradicionais da América portuguesa, e enfoca as relações entre o patrimônio familiar e o cotidiano setecentista. Leva em consideração os teres e haveres familiares, ao passar de uma escala de maior para outras de menor amplitude: do território à fazenda, à casa e, por fim, ao indivíduo. Destacamos a análise minuciosa das fazendas, da cultura material das casas e do uso cultural desses espaços.

Paulo Heider Forte Feijó, em sua dissertação *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana* (FEIJÓ, 2002), estudou o acervo arquitetônico do século XIX da cidade de Acari, mediante uma análise comparativa entre a casa-grande e a casa urbana. É possível encontrar dados acerca do partido arquitetônico e do universo dessas edificações, os quais

³ Historiador, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro. Dedicou-se ao estudo da cultura popular brasileira. Foi professor da antiga Faculdade de Direito de Natal, que, com outras instituições, deu origem à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, criada em 1958. Deixou uma extensa obra, inclusive o *Dicionário do folclore brasileiro* (1952) e *Contos tradicionais do Brasil* (1946).

permitiram contextualizar e confirmar muitos detalhes acerca dos exemplares por nós avaliados.

Por fim, destacamos a arquiteta Nathália Maria Montenegro Diniz. Contamos com os relatos apresentados em sua dissertação de mestrado, *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó* (DINIZ, 2008), e em sua obra *Um sertão entre tantos outros* (DINIZ, 2015), resultante de sua tese de doutorado, a qual constitui uma pesquisa histórica sobre a iconografia do sertão brasileiro, a partir da paisagem natural, humana e arquitetônica. Em sua investigação, a pesquisadora revela as casas de fazenda, rústicas e produtivas, em um passado quase esquecido. Por sua importância, consideramos sua obra, sua experiência e sua ponderação como pesquisadora da arquitetura rural em terras dos sertões nordestinos.



Foto: Maria Rita Assunção

O território do Seridó

3.1 Processo de formação histórica

Portugal iniciou, em 1534, a ocupação do Brasil com base no sistema de capitanias hereditárias. No ano de 1535, João de Barros, Fernão Álvares de Andrade e Aires Cunha aliaram recursos para a conquista de 225 léguas brasileiras, área correspondente à capitania do Rio Grande. A busca pelas terras do interior foi iniciada por Aires da Cunha; contudo a resistência encontrada por parte dos índios Potiguares, aliada aos traficantes franceses, fez com que as investidas não tivessem êxito. Malogradas as dificuldades de colonização, João de Barros continuou administrando a capitania até 1564, por intermédio de um procurador, residente em Igarapu, Pernambuco (CASCUDO, 1984).

A falta de recursos dos donatários, os constantes ataques dos índios, a distância da Metrópole, a difícil comunicação e a má administração levaram ao fracasso o sistema de capitanias, à exceção das de São Vicente e Pernambuco, que prosperaram. A Capitania do Rio Grande passou ao domínio da Coroa, a qual, pouco a pouco, foi comprando dos herdeiros as demais capitanias ou confiscando-as por abandono.

Nessa mesma época, os franceses fixaram-se no litoral norte-riograndense, especialmente no estuário do rio Potengi. As relações com os indígenas tornaram-se cada vez mais amistosas. A presença francesa retardava a colonização sistemática. Como explica Cascudo, isso ocorria mais facilmente pelas seguintes razões:

O francês não tinha a exigência moral para o indígena nem pretendia fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina. Era um comerciante, respeitando a vida selvagem, protegendo-a, tornando-se familiar, amigo, indispensável, obtendo mais baixo preço nos rolos de ibirapitanga, o pau Brasil vendido em ducados de ouro na Europa, ávida de cores, vibrantes para os tecidos em voga (CASCUDO, 1984, p. 21).



Figuras 4 – Vista aérea da Fortaleza dos Reis Magos

Fonte: Prefeitura do Natal (2006).

Diante dessa realidade, urgia um domínio oficial por parte de Portugal em contexto de monarquia dual. Ações como a de erguer um forte e construir uma cidade no território hoje conhecido por Nordeste foram obedecidas. O sétimo Governador Geral do Brasil, D. Francisco de Souza (1591-1602), decidiu pela expulsão dos franceses e pela construção da Fortaleza dos Reis Magos, em 1598 (PREFEITURA DO NATAL, 2006), conforme Figura 4, e da cidade de Natal, fundada, um ano depois, em 25 de dezembro de 1599, “cumprindo as determinações de duas cartas régias:

a de 9 de novembro de 1596 e a de 15 de março de 1597”, respectivamente (CASCUDO, 1984, p. 22). Cascudo informa que, desde sua origem, Natal sempre foi cidade, diferentemente das outras organizações administrativas, que passavam pela constituição inicial de vila.

A dificuldade de colonização permaneceu mesmo com as ações de ocupação no território potiguar, tornando indispensável a pacificação da população indígena. Os jesuítas persuadiram, pelo menos, os indígenas litorâneos, ação que possibilitou a conquista e o início da expansão. Eram apenas duas raças: a dos Potiguares da linhagem tupi, localizados no litoral da capitania, e a dos Cariris (CASCUDO, 1984).

No início, o empreendimento foi a atividade da extração do pau-brasil pelos nativos, exportado para a Europa. Frustradas as primeiras tentativas de encontrar metais preciosos ou especiarias, a exploração da terra pelas técnicas do cultivo da cana-de-açúcar foi uma engenhosa alternativa com o apoio da pecuária. Como descreve Macêdo: “se muito era o açúcar, muito seria o gado” (MACÊDO, 2015, p. 33)

Os holandeses voltaram-se, após a União Ibérica, para a conquista das colônias luso-espanholas, concentrando esforços nas capitanias mais ao norte. Data de 1625 o registro da primeira incursão em áreas mais próximas à do Rio Grande, efetivamente incorporado ao domínio holandês em 1633 (MONTEIRO, 2002). Participando da expedição de conquista, o holandês Adriaan Verdonch, citado por Mello (2010, p. 90), fez as seguintes considerações: “Nessa região do Rio Grande, há gado em quantidade e abundância [...] As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado, com o que fazem muito dinheiro”.

Joan Nieuwhof, que esteve pelas terras em 1640 e 1649, observou a produção pastoril entre o litoral e o agreste e reconheceu a importância do provimento de gado feito a partir do Rio Grande. Em suas reflexões, ele conjectura:

Considerou-se se o inimigo dominasse o interior e nos privasse do fornecimento do gado e farinha do Rio Grande, justamente numa ocasião em

que Itamaracá e Paraíba também estavam bloqueadas, ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil Holandês, enquanto não chegasse da metrópole os socorros esperados (NIEUHOF, 1981, p. 269).

Se a capitania do Rio Grande era inferior à de Pernambuco em extensão e quantidade de produção açucareira, apresentava, por outro lado, uma atividade criatória importante, pois o gado existente, espalhando-se pelas áreas povoadas, já era enviado às capitanias vizinhas ao sul, abastecendo-as de carne e força motriz nos engenhos. Em meados do século XVII, o Rio Grande era a única região de onde se recebiam quantidades consideráveis de farinha e gado, o que minimizava a escassez de gêneros na capitania do Recife, Pernambuco. Seria, por esse gado, a explicação da obstinação holandesa em fixar-se nas tais terras (MONTEIRO, 2002).

A conquista holandesa não modificou a expansão geográfica; ao contrário, restringiu-a, pois ignorou completamente o sertão (CASCUDO, 1984). Segundo Cascudo, durante os anos sob domínio batavo, a capitania só conheceu violência, extorsão, vilipêndio e rapinagem.

Depois de um período de vinte e um anos (1633-1654) de dominação holandesa nomeadamente nas extensões açucareiras das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, retomou-se a colonização portuguesa. Para tanto, quatro foram as ações imediatas: “revitalização dos engenhos e lavouras de cana, recomposição da oferta de gados, posse e repovoamento, além do estabelecimento de estratégias de combate às alianças dos Tapuias com possíveis inimigos” (MACÊDO, 2015, p. 40).

A Carta Régia de 29 de abril de 1654 recomendava a concessão de sesmarias aos que atuaram na expulsão dos batavos, com o objetivo de propiciar a ocupação das terras interioranas de maneira a cessar a cooperação existente entre tapuias e holandeses. A fixação de colonos e das atividades de agricultura e pecuária no sertão era essencial para a implantação do projeto de colonização, o qual implicava o acesso às terras indígenas (MACÊDO, 2015). Todavia, dominar o sertão para colonizá-lo significava violar uma fronteira habitada pelos índios *Tapuias/Cariris*.

Dessa forma, o território correspondente ao Seridó foi aos poucos sendo estruturado, conforme a vontade da Coroa e mediante a ocupação das terras indígenas possibilitada pela chamada *Guerra dos Bárbaros* (MACÊDO, 2015, p. 40).

A *Guerra dos Bárbaros* ou *Confederação dos Cariris* (1683-1697) foi um movimento de resistência tapuia contra a penetração sistemática dos colonizadores em suas terras. Os levantes, pela proporção que tiveram, preocuparam as autoridades. A fundação do Arraial do Açú e de casas-fortes, ao passo que favoreceu os colonos, também “determinou um conhecimento maior local” (CASCUDO, 1984, p. 52). Ao Seridó, precisamente à Ribeira do Acauã, em 1687, chegou o coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, “que ali possuía uma sesmaria, para dar combate aos índios usando como base militar a casa-forte do Cuó” (MACÊDO, 2015, p. 43), ponto estratégico de defesa da ribeira, construída anos antes, em 1683. Como resultado dos anos de combate, a guerra desocupou quase que totalmente o Seridó: “ao custo do etnocídio, sem, no entanto, esvaziá-lo completamente” (MACÊDO, 2015, p. 45). A repressão possibilitou um maior conhecimento do território. Com a derrota dos silvícolas em 1697, pôde, finalmente, a região retomar o seu ritmo de progressiva ocupação (CASCUDO, 1984).

Com o objetivo de garantir a expansão da lucrativa lavoura, em 1701 foi expedida uma carta régia que passou a proibir o criatório “a menos de 10 léguas do litoral” (IPHAN, 2012a, p. 27); conseqüentemente, pecuaristas baianos, pernambucanos e paraibanos passaram a requerer doação de sesmarias no sertão nordestino, conforme registra Macêdo (2015, p. 31): “Daí se explicar a razão do pedido de sesmaria feito em 1738, no remoto sertão do Seridó, pelo Capitão Antônio da Cunha Vasconcellos, que se denominava lavrador de cannas na Paraíba e que necessitava de terras para criação”.

Gado e a cana-de-açúcar foram elementos complementares na economia colonial, mas excludentes quando se tratava de abrigar ambos nas terras próximas ao litoral do nordeste da América portuguesa. Com o tempo, o uso

quase absoluto desses solos para as lavouras de cana não suportaria o criatório de gados, visto que os largos pastos necessários ao apascentamento terminariam por competir com os terrenos destinados ao cultivo da exportação mais rentável para a lógica econômica do Antigo Sistema Colonial. A convivência da produção açucareira com a da pecuária em um mesmo espaço, portanto, tornou-se antieconômica. Configurou-se, dessa forma, a necessidade de separação entre a monocultura da cana e a pecuária, ensejando nos sertões um espaço diferenciado do açucareiro. Sendo assim, essa intolerância econômica resultou na demanda por outras áreas destinadas à pecuária, que, afinal de contas, ainda era a força proteica para a mão de obra, energia motriz do transporte da cana e da propulsão dos engenhos de cana-de-açúcar que não usavam a força hidráulica (MACÊDO, 2015, p. 31-32).

Segundo Macêdo (2015), a descoberta da possibilidade econômica dos sertões promoveu, a sua integração tanto ao mercado interno, associado à monocultura da cana-de-açúcar, quanto ao externo, por intermédio do couro como matéria-prima em forma de sola exportada para Portugal, e em embalagens de rolos de fumo enviados para a África. Abriram-se, assim, as portas para a exploração dessas terras.

3.1.1 Interiorização do Rio Grande do Norte

Em meados do século XVII, inicia-se a lenta penetração com as pequenas boiadas. Situados os primeiros currais sobreveio o levante dos indígenas Cariris, o que comprometeu o povoamento inicial do sertão. Após a guerra, antigos combatentes transformaram-se em posseiros e sesmeiros. Extensões de terras devolutas receberam a presença das primeiras crias de gado, conduzidas pelos vaqueiros desbravadores. O início do processo sesmarial ocorreu no Rio Grande, a partir da cidade de Natal, mediante concessão a João Rodrigues Colaço em 9 de janeiro de 1600, quanto ao Seridó, “a primeira concessão data de 1676, referindo-se à Acauã, atual município Acariense” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 3). A ribeira era a região disputada pela qualidade dos pastos. Por todo século a distribuição de terras fixa a população do ciclo do gado. “É a era das

fazendas de criar, o nascimento da gesta dos vaqueiros” (CASCUDO, 1984, p. 107).

Surgiram as primeiras casas, “construídas em taipa, com seus madeiramentos amarrados a tiras de couro cru, aproveitando o material utilizado para levantar os currais e implantar os roçados” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 3). É possível encontrar passagens desses relatos nos inventários arquivados nos cartórios seridoenses. A partir da descendência de Tomaz de Araújo Pereira, que, segundo José Augusto, “entre as famílias que povoaram o Seridó, e ali se fixaram, a família Araújo, se não é a mais antiga, é das mais antigas” (AUGUSTO, 1940 *apud* MEDEIROS FILHO, 1981, p. 111), destacamos o inventário dos bens deixados por Caetano Dantas Corrêa, com autos no 1º Cartório Judiciário do Acari, sob número de ordem 11 e processado no ano de 1798:

[...] – Huma morada de caza terria de Taipa coberta de Telha no Lugar dos Picos de Sima Ribeira do Sirido com nove portas e huma janela e sete fixaduras tudo velho, avaliada por 50\$000. – Huma morada de caza terria de Taipa no Lugar da Serra do Coithe com todos aviamentos pertinentes para fazer farinha entrando hum carro para carregar, no valor atribuido de 60\$000 [...] (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 121).

As informações contidas nos textos analisados indicam que, além das construções iniciadas, “a criação de Capelas, a mutiplicação de currais de gado e a desapareição dos indígenas” (CASCUDO, 1984, p. 49) marcaram o povoamento do interior norte-rio-grandense durante o século XVIII.

O processo de ocupação desse território trouxe o movimento de repovoamento. Vieram o português, por intermédio dos pernambucanos, e os baianos, requerer sesmarias. “Os moradores do Jaguaribe, foram legítimas expressões de povoadores” (CASCUDO, 1984, p. 49). Medeiros Filho (1981) ressalta que as primeiras famílias instaladas somente apareceram após os anos de 1720, pois as rústicas condições ambientais permitiam apenas a fixação de homens desacompanhados, vaqueiros, caboclos e negros cativos. Afluíram ao Seridó elementos advindos do reino, os quais se tornaram os fundadores das estirpes que constituiriam a elite

social, econômica e política da região. Existe a “predominância dos imigrantes do norte de Portugal e dos Açores na formação genealógica da região” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 4).

Quadro 4 – Formação genealógica do Seridó, segundo Olavo de Medeiros Filho

Formação genealógica da região do Seridó	
Região	Origem
Açores	Ilha de São Miguel: Rodrigo de Medeiros Rocha e seu irmão Sebastião de Medeiros Matos; Ilha de São Miguel: José Inácio de Matos (sobrinho de Rodrigo e Sebastião), José Tavares da Costa, Antônio Garcia de Sá, Manoel Pereira Bulcão; Ilha de São Jorge: Manoel Vieira do Espírito Santo
Minho	Vila de Barcelos: José Dantas Corrêa Freguesia de Vilar da Veiga: Joaquim Barbosa de Carvalho Viana do Castelo: Tomaz de Araújo Pereira (o 1º) Antônio de Azevedo Maia (o 1º)
Douro	Freguesia de Santo Tirso: Antônio da Silva e Souza Freguesia de São Vicente do Louredo: José Ferreira dos Santos Freguesia de São Mamede: Manoel Pereira de Freitas, Vila da Feira Freguesia de Santa Maria de Águas Santas: Manoel Gonçalves Melo e Rodrigo Gonçalves Melo Vila de Faral: Antônio Fernandes Pimenta
Estremadura	Bispado de Leiria: Manoel Rodrigues da Silva Freguesia de Santa Maria de Loures: Bartolomeu dos Santos
Trás-os-Montes	Torre de Moncorvo: Antônio da Rocha Gama

Fonte: Medeiros Filho (1981, p. 4).

Segundo Cascudo, o branco que veio habitar o Seridó era, em geral, de Pernambuco e do norte de Portugal, sendo a maioria dos patriarcas fundadores de Viana do Castelo, assertiva confirmada, em outubro de 1585, pelo padre Fernão Cardim, que informava: “Vianeses são senhores de Pernambuco” (CASCUDO, 1984, p. 50).

A excelência desse elemento étnico está indicutida. Sua perseverança e otimismo, resistência moral e fortaleza física explicam a conquista do sertão, o acomodamento à natureza, o próprio alargamento do ecúmeno. Mantiveram hábitos, de indumentária, alimentação e crença fiéis ao passado. Isolados, na solidão sertaneja, bastaram-se, determinando numa sucessão de casas-de-fazendas outros tantos centros de irradiação social e de hospitalidade, de coragem pessoal e de respeito supersticioso ao direito divino da autoridade do Rei. Homens fortes, teimaram nos trabalhos da pecuária, transformando-o num exercício perene de formação atlética, escola de afoiteza e agilidade nas apartações do gado, curiosidade artística pela atenção dedicada aos cantadores e às festas religiosas, expressões únicas da exibição personalíssima. Foram os

fundamentos legítimos da sociedade sertaneja e cidadina, o cerne duro, insusceptível de corrupção, atestando vitalidade, como uma competição humana às oiticas e aroeiras seculares (CASCUDO, 1984, p. 50).

O rei, “na carta régia de 11 de janeiro de 1701, desligou a Capitania do Rio Grande do Governo Geral da Bahia, subordinando-a ao de Pernambuco” (CASCUDO, 1984, p. 107). Sendo assim, a capitania passou a pertencer ao Bispado de Pernambuco, sediado em Olinda. Essa subalternidade retardou o desenvolvimento do Rio Grande; a capitania, no entanto, “tomou sua fisionomia territorial e teve sua sociedade formada realmente sobre as bases da pecuária, que resistiu, vitoriosamente, até o século XIX” (CASCUDO, 1984, p. 107) fornecendo gado de tração e de corte para a Paraíba e Pernambuco e, em seguida, voltando-se para a economia do algodão.

À medida que a população e a economia cresciam, maiores demandas pelo poder espiritual surgiam. De início, subordinado aos serviços religiosos da Freguesia de Piancó, vila paraibana e atual cidade de Pombal, no estado da Paraíba, em 1748 o Seridó foi seccionado dessa jurisdição e delimitado como freguesia da “Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó” (MACÊDO, 2012, p. 73), a pedido do sétimo bispo de Olinda Dom Frei Luis de Santa Teresa. No campo jurídico, porém, “a capitania pertencia à Ouvidoria da Paraíba, da qual foi desmembrada somente em 1818 quando foi criada a Comarca de Natal” (MACÊDO, 2012, p. 83).

Com a Carta Régia de 22 de junho de 1766, que facultava ao Capitão General de Pernambuco o direito de criar vilas, ocorreu a primeira elevação de uma povoação do Seridó para atender ao desenvolvimento da agricultura e da pastorícia. A povoação do *Queiquó* (1735) transformou-se em “Vila Nova do Príncipe em 31 de julho de 1788” (CASCUDO, 1984, p. 113). Em decorrência desse fato, ganhou um *status* civil e jurídico significativo: “contava com administração própria (Senado da Câmara) e com o aparato da justiça. Por ter sido a primeira da ribeira do Seridó a alcançar tal categoria, passou a influenciar no controle da vida econômica

e dos padrões culturais e no ordenamento jurídico de todo território” (MACÊDO, 2015, p. 17).

Essa foi a primeira regionalização do espaço seridoense. Partindo da divisão administrativa da Igreja Católica na colônia, o Seridó ganhava a existência como território fiscal. Na América portuguesa, como afirma Macêdo, as freguesias, com suas atribuições religiosas, foram “em grande parte antecessoras da administração civil” (MACÊDO, 2015, p.16). Somente a partir do século XVIII, nas áreas onde o povoamento era mais denso, os aldeamentos norte-rio-grandenses passaram a ser elevados à condição de vilas, criando-se assim as dez primeiras freguesias e consequentes vilas, conforme elencadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Freguesias e vilas criadas no século XVIII

Freguesias e vilas criadas no século XVIII		
Núcleo urbano atual	Freguesia – Ano	Vila – Ano
Açu	1726 já era vigário o Padre Manuel de Mesquita e Silva	Vila Nova da Princesa 11 de agosto de 1788
Vila Flor	Primeira metade do século XVIII	Vila Flor – 1762
Goianinha	1746	–
Caicó (Seridó)	<i>Gloriosa Senhora de Sant’Ana</i> 15 de abril de 1748	<i>Vila Nova do Príncipe</i> 31 de julho de 1788
Pau dos Ferros	19 de dezembro de 1756	–
Arez	8 de maio de 1758	Vila Nova de Arez 15 de junho de 1760
Estremoz	3 de maio de 1760	Vila Nova de Estremoz do Norte, 3 de maio de 1760
Porta Alegre	9 de dezembro de 1761	Vila de Portalegre 8 de dezembro de 1761
São José de Mipibu	22 de fevereiro de 1762	Vila de São José do Rio Grande, 22 de fevereiro de 1762
Apodi	Várzeas dos Apodi 3 de fevereiro de 1766	Vila do Regente – 1761

Fonte: CASCUDO (1984, p. 112), adaptado pela autora.

Passados cinquenta e cinco anos, em 1821, nasce a primeira freguesia do século XIX, Santana do Matos, transformada em vila no ano de 1836. Durante esse século, na região do Seridó, foram criadas mais cinco freguesias e suas respectivas vilas (Quadro 6).

Quadro 6 – Freguesias criadas no século XIX

Freguesias e vilas criadas no Seridó durante o século XIX		
Núcleo urbano atual	Freguesia – Ano	Vila – Ano
Acari	1835	1835
Jardim do Seridó	1856	1858
Serra Negra do Norte	1858	1874
Currais Novos	1884	1891
Florânia	-	1890

Fonte: Macêdo (2012, p. 81), adaptado pela autora.

A *Carta topographica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba*, produzida em 1848, traz algumas estatísticas das divisões administrativas das duas províncias. Podemos observar que o Rio Grande do Norte possuía quatro cidades, onze vilas e vinte e duas freguesias, subdivididas em três comarcas: Capital, Assu e Maioridade. A Vila do Príncipe, da Freguesia da Senhora Sant’Anna do Seridó, está inserida na Comarca de Assu, bem como a Vila de Acari, únicas pertencentes à região do Seridó.

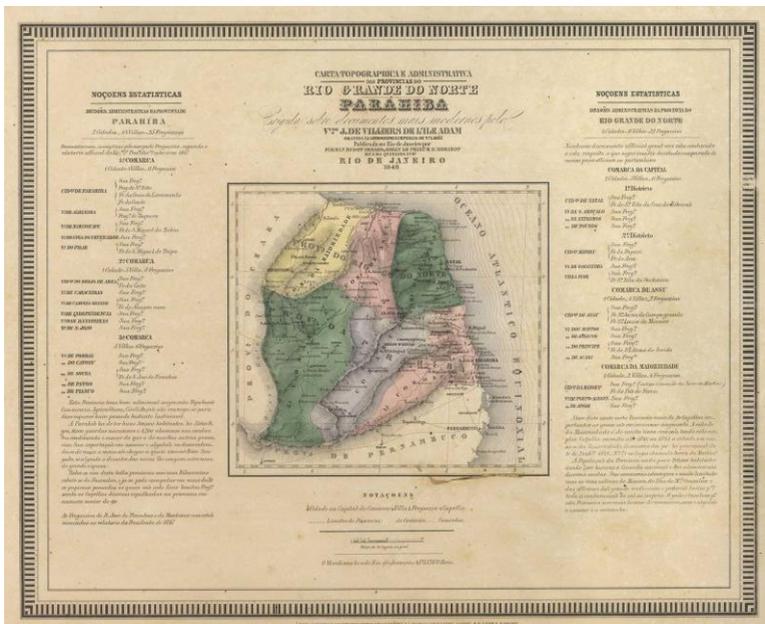


Figura 5 – Carta topographica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba, de 1848
 Fonte: Feita pelo Visconde J. de Villiers de L’Ille-Adam (Biblioteca Nacional).

O espaço de que aqui tratamos foi construído no âmbito da expansão econômica colonial nos sertões. “A velocidade com que a pecuária varria terras seguiu o crescimento da agromanufatura açucareira” (MACÊDO, 2015, p. 33) e, mesmo com a crise do açúcar na segunda metade do século XVII e na primeira do século XVIII, o criatório voltava-se para a subsistência.

Segundo o historiador Prado Jr., “o que propiciou a ocupação do sertão pela pecuária foi um conjunto de fatores relacionados à facilidade de instalação das unidades pastoris” (2000 *apud* IPHAN, 2012a, p. 39). O criatório de gado não requeria grandes investimentos por parte dos produtores, sendo necessários pequenos contingentes de homens, de modo que um único vaqueiro poderia cuidar de cerca de 250 cabeças de gado (IPHAN, 2012a). Havia grande disponibilidade de terra, o gado se reproduzia de forma endógena, e não era necessário investimento em técnica, uma vez que ele era criado de forma extensiva, o que exigia:

Apenas cuidados básicos de manutenção para que não fosse extraviado. Além disso, o animal realizava o autotransporte, fato que contribuiu para a sua rápida penetração, tendo em vista a grande distância dos mercados consumidores no litoral e a necessidade frequente de busca por novas pastagens, associada ao baixo teor nutritivo dos pastos devido às condições climáticas (IPHAN, 2012a, p. 40).

Nesse cenário, originou-se o que conhecemos por “caminhos do gado” (IPHAN, 2012a, p. 13), percursos que ligavam as zonas criadoras aos distantes mercados de Pernambuco e da Bahia, para onde manadas de bois eram conduzidas pelo sertão. Ao longo dessa via, fazendas criatórias se instalaram e o comércio de gado se desenvolveu; assim diferentes caminhos surgiram, fazendo a ligação entre o interior do Rio Grande e as capitanias vizinhas. Nas margens dos caminhos, foram se estabelecendo moradores que acolhiam os condutores de boiadas. Esses núcleos deram origem a feiras e povoados, “muitos deles posteriormente elevados à categoria de freguesia e vila” (IPHAN, 2012a, p. 41).

A paisagem sertaneja consolidou-se por intermédio de homens desejosos por novas oportunidades, os quais iam para o Seridó e para lá retornavam “anos depois com o objetivo de estabelecer suas famílias, obter licença episcopal e, assim, erigir capelas, essa era a composição da cidade com seus elementos essenciais e primitivos” (CASCUDO, 1984, p. 52). Segundo Cascudo (1984), os inúmeros pátios de fazenda, nos quais os vaqueiros aboiavam, deram origem às praças centrais de cidades sertanejas. “Quase todas as sedes municipais no interior do Rio Grande do Norte foram antigas fazendas de gado” (CASCUDO, 1984, p. 53). A toponímia conserva nomes que recordam a pastorícia e a paisagem sertaneja. Olavo de Medeiros Filho, na obra *Velhos inventários do Seridó*, dedica um capítulo à toponímia da região, da qual destacamos alguns exemplares (Quadro 7).

Quadro 7 – Toponímia do Seridó, segundo Olavo de Medeiros Filho

Toponímia do Seridó, segundo Olavo de Medeiros Filho	
Nomes	Significados
Acari	Sítio no Rio Acauã. Em 1814, passou à denominação de povoação e atualmente é cidade.
Acauã	Afluente do Rio Seridó, que banha a cidade do Acari.
Caatinga Grande	Sítio existente no atual município de Jardim do Seridó, próximo ao rio Acauã.
Cachoeira	Sítio localizado no riacho do mesmo nome, no município de Timbaúba dos Batistas.
Caicó	Sítio a partir da barra do Quipauá e atualmente a principal cidade da região seridoense.
Carnaúba	Sítio localizado no rio do mesmo nome, atualmente cidade de Carnaúba do Dantas. Há outra Carnaúba, em Serra Negra do Norte, pertencente à família de Manoel Pereira Monteiro, o patriarca desse município.
Currais Novos	Rio que, mais remotamente, tinha o nome de Maxinaré, afluente do Acauã. Antiga fazenda do mesmo nome e atual denominação de cidade da região do Seridó.
Currallinho	Propriedade pertencente à dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, na Serra de Santana.
Ermó	Sítio no rio Carnaúba, entre os da Carnaúba e o Riacho Fundo, em Carnaúba dos Dantas.
Espinharas	Rio que desagua no rio Piranhas e banha as cidades de Patos e Serra Negra do Norte.
Malhada da Areia	Sítio em território de Jardim do Seridó. O riacho do mesmo nome é afluente do Quipauá.
Passagem	Sítio pertencente à ribeira do Acauã.
Pé-da-Serra	Sítio banhado pelo rio Picuí no município de Currais Novos.
Riacho dos Bois	Sítio localizado no riacho do mesmo nome, no Município de Jucurutu.
Sabugi	Sítio existente no rio do mesmo nome, próximo à cidade de Caicó.
Seridó	Rio que deu origem à denominação de uma das regiões do RN, afluente do Rio Piranhas.

Serra Negra	Sítio que deu origem à cidade de Serra Negra do Norte, localizado na ribeira dos Espinharas. Também remota denominação dada à Serra de Santana, em Currais Novos.
Serra de Santana	Serra existente ao norte do município de Currais Novos.
Timbaúba	Sítio na Serra Timbaúba do Quinturará, limite, em 1801, entre as freguesias do Seridó e da serra do Cuité. Havia outra Timbaúba, atualmente cidade de Timbaúba dos Batistas.

Fonte: Medeiros Filho (1983, p. 293).

Nessa perspectiva, percebemos que a conjunção de todos esses fatores criou condições propícias para que a economia do gado se tornasse um dos principais agentes de colonização das terras do Rio Grande do Norte. O gado foi, certamente, um fixador e um expansor geográfico que possibilitou o movimento de mercadorias e pessoas, agenciou todo um complexo de atividades e técnicas que foram se adequando para atender ao modo de vida de uma sociedade pastoril que ali se formava, definida por uma dinâmica de práticas sociais adaptadas à vida imprevisível no semiárido nordestino.

3.1.2 Sertões de dentro e de fora: estrada das boiadas

A primeira estrada conhecida no Rio Grande do Norte, construída junto ao litoral foi, por muitos séculos, o percurso realizado rumo à Paraíba. A jornada para o interior ia até o vale do Ceará-Mirim, limite do conhecimento geográfico útil até mesmo depois da expulsão dos holandeses em 1654, como afirma Cascudo (1984). Ainda segundo esse folclorista, a repressão a revolta indígena provocou o alargamento das fronteiras corográficas, pois toda a área havia sido percorrida pelos militares. Logo que o controle foi retomado, sabemos o esforço realizado com vistas no processo de reconquista e repovoamento.

Uma das medidas estabelecidas pelo Senado da Câmara de Natal em 1692 foi o pedido para criação de arraiais, “povoados com defesa militar instalados nos quatro pontos extremos da região pacificada: Jaguaribe, Açu, Acauã e Curimataú” (CASCUDO, 1984, p. 308). As estradas ligavam esses lugares entre si e articulavam-se nas duas vias-tronco: “o caminho

do litoral, em direção ao sul, e a estrada da qual nasceriam as estradas das boiadas” (CASCUDO, 1984, p. 308). O fim da guerra deixou a lembrança da terra pisada e, como consequência, o traçado inicial dos futuros caminhos fortalecidos pelo comércio que ali haveria de se consolidar.

A partir do processo de fixação e do aproveitamento econômico das terras sertanejas, a dinâmica do comércio pecuário instaurou-se e deu origem à rede de estradas e variantes utilizadas para a compra e venda de gado e às feiras de suprimentos, início dos povoados e posteriores sedes municipais. As ligações direcionavam para Pernambuco e Paraíba, locais de grandes feiras, de modo que o trânsito de vaqueiros potiguares concentrava-se, essencialmente, nas estradas paraibanas (CASCUDO, 1984). Para Macêdo, “todos os trajetos de abastecimento das populações das capitâneas anexas à Pernambuco convergiam para as regiões dos brejos paraibanos, que se tornaram o ponto nodal das estradas de gado em direção às feiras, tanto por conta da menor distância ao sertão quanto pelas suas terras férteis produzir gêneros alimentícios destinados ao abastecimento interno no circuito colonial do semiárido” (2007 *apud* IPHAN, 2012a, p. 41).

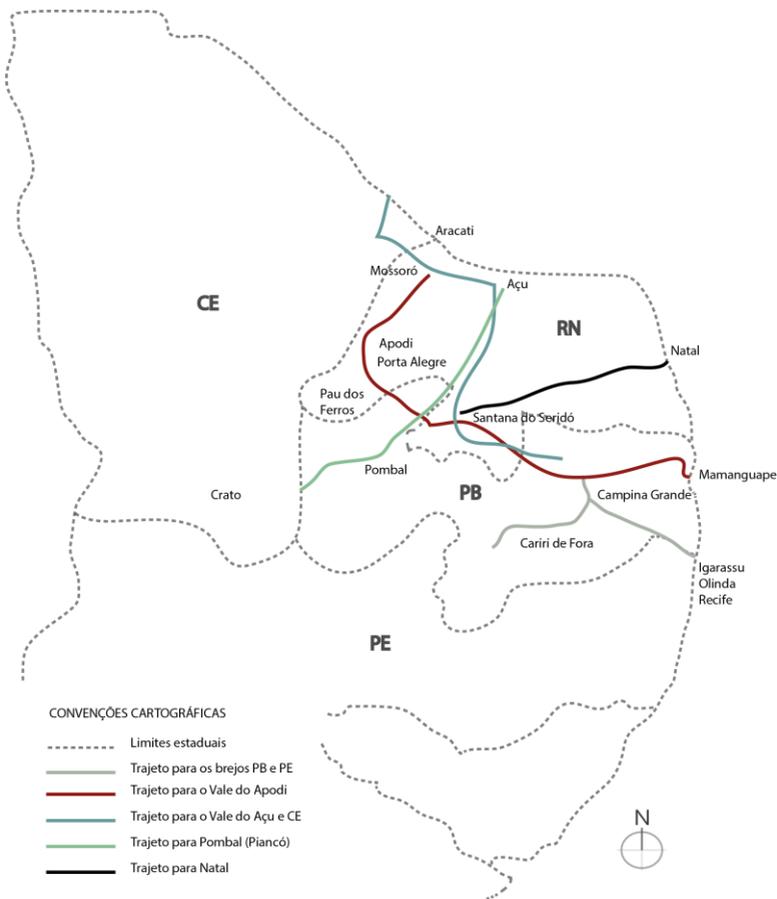


Figura 6 – Dinâmica do comércio para os vales e brejos da Paraíba e Pernambuco
 Fonte: IPHAN (2012a, p. 42), adaptado pela autora.

Nesse sentido, a conquista das capitânicas do Nordeste seguiu duas vias: a dos *sertões de dentro* e a dos *sertões de fora*. A ocupação do interior do Rio Grande foi viabilizada, em sua maior parte, por essa última rota, “que se localizava entre o planalto da Borborema, na Paraíba, e a Serra Grande, na divisa do Ceará com o Piauí, para onde caminhavam os colonizadores pernambucanos e baianos” (MACÊDO, 2015, p. 34). A rota dos *sertões de dentro*, que partia da Bahia seguindo o rio São Francisco acima, foi responsável pelo povoamento das áreas mais afastadas do litoral (MACÊDO, 2015).

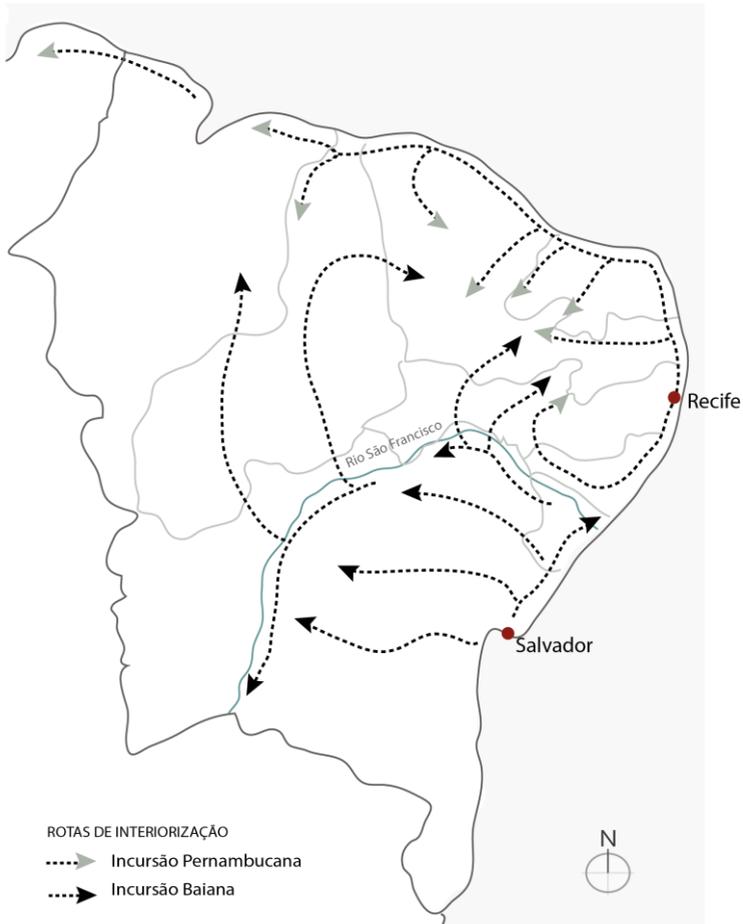


Figura 7 – Caminhos do gado
 Fonte: Macêdo (2015, p. 35), adaptado pela autora.

Assim, no sertão nordestino, as primeiras estradas e fazendas produtoras se confundiam com os leitos de suas ribeiras, áreas mais férteis e propícias para o criatório. Dessa forma, tornaram-se vias naturais para a entrada dos colonos, o que possibilitou o povoamento do interior integrando-o ao circuito produtivo da colônia. A busca por regiões adequadas à atividade pastoril determinou a escolha dos logradouros para fixação da nova gente. Essa insistência acabou por criar percursos e vias de conexão entre os centros que começavam a se estruturar. Envolvidos

nesses desconhecidos caminhos, os aspectos socioculturais do homem sertanejo perpetuaram-se.

3.1.3 Lavouras e a cultura do algodão

As fazendas de gado nem sempre eram exemplares de grandes latifúndios produtivos (MACÊDO, 2015). A situação irregular das chuvas, com período seco dominando grande parte do ano, principalmente entre agosto e dezembro, e as técnicas rústicas de criação que necessitavam de muitos hectares para dar conta da nutrição de um pequeno rebanho restringiam, muitas vezes, o desenvolvimento de outras atividades.

No geral, as terras eram destinadas à criação de gado. “A produção de alimentos de origem vegetal era destinada mais ao consumo interno e somente a mandioca e o algodão tiveram uma expressiva movimentação financeira e foram objetos de descrição nos inventários, seja em quantidade como na especificação dos instrumentos de seu beneficiamento” (MACÊDO, 2015, p.89).

Nas terras destinadas às lavouras, cultivavam-se gêneros para autoconsumo: milho, feijão, jerimum, maxixe, melão, mandioca e algodão. “A agricultura como atividade subsidiária ao criatório desenvolveu-se em pequenas áreas das fazendas de criação, visando o sustento de cada sítio” (MACÊDO, 2015, p.90). Em períodos de longo estio, nomeadamente nos das grandes secas, esses produtos valorizavam-se a ponto de “a falta de farinha tornar inestimável o preço desse gênero alimentício” (MACÊDO, 2015, p.92). Mediante a análise dos inventários observamos a presença de equipamentos próprios para confecção de farinha como as casas de farinha e seus aviamentos. Alguns dos inventários analisados estão destacados no Quadro 8.

Quadro 8 – Relação dos equipamentos de beneficiamento da mandioca encontrados nos inventários analisados

Relações dos equipamentos de beneficiar a mandioca nos inventários do Seridó séculos XVIII e XIX			
Inventário de fazenda	Ano	Autos	Título
Adriana de Holanda e Vasconcelos Fazenda Totoró de Cima	1793	Número de ordem 3, 1º cartório da comarca da cidade de Currais Novos.	“Uma morada de casas térreas de taipa, sem bom feito, sita na Serra de plantar denominada Santa Ana. Uma casa de fazer farinha, com todos os seus aviamentos, velhos, e um engenho do mesmo ofício, visto e avaliados pelos louvados acharam valer, eles avaliadores, trinta mil réis [...]” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 176).
Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão (2º) Fazenda Totoró	1814	Número de ordem 16, 1º cartório da comarca da cidade de Currais Novos.	“Uma morada de casa de taipa, coberta de telha, que serve para aviamento de farinha, na serra do Piauí” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 213).
Capitão-Mor Manoel Gonçalves Melo Fazenda Sabugi	1819	1º cartório da comarca da cidade de Caicó.	“Um sítio de terras de plantar, na serra do Teixeira, com três léguas de comprimento e uma de largo, com casa, roda, e todos os mais acessórios para desmanchar mandioca, com dois caixões de despejos” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 220).
Comandante-Superior Antônio Álvares Mariz Fazenda Arapuá	1860	1º cartório da comarca da cidade de Caicó.	“Uma prensa e roda de fazer farinha” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 262).

Fonte: Medeiros Filho (1983), adaptado pela autora.

Segundo Macêdo (2015), a cotonicultura ultrapassou sua função de cultivo de subsistência entre o século XVIII e o XIX. A razão da prosperidade agrícola e comercial deveu-se à Revolução Industrial, que utilizava o algodão na indústria têxtil. O interesse natural do mercado inglês foi acentuado em consequência das crises ocorridas nos Estados Unidos, causadas, especialmente, pela Guerra de Independência (1776-1783). “Privada da principal fonte fornecedora americana, a Inglaterra acionou outros mercados para abastecer seu parque têxtil” (MACÊDO, 2015, p. 94).

Esse cenário contribuiu para que o açúcar cedesse seu espaço ao algodão, produto que, na área da capitania do Rio Grande, já era cultivado e tecido pelos indígenas, e, em seguida, foi explorado na zona agrícola próxima ao litoral e nas terras dos sertões pastoris. “No entanto, somente no século XIX, esse setor agrário consolidou-se quando passou da

agricultura de autossustento para a mercantil” (MACÊDO, 2015, p. 94). Cascudo (1984, p. 46) define-o como: “Cultura distributiva, democrática, individual, podendo toda gente plantar e colher, já o açúcar exige financiamento, dinheiro para as safras, casas, máquinas, homens e cuidados”.

Após a *grande seca* (1790-1793) responsável por assolar os sertões das capitâneas localizadas ao nordeste da colônia portuguesa no Brasil, impossibilitando o fornecimento de gado, a fase agrícola retornou.

A produção da cotonicultura foi expressiva no agreste dessas capitâneas, mas também já começava a ativar as regiões áridas, acostumadas ao labor do pastoreio. O cultivo da fibra não trazia prejuízo para a criação de gado por dois motivos: primeiro, porque sobravam pastos após a lamentável perda dos rebanhos; segundo, porque, uma vez feita a colheita, o que sobrava da lavoura servia de ração para o gado. Nesse contexto de crise, surgem, então, pela primeira vez, a oportunidade e a possibilidade de exportação de uma mercadoria agrícola sertaneja (MACÊDO, 2015, p. 95).

Em *Velhos costumes do meu Sertão*, Juvenal Lamartine de Faria assim descreve o processo primitivo de beneficiamento do algodão:

Conheci, quando ainda menino, duas das primeiras máquinas (moendas) de descaroçar o algodão. Eram manuais e acionadas por dois homens robustos. Beneficiavam, em 8 ou 10 horas de trabalho, no máximo 4 arrobas, ou sejam, 60 quilos de algodão em pluma. Essas máquinas foram depois substituídas por boladeiras tracionadas por bois, que começavam a trabalhar pela madrugada; descaroçavam até 240 kg de algodão no decorrer de um dia de trabalho. Substituídos por locomóveis, a lenha, e estes por motores a gasolina, querosene e diesel que deram lugar às usinas atuais. Era rara a casa de fazendeiro que não tinha um tear manual para tecer o algodão fiado pelas escravas, em fusos de mão, ou pequeninos engenhos fabricados de madeira e acionados com o pé (FARIA, 1965, p. 44).

As informações contidas nesse texto fazem-nos perceber que a cotonicultura não só conectou a agricultura sertaneja ao mercado externo como também fomentou o mercado das suas regiões ao valorizar o

excedente da produção familiar. Pequenos produtores passaram a comercializar essa cultura, constituindo, dessa forma, uma nova fonte de renda; além disso, seu cultivo se aliava às culturas de subsistência sem prejudicar a rotina dos demais plantios.

3.2 Paisagem sertaneja

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a paisagem sertaneja propriamente dita, é imprescindível que definamos *paisagem*, ato que apresenta um certo grau de dificuldade em razão da polissemia do termo e da diversidade de seu emprego por diferentes áreas do conhecimento. Além desses entraves, é importante considerar a advertência que nos faz Duncan sobre a impossibilidade de haver uma única leitura de paisagens.

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade (DUNCAN, 1990 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 23).

Segundo Ribeiro (2007), a geografia é uma das disciplinas que, ao longo de sua história, mais tem-se dedicado a refletir sobre a paisagem. Esse campo do saber apresenta uma ampla gama de abordagens que visam à interpretação da paisagem, cujos conceitos e métodos podem servir de base às políticas e ao seu gerenciamento como bem patrimonial natural e cultural. No âmbito dessa disciplina, a paisagem é um conceito passível de múltiplas acepções e está em permanente construção (RIBEIRO, 2007). A despeito das diferentes correntes do pensamento geográfico, partimos do entendimento de que a paisagem é produto da interação do homem com o meio natural.

Entre os geógrafos, há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada com ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. Em outras palavras,

“ela não é apenas um fato natural; ela inclui a existência humana” (MAXIMIANO, 2004, p. 87). A construção do conceito de paisagem no âmbito dessa disciplina no Brasil tem a contribuição de vários autores, dos quais destacamos Ab’Saber e Milton Santos. O entendimento da paisagem para esses autores envolve duas dimensões de análise: a morfológica e a do seu conteúdo simbólico.

“Quanto à primeira, precisa ser compreendida em duas diferentes temporalidades que envolvem o tempo da natureza e o tempo da história humana” (PEREIRA, 2018, p. 18). Conforme Ab’Saber (2003, p. 3), “a paisagem é uma herança de processos fisiográficos e biológicos de longa duração e um patrimônio coletivo dos povos que historicamente a herdaram como território de atuação de suas comunidades”.

Quanto ao tempo da história humana, Milton Santos o define como *rugosidades*, ou seja, marcas que as ações humanas e as sociedades vão imprimindo no espaço geográfico, registrando suas atividades, seus costumes, suas tecnologias e suas culturas. O renomado geógrafo destaca que “a paisagem representa diferentes momentos da produção do espaço, sendo o resultado de uma acumulação de tempos que se alteram continuamente para poder acompanhar a transformação da sociedade” (PEREIRA, 2018, p. 19). Em suas palavras:

A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] Nesse sentido é transtemporal ao juntar objetos passados e presentes numa construção transversal (SANTOS, 2006, p. 66-67).

No conteúdo simbólico, Ribeiro (2007) entende que a paisagem incorpora valores humanos e pode ser interpretada com base na relação afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz. À luz dessa perspectiva, “o que confere identidade à paisagem pode não corresponder apenas à sua morfologia, mas ao significado social de fazer parte dela” (PEREIRA, 2018, p. 19).

Sem diminuir as contribuições da geografia, cabe apontar que a inclusão do conceito de paisagem no campo do patrimônio requer outras abordagens. Ao considerarmos que o patrimônio cultural é, por definição, seletivo e que, embora a geografia admita que a paisagem é cultural, “nem toda paisagem é patrimonializável, assim como nem todos bens culturais podem ser reconhecidos como patrimônio” (IPHAN, 2012a, p. 100). Corroborando tal pensamento, Vasconcelos afirma que

[...] a questão não é mais que elementos culturais estão presentes na paisagem, mas sim, que paisagens são dotadas de valores culturais e naturais dignos de serem reconhecidos e protegidos pelas políticas públicas. Portanto, apesar de toda paisagem ser cultural, só algumas delas merecem ser patrimonializadas (VASCONCELOS, 2011, p. 56).

Destacamos a importância de estabelecer diretrizes e critérios de seleção relacionados à paisagem cultural no campo do patrimônio. Assim, no âmbito institucional, a proteção das paisagens culturais foi criada, em 1992, pela UNESCO, como uma categoria específica do patrimônio cultural. Anos depois, o Conselho da Europa regulamentou a sua proteção por meio da *Recomendação R (95) 9* e, posteriormente, em 2000, pela *Convenção Europeia da Paisagem*.

Em âmbito nacional, conforme nos referimos anteriormente sobre a criação do *corpus* legal, a *Portaria IPHAN 127/2009* é o instrumento jurídico e regulamentador da paisagem cultural e de sua chancela no Brasil. Segundo o texto, o recorte territorial é elemento fundamental para os estudos da paisagem exatamente pela excelência das porções singulares no país. Para cada porção peculiar do território nacional, encontramos, em razão do processo de interação do homem com o meio natural, marcas próprias e valores singulares portadores de referência à identidade e à memória. A partir do convívio com os espaços construídos, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, identificamos o testemunho dessa relação histórica, revelada pelas formas específicas de uso, apropriação e agenciamento do espaço empregadas pelos vários grupos que compõem uma comunidade.

Adotando essa linha de pensamento, o IPHAN destaca que o Brasil é formado por uma considerável diversidade de paisagens, costumes e lugares e, sendo assim, considera como exemplos de paisagem cultural as relações entre o *sertanejo e a caatinga* (Região Nordeste), o *candango e o cerrado* (Região Centro-Oeste), o *boiadeiro e o pantanal* (Centro-Oeste), o *gaúcho e os pampas* (Região Sul), o *seringueiro e a floresta amazônica* (Região Norte), bem como o *pescador e os contextos navais tradicionais*. Todas representam o caráter especial de relevância cultural para cada um desses lugares.

Ressaltamos que, mesmo em vigor há alguns anos, a Portaria ainda não chancelou qualquer paisagem cultural brasileira como patrimônio. Esse fato pode ser atribuído à complexidade de pormenores a serem levados em consideração no momento de sua aplicação. Forma distinta das outras vias ou unidades de conservação, a *chancela* atua por meio da promoção da paisagem, destacando-a no contexto nacional e reconhecendo seus atributos culturais, através de iniciativas de valorização dos grupos que a produzem, motivando-os nas suas atividades e, conseqüentemente, preservando a paisagem cultural. Como defende Vieira Filho (2009), ela busca a preservação não só do que está construído mas também dos atributos de valores, dos resultados dos usos e das práticas que ocorrem sobre o território. Mais que estabelecer um novo tipo de patrimônio cultural, a *chancela* pede o envolvimento direto dos grupos que vivem no território a ser chancelado, assim como necessita de um plano de gestão em integração com outras instâncias do poder público e da iniciativa privada, visando às ações de valorização e incentivo de boas práticas realizadas junto aos parceiros e grupos locais.

Atualmente o IPHAN centra suas ações nos estudos das paisagens, como exemplos, destacamos os trabalhos pioneiros à aplicação da *chancela*: “Paisagem cultural da imigração em Testo Alto e Rio da Luz (SC); Paisagem cultural das canoas de calão, da venda do peixe e da construção naval de Valença (BA); Paisagem cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP); Paisagem cultural da jangada

de dois metros de Pitimbu (PB); Paisagem cultural do Vale do Ribeira (SP) e Paisagem cultural da Foz do Rio São Francisco (SE/AL)” (PEREIRA, 2018, p. 24-25). Entretanto, só são reconhecidas internacionalmente e inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, as seguintes paisagens culturais: “o Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar e o Conjunto Moderno da Pampulha” (IPHAN, 2018a, p. 22).

Depreendemos, a partir das conclusões e das referências do IPHAN, que a Paisagem Cultural Brasileira constitui um recorte territorial específico, estabelecido a partir do reconhecimento de qualidades e atributos singulares, que tornam determinada porção do território única. Nesse sentido, o homem, agente organizador do espaço, intervém no meio natural e por ele é influenciado, de modo a transformar a paisagem no decorrer do tempo, imprimindo-lhe marcas culturais. A paisagem cultural, portanto, da forma como definida pelo IPHAN, é configurada como um conjunto de códigos tangíveis e intangíveis que, em conjunto, representam as heranças das sucessivas relações entre o homem e a natureza, a partir das quais compreendemos a paisagem cultural como um todo.

Dessas reflexões, podemos depreender que a *paisagem sertaneja* é singular e reúne, ao mesmo tempo e de maneira articulada, várias dimensões do chamado patrimônio cultural: material, natural e de suas manifestações culturais. Representa a íntima relação estabelecida entre os grupos ali presentes e a sua ambiência, interação que explica como se estruturou a produção dos objetos e da vida no sertão. No Seridó, a natureza forneceu os recursos necessários à produção da vida material do povo sertanejo junto à caatinga, às serras, às ribeiras e à formação da diversidade cultural existente na região. A exemplo disso, registramos que, nos sertões nordestinos, as primeiras fazendas localizavam-se nas ribeiras com o leito do rio dividindo a sesmaria ao meio. Essa afirmativa pode ser comprovada no verbete “Ribeira”, do *Dicionário de vocábulos brasileiros*, editado em 1889 e citado em *Ferro das Ribeiras*, obra de Oswaldo Lamartine.

Ribeira – Província do Norte – Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário (FARIA, 1984, p. 43).

As ribeiras foram elementos importantes na espacialização do Seridó. Para atender aos efeitos fiscais e à contagem da população, a capitania foi dividida em ribeiras, recortes naturais, e estas, em freguesias e vilas contendo valor religioso e político, respectivamente. No relatório de José Cezar de Menezes, Governador e Capitão-Geral de Pernambuco, o Rio Grande do Norte foi repartido em cinco ribeiras, entre as quais se insere a do Seridó: “[...] que he no Certão da Capitania e fica ao Nascente da do Apodi” (MACÊDO, 2015, p. 195). A partir dessa determinação, a Ribeira do Seridó tornou-se a primeira denominação geográfica da atual circunscrição seridoense.



Figura 8 – Paisagem sertaneja: Fazenda Aroeira, em Serra Negra do Norte, Seridó
Fonte: Acervo da autora.

Os modos de vida e as manifestações culturais aparecem como resultado da forma como o homem sertanejo aprendeu a se relacionar com os recursos existentes. A natureza marca o cotidiano dessas comunidades

que têm, nos percursos dos rios e afluentes, o esteio de sua sobrevivência. A ribeira, portanto, constitui uma espécie de agregador cultural que uniu não só valores materiais como também tradições, técnicas e conhecimentos, ou seja, um espaço que conectou fluxos materiais e imateriais indispensáveis à produção social. Sendo assim, depreendemos que a construção do patrimônio edificado como um dos exemplos do resultado dessa interação é elemento de mediação na formação da identidade, da cultura e da memória coletiva regional, pois testemunha a relação histórica da apropriação humana junto às condições naturais.



Figura 9 – Paisagem sertaneja do Seridó

Fonte: Chiriboga (2007).

A análise do patrimônio vernacular da região do Seridó Potiguar, inserido nos estudos da paisagem sertaneja, possibilita uma abordagem que ultrapassa o aspecto material. Ao adotarmos essa linha de pesquisa, expomos contextos culturais mais complexos que não podem ser compreendidos por fragmentos isolados, mas pelo conjunto dos elementos que configuram e marcam esse território, além de possuírem forte relação

entre si e serem fundamentais para o reconhecimento do patrimônio construído aqui tratado.

3.2.1 O Seridó Potiguar

Em sua obra *O outro Nordeste*, Djacir Menezes (1937) ressalta que existem pelo menos três nordestes diferentes:

[..] o do litoral e vales úmidos, dominado pela agricultura, casas-grandes e engenhos, habitado por brancos, negros e alguns índios tupis; o das praias baixas e arenosas, marcado pela presença de pescadores e uma frágil agricultura de subsistência; e o nordeste do sertão da caatinga, quente e seco, habitado por índios tapuias e vaqueiros, aptos quase que exclusivamente à pecuária extensiva (MENEZES, 1937 *apud* ARCANJO, 1996, p. 78).

Com relação ao último nordeste descrito na citação, informamos que a denominação *sertão* teve seus primeiros registros em Portugal designando terras distantes de Lisboa. Com o processo de expansão marítima, o significado do termo expandiu-se, passando a referir-se também às terras conquistadas em outros continentes (BARBOSA, 2000).

No Brasil, esse processo de ampliação ganhou novos realces. Aqui o termo passou a representar espaços vastos, desconhecidos, pouco habitados, inacessíveis; a ser expressão de não civilização, atribuída à noção de ausência dos súditos do Rei: “sertão é o espaço bárbaro oposto ao espaço civilizado do litoral” (SCHETTINO, 1995, p. 8).

Nossa investigação trata do sertão da caatinga, parte significativa do território brasileiro, como bem definiu Menezes. Constitui uma área localizada no nordeste do país, a qual, assim como afirma Guimarães Rosa (1956, p. 74), é do “tamanho do mundo”; e marcada por particularidades que, aos poucos, foram desvendadas em experiências e estudos realizados pelos autores regionais já mencionados (Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros Filho e Luis da Câmara Cascudo), e na obra da arquiteta Nathália Maria Montenegro Diniz (2015), *Um sertão entre tantos outros*.

Por sua dimensão e suas peculiaridades, a porção territorial que aqui analisamos é uma das partes desse vasto território, conhecida como *Seridó Potiguar* e descrita por Luís da Câmara Cascudo como topônimo do linguajar dos *tapuias* transcrito como *ceri-toh*, que significa pouca folhagem e pouca sombra. Nesta pesquisa, estudamos alguns dos diversos aspectos de um universo que ainda hoje é quase inóspito e incógnito, marcado por longas distâncias e imensos vazios.

Localização

A região do Seridó Potiguar, especificamente Ocidental e Oriental, segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), abrange uma área de 6.970,60 km², localizada na porção centro-sul do Rio Grande do Norte, limítrofe à Paraíba, representa cerca de 13,08% do território estadual.

Na classificação regional do IBGE de 1989 (IBGE, 1990), o Seridó estava situado na Mesorregião Central Potiguar, uma das quatro subdivisões do estado, dividido entre as microrregiões do Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Serra de Santana, com apenas um município fora da área central – Jucurutu, no Oeste potiguar, extensão criada a partir das similaridades geográficas, econômicas e sociais.

Em 2017, o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro. Atualmente, o Rio Grande do Norte está dividido em 167 municípios, distribuídos em “onze regiões geográficas imediatas, que, por sua vez, estão agrupadas em três regiões geográficas intermediárias” (IBGE, 2017, p. 41). Essa divisão apresenta um quadro vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão publicada na década de 1990. No Quadro 9, apresentamos a divisão geográfica vigente no Estado do Rio Grande do Norte.

Quadro 9 – Quadro sistemático da divisão regional do Estado do Rio Grande do Norte em regiões imediatas e intermediárias

Regiões geográficas intermediárias e imediatas (IBGE)			
Estado	Intermediária	Imediata	Número de municípios
Rio Grande do Norte	2401 - Natal	240001 - Natal	24
		240002 - Santo Antônio, Passa e Fica, Nova Cruz	13
		240003 - Canguaretama	09
		240004 - Santa Cruz	09
		240005 - João Câmara	10
		240006 - São Paulo do Potengi	10
	2402 - Caicó	240007 - Caicó	15
		240008 - Currais Novos	09
	2403 - Mossoró	240009 - Mossoró	17
		240010 - Pau dos Ferros	34
		240011 - Açu	17

Fonte: IBGE (2017).

Com base nos dados de 2017, os municípios do Seridó, que, na versão anterior, estavam distribuídos na Mesorregião Central Potiguar, foram anexados à intermediária de Caicó e distribuídos nas regiões imediatas de Caicó e Currais Novos, destoando dessa conformação apenas a cidade de Santana do Matos, localizada na região intermediária de Mossoró, imediata de Açu. Essa nova distribuição dos municípios do Seridó Potiguar está representada no Quadro 10.

Quadro 10 – Quadro da divisão regional dos municípios do Seridó Potiguar

Distribuição dos municípios do Seridó Potiguar nas regiões intermediárias e imediatas (IBGE)			
Região	Intermediária	Imediata	Municípios
Seridó Potiguar	2402 - Caicó	240007 - Caicó	Caicó, Cruzeta, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas.
		240008 - Currais Novos	Acari, Bodó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Florânia, Lagoa Nova, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz.
	2403 - Mossoró	240011 - Açu	Santana do Matos

Fonte: IBGE (2017).

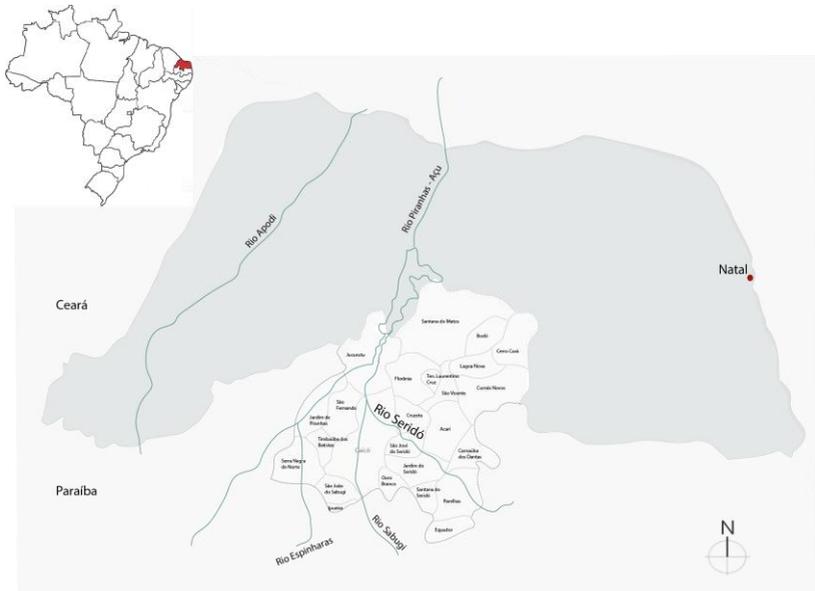


Figura 10 – Mapa com a delimitação dos Municípios do Seridó Potiguar

Fonte: Mapa desenvolvido a partir de dados do IBGE (2017) e do Sistema de Informações Hidrológicas da Agência Nacional de Águas (ANA), disponível em: <http://www.snirh.gov.br/gestorpcd/Mapa.aspx>.

Como pode ser observado, o Seridó Potiguar constitui-se como um território relativamente homogêneo, interpretação resultante da interação de diversos aspectos que garantem uma peculiaridade ao referido espaço. Sua delimitação está associada ao ambiente, à economia, à política, assim como à sociedade sertaneja e aos seus traços culturais. É uma circunscrição territorial habitada por um povo resistente às diversidades naturais, que cria e recria alternativas de sobrevivência, configurando um espaço de identidade cultural marcado pelo sentimento de pertencer seridoense. Como afirma Morais:

O Seridó em termos de limites constitui-se emblemático da premissa de que a cartografia dos lugares circunscreve prerrogativas humanas, portanto, corresponde a um traçado de linhas carregadas de conteúdo histórico, político, econômico e/ou cultural (MORAIS, 2005, p. 67).

3.2.2 Sua gente

Iniciamos nossas reflexões sobre a formação da sociedade seridoense, com a seguinte passagem sobre os sertões, extraída de um de seus estudos acerca da história brasileira:

Os sertões eram, a despeito dos perigos da indiada, do solo árido e do clima causticante, logradouros onde poderiam ser experimentadas novas performances sociais e econômicas, algo improvável de ser conseguido no reino também infenso às pestes e à pauperização dos camponeses devido às chuvas irregulares e aos solos organicamente exaustos (BOXER, 2002, p. 104).

A sociedade formada nas ribeiras do Seridó, representante da elite econômica e política da região, não era necessariamente monetarizada, porém possuía terra e gado; enquanto isso, a maioria da população se estruturava como a força de trabalho. Os proprietários “não eram fidalgos portugueses, mas pessoas que, embora provenientes do reino ou nascidos na colônia, vinham de uma extração social inferior” (MACÊDO, 2012, p. 44) e se tornaram fazendeiros pelas oportunidades que a pecuária e as terras não colonizadas lhes ofereceram.

Os sertões foram a grande oportunidade para os que não encontravam colocação nas zonas açucareiras e foram beneficiados pela franca concessão de sesmaria para atender ao projeto de ampliação populacional (MACÊDO, 2015). O criatório, que como estruturador social não requeria grandes investimentos, funcionava com reduzida mão de obra livre e poucos escravizados, e sua produção voltava-se, sobretudo, para o consumo interno da colônia e da região.

“Praticamente inexistia vida urbana no Seridó do século XVIII” (MACÊDO, 2012, p. 77). Segundo Cascudo (1984, p. 325), “o retardamento na vida municipalista está relacionado à dispersão da atividade pastoril”, que, aos poucos, polvilhava os campos com contingente humano e propriedades.

A recuperação dessa realidade leva-nos à constatação de que a sociedade era extremamente ruralizada, dispersa em fazendas que

constituíam um arranjo marcante na organização socioespacial da região e que proviam sua gente com o necessário. A dinâmica social era fortemente marcada pelo poder local, expressa na figura do fazendeiro.

3.2.2.1 Fazendeiros

Os fazendeiros eram os proprietários de terras, muitos deles responsáveis pelo ordenamento social da região, atribuído pelo “status militar dado aos homens bons” (MACÊDO, 2012, p. 56), aqueles que costumavam andar na retidão das leis e que eram gestores das coisas públicas, qualidade também expressa pelo seu patrimônio. Alguns adquiriram suas terras como pagamento pelo combate aos indígenas. No contexto Brasil Colônia, em que a presença da administração real pelo interior era bem rarefeita devido à distância dos centros de poder, a elite dos fazendeiros foi-se constituindo como instância de autoridade a partir de “laços de compadrio ungidos na pia batismal” (MACÊDO, 2012, p. 50) e da outorga de favores, instaurando vínculos de dominação baseados em lealdade. Posteriormente, com a criação das milícias, da Guarda Nacional e do Senado da Câmara nas Vilas, consagrou-se o poder dessa elite pela posição de dominação social, econômica e política sobre a população (MACÊDO, 2012).



Figura 11 – Coronel comandante superior da Guarda Nacional do Seridó Batista Pereira (4/3/1822 – 30/9/1871),

Coronel comandante superior da Guarda Nacional do Seridó Ezequiel de Araújo Fernandes (10/4/1843 – 24/4/1904) e tenente-coronel Clementino Batista de Araújo do Caicó (19/10/1833 – 25/5/1926), respectivamente.

Fonte: Medeiros Filho (1982, p. 120-122).

As elites políticas dos sertões eram recrutadas dentre os abastados senhores de terras. Como exemplo típico de fazendeiro seridoense, temos Tomás de Araújo Pereira, vianense do Minho e grande fazendeiro em Acari, no Seridó, que perpetuou seu nome por quatro gerações. Entre seus sucessores, merece destaque um da terceira geração, “Tomás de Araújo Pereira, que foi promovido, em 1799, a tenente e, em 1806, a Capitão-Mor da Primeira Companhia de Cavalaria de Ordenança da Vila do Príncipe, percurso comum realizado pelas linhagens dos fazendeiros seridoenses” (MACÊDO, 2012, p. 54).

A relação estabelecida entre patente militar e proprietário enraizou-se na cultura sertaneja, fundamentada nas bases do tradicionalismo patriarcal; daí a referência atribuída aos fazendeiros como coronéis, mesmo para os despossuídos de ordem. Conforme registrou Cascudo (1984, p. 326): “Existindo na Ribeira mais de cinquenta moradores, dispersos e relativamente vizinhos, nomeava o Capitão-Mor uma autoridade local, sem vencimentos, representando a justiça, encarregada de mantê-los em boa ordem, harmonizar-lhes as desavenças”.

Ainda para os homens de terra, eles seguiam o status de homem abonado ou nobre da terra. De acordo com Macêdo (2015, p. 187), “eram senhores que descendiam dos primeiros povoadores, que exerciam ou tinham exercido postos na administração, que se sentiam superiores aos outros moradores, e assim eram reconhecidos por estes, e que casavam com pessoas do mesmo nível social”. Muitos mantinham duas residências montadas, “sendo a principal, a casa da fazenda, e a outra, a da cidade, usada em dias de festas, nomeadamente as religiosas” (FEIJÓ, 2002, p. 12).

Evidenciamos, no entanto, que, mesmo com os atributos recebidos, o envolvimento com as atividades pastoris era uma rotina que aproximava o senhor e os vaqueiros, homens livres e escravizados. Esse ofício, que, por sua própria natureza, necessitava de reduzida mão de obra, promoveu diretamente o engajamento do proprietário com os vaqueiros e ajudantes, que, juntos, tocavam os afazeres diários sem muitas diferenças na lida. Em outras palavras, o viver na fazenda sertaneja da Ribeira do Seridó estava

relacionado com a rústica vida pastoril, uma lida árdua com o gado e com a terra.

3.2.2.2 Vaqueiros

Segundo os autores estudados, os vaqueiros são homens livres ou escravizados de confiança do senhor de terras, encarregados diretos da administração da fazenda. São aqueles que, possuindo terras e gado, seriam tomados como tais, além dos que, mesmo sem possuir terras, criavam seu gado em estabelecimentos rurais de outrem. Como figuras de maior importância, a eles cabiam as obrigações essenciais da propriedade, como a distribuição das ordens do patrão e o trato com o gado.

O escravo vaqueiro não podia ter o mesmo tratamento que aqueles dos canaviais, senão o campo aberto seria por demais sedutor para lhe instigar fuga; por isso, a ascensão social dos que começavam a vida nesse ofício era possível dada a forma de sua remuneração. Esta era a chamada *sorte*, ou seja, o número de cabeças recebidas geralmente depois de três, quatro ou cinco anos, correspondente a um quarto das crias repassado na data acordada para a *apartação* do rebanho (MACÊDO, 2012).

De posse do vaqueiro, o gado poderia ser vendido, convertido em mais unidades ou até utilizado como empréstimo ao senhor da fazenda. Era possível acumular o suficiente para arrendar ou comprar um sítio, onde passaria a explorar seu próprio criatório e lavoura ou, no caso de vaqueiro escravo, comprar sua liberdade.

Câmara Cascudo ressalta que a autonomia experimentada pelos vaqueiros e a autodeterminação de que dispunham, longe de feitores e de trabalhos forçados, foi de grande contribuição para a formação da cultura popular sertaneja. De acordo com o historiador:

Todo o ciclo do gado projeta para o folclore a multidão dos cantadores, dos vaqueiros poetas e dançadores, dos cangaceiros, dos violeiros e batedores de emboladas com pandeiros, iguais, idênticos, sensíveis, no nivelamento psicológico de uma formação que lhes dera independência e movimentos no

mesmo âmbito do trabalho diário. [...] Quem diz sertão diz vaqueiro, gado, aboio, vaquejada, louvação, derrubada, elementos presentes e preciosos na cultura popular do nordeste brasileiro (CASCUDO, 1956, p. 11).

A gesta do vaqueiro marca a cultura sertaneja no Nordeste. Foi pelo seu trabalho e seu esforço que se desenvolveu um modo de vida particular, peculiar do sertão e extremamente rico que envolve vocabulário, indumentária, alimentação, costumes, entre outros aspectos. Construiu-se uma identidade muito própria, marcada pela comunhão de códigos comportamentais e a ideia de pertença, desenvolvida por um processo natural de transmissão da cultura de geração em geração. No Seridó Potiguar, o vaqueiro é presença marcante na rotina da lida com o gado, prova legítima de habilidade e força no semiárido nordestino.



Figura 12 – II Pega de Boi no Mato na Fazenda Pitombeira em Acari, Rio Grande do Norte, Seridó Potiguar
Fonte: Alexandro Gurgel (2007). Disponível em: <http://fazendapitombeira.blogspot.com/>.

3.2.2.3 Escravizados

Na tentativa de entender a trajetória social dos escravizados, recorreremos a Cascudo:

Os escravos mandados para o sertão transformaram-se em vaqueiros, cantadores aclamados, padrinhos de ioiôs e derrubador de touros. Estabelecia-se uma identidade social pela uniformidade das tarefas, iguais para todos, escravos e amos. Nos canaviais, terras de café, diamanteiras e garimpos, o negro vivia animal de carga. No sertão jamais foram numerosos pela própria simplicidade do trabalho da pastorícia (CASCUDO, 1956, p. 44).

As investigações realizadas por Medeiros Filho (1983) nos inventários da região, compilados na obra *Velhos inventários do Seridó*, revelaram que o Seridó possuía um número de escravizados que variava de um a trinta e dois para cada senhor, quantidade significativamente inferior à da zona açucareira. “Os fazendeiros dedicados exclusivamente à criação tinham um número menor de escravos; os que também exploravam a atividade agrícola, em maior escala, cerca de dezoito escravos” (MEDEIROS FILHO, 1983, p.31).

Um fato peculiar na região é descrito por Oswaldo Lamartine:

Contavam os mais velhos que os escravos, quando conseguiam adquirir uma semente de gado, obtinham dos seus amos consentimento para usar o ferro da fazenda de cabeça para baixo. Esse costume sobreveio entre a vaqueirice para ferrar o gado que lhe cabia na sorte, ou que criavam e ainda criam em terras das fazendas (FARIA, 1984, p. 34).

3.2.2.4 Moradores

Quando falamos em moradores, referimo-nos não só aos pequenos proprietários, que, com frequência, recorriam a outras fontes de renda em terras de fazendeiros para complementar a sua, como também aos despossuídos de terras, que passavam a viver em moradas pertencentes aos fazendeiros, próximas à casa-sede, conforme acordo firmado por via verbal (MACÊDO, 2012). Normalmente existia uma lealdade

fundamentada pelos laços de compadrio, instituindo assim vínculos de dominação. Os moradores constituíam uma mão de obra livre que se aliava ao trabalhador escravo e, juntos, davam conta dos afazeres da propriedade. Nesse grupo vigorava o trabalho familiar, no qual se engajavam o chefe da família e seus filhos. Como atesta Macêdo (2012, p. 50): “quando obrigados a se desfazerem de suas terras pelas infelicidades da seca e pobreza, migravam do Seridó ou se transformavam em moradores junto aos fazendeiros mais aquinhoados”.

Os moradores são uma realidade bem atual no cenário do Seridó. Hoje, muitos vivem nas casas-grandes das fazendas com a permissão das famílias proprietárias, que não têm o interesse de mantê-las como sua habitação principal. Ao fixarem morada nos centros urbanos dos municípios seridoenses, os donos das casas passaram a frequentar suas terras apenas nos dias de festas e feriados locais. Quanto aos moradores, a rotina sertaneja na lida com o gado e com a caatinga ainda se mantém ávida e latente.



Figura 13 – Moradores das casas-grandes nas fazendas de Umari (Ouro Branco), Vista Alegre (Jardim de Piranhas), Toco (Timbaúba do Batistas) e Barra da Carnaúba (Serra Negra do Norte), todas no Seridó Potiguar
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

3.2.3 Práticas culturais na dinâmica do Seridó

Tendo em conta o que relatamos nas seções anteriores, podemos afirmar que a pecuária, ao se estabelecer no Seridó, passou a ter importância fundamental na formação econômica, social, espacial e cultural. O aspecto de resistência ao lugar imprimiu na cultura da região o imaginário pautado na superação de dificuldades e na relação existente entre homem e natureza. Do gado, tudo se tirava proveito: carne, leite e couro. A exploração desse último tornou-se um traço perpetuado nos sertões do Seridó; por isso, os primeiros povoadores instauraram a *civilização do couro* (ABREU, 1998 *apud* IPHAN, 2012a, p. 35), um modo de vida impregnado por um expressivo conteúdo sociocultural, assim justificado por Barroso:

Civilização do couro porque na rude existência dos povoadores do sertão era tudo tirado do boi que lhe encheu de chácaras, abecês e autos, o rico folclore: o couro de arrasto para mover terra e carregar pedra; couro de pisar para reduzir tabaco a rapé; couro de curtir para apurar o sal; couro de bainha para os facões, facas e quicês; couro de tranças para cordas, cabrestos, chicotes e arreios; couro cru para atilhos, atacas e peias; couro suado para bruacas, mochilas, borrachas de água, alforjes e surrões; couro pregueado nas malas e baús, cadeira e tamboretas; couro espichado nas portas e janelas das moradias, nos catres usados para doenças e partos; enfim, o couro curtido para roupa do vaqueiro que lhe permitia varar os carrascais espinhentos na veloz carreira dos seus árdegos cavalos de campo (BARROSO, 1956 *apud* IPHAN, 2012a, p. 35).

O criatório correu os sertões, nestes imprimindo uma diversidade material e de sentidos atribuídos aos bens e práticas sociais consolidados nas referências culturais de seus sujeitos. Ele trouxe arraigado consigo traços extremamente fortes e responsáveis por originar uma sociedade solidária, marcada por laços consanguíneos e de apadrinhamento; que se expressa em uma religiosidade concebida e vivenciada por seus próprios agentes; que, ao longo dos tempos, aprendeu a trabalhar e a conviver com a escassez dos recursos disponíveis na natureza, mas que não se esqueceu

de festejar e celebrar as dádivas conquistadas, os santos das crenças religiosas, além dos sons e dos ritmos que a tradição mantém na existência do grupo social.

3.2.3.1 Ferros da Ribeira

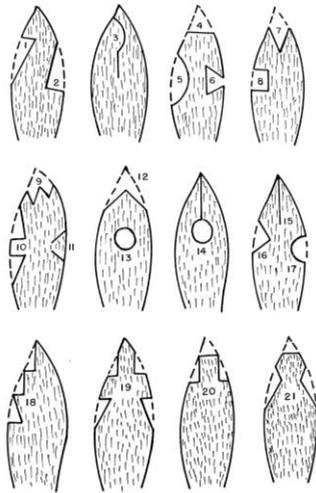


Figura 14 – Representação das marcas

Fonte: Faria (1984, p. 15).

Marcar e ferrar o gado eram ações realizadas para o animal ser reconhecido pelos seus donos. A primeira consistia em imprimir uma marca, denominada *sinal* (Figura 14), ato realizado com a mutilação de partes do animal, a qual, sem comprometer o valor deste, possibilitaria o seu fácil reconhecimento. Assinalava-se com pequenos cortes pedaços da cartilagem das orelhas do bicho, recebendo, cada incisão, uma denominação que remetia a golpes, instrumentos de trabalho e objetos. Eram entalhes que necessitavam ser traduzidos em palavras de fácil descrição, pois esse detalhe servia para o criador reivindicar sua peça (MACÊDO, 2015, p. 101).

A segunda implicava imprimir uma marca abrasada feita no couro das reses que extrapolava a dimensão da posse material. Segundo Ariano Suassuna, denota “a dignidade social e o atributo de virtude individual”

(SUASSUNA, 1974 *apud* MACÊDO, 2015, p. 102). Constituía signo de poder gravado em quase todo cabedal e status de propriedade que imprimia respeito pelo símbolo representativo de cada senhor. A ferra ocorria entre os meses de junho e julho, chamados pelos sertanejos de São João e Santana, santos celebrados nessas datas.

Nos estudos realizados por Faria (1984) sobre a tradição de marcar o gado na Ribeira do Seridó, podemos identificar a existência de uma ordem na posição dos ferros sobre o animal. Sendo assim, no quarto direito era queimada a marca do proprietário, que poderia ter um número e um desenho, além de outro correspondente à fazenda, no caso de possuir mais de uma naquela mesma ribeira. No lado esquerdo, colocava-se a marca da ribeira, o que perdurou, por um longo tempo, até a constituição dos municípios. gado recebia a primeira marca na parte mais baixa da coxa (a) porque, quando negociado, poderia o novo dono ferrar sua marca logo acima (b) e, assim por diante, como demonstra a Figura 15.

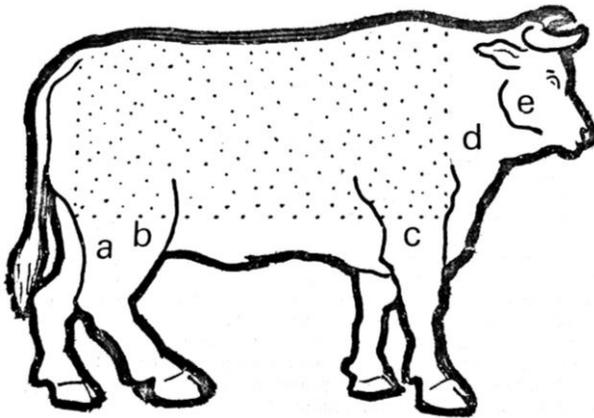


Figura 15 – Áreas possíveis para marcas
Fonte: Faria (1984, p. 30).

No início, muitos criadores marcavam seus gados com figuras simples, talvez pela falta local de um ferreiro para forjar desenhos mais elaborados. Concordamos com a hipótese levantada por Faria (1984)

quanto à presença acentuada na fala dos vaqueiros de nomes que remetem a esses traços: *cruz*, *martelo*, *flor*, *fechado*, *pé-de-galinha*, entre outros.

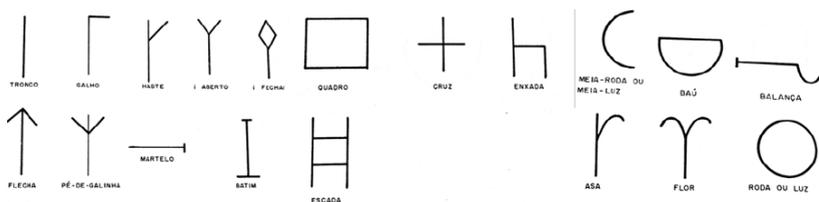


Figura 16 – Representação dos primeiros desenhos utilizados no Seridó

Fonte: Faria (1984, p. 30).

Ressaltamos que as impressões de ferro identificavam as famílias e as variações que sucediam em torno de uma *marca tronco*, cujo desenho primitivo “passava de pai para filho, como forma de perpetuar os sinais de uma linhagem de criadores” (FARIA, 1984, p. 34). Essa mesma marca também era replicada em portas, porteiros e nos mobiliários. Nos séculos XIX e XX, até mesmo os queijos dos sertões do Seridó, especialmente o de manteiga, recebiam em sua crosta o ferro da fazenda onde eram fabricados. Faria assim descreve como o ferro de sua família foi se constituindo:

É este ferro formado por um tronco que esgalha para a esquerda, onde esbarram em duas meia-luas viradas para a direita. Mais para o meio e à direita desse tronco sai um puxete que se finda no centro de outra meia-lua, também virada para a direita. No pé desse mesmo tronco é que seus filhos-homens fizeram as suas diferenças (FARIA, 1984, p. 35).

Encontramos na Fazenda Rolinha, localizada no município de Serra Negra do Norte, propriedade há gerações da família Faria, um pano de couro com a marca da fazenda ao centro, com a do município de Serra Negra no canto inferior esquerdo e com as demais marcas pertencentes aos irmãos fazendeiros da linhagem de criadores Lamartine de Faria (Figura 17).

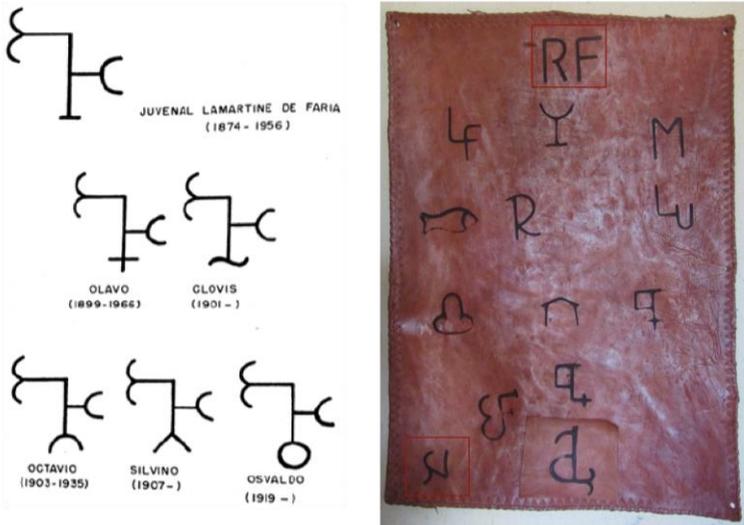


Figura 17 – Representação dos ferros da família Lamartine de Faria e pano de couro com as marcações dos Faria na Fazenda Rolinha

Fonte: Faria (1984, p. 38) e acervo da autora, respectivamente.

A importância dos ferros estendia-se para representar a ribeira ou a freguesia em que estava situada a propriedade do fazendeiro. Cada impressão assegurava ao criador maior domínio sobre seu patrimônio tão disperso pelas vastas terras.

Ao conhecermos a genealogia de alguns municípios, constatamos a conservação do formato raiz do ferro da Ribeira do Seridó, representado pelo traço S na concepção das marcas de alguns municípios da mesma região (Figura 18).

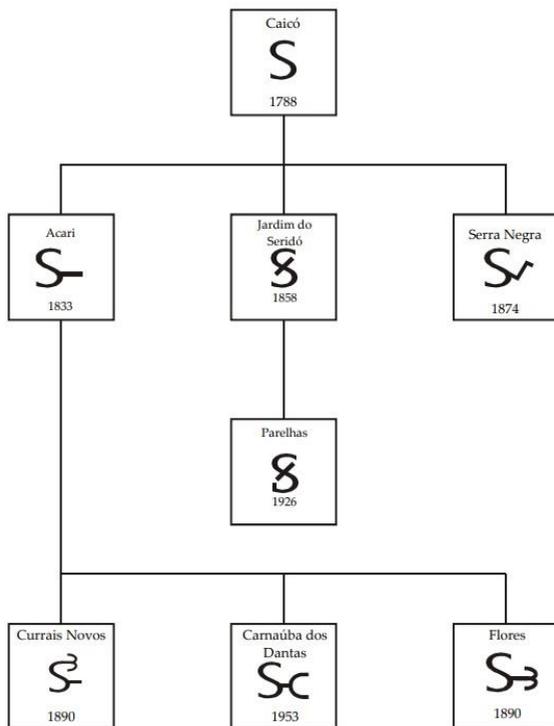


Figura 18 – Representação dos municípios do Seridó Potiguar com o ano de criação e respectivo ferro de Ribeira
 Fonte: Araújo, Macedo e Medeiros (2006, p. 138).

O ferro usado nas ribeiras como demarcador do território sertanejo transmite para a história local um legado importante: o de proporcionar a identificação das ramificações familiares, além de ser um traço cultural que assume significados variados, enraizado na identidade regional. É uma tradição cultural do povo seridoense ainda seguida pelas famílias de criadores que habitam os sertões dessas terras. As fazendas e suas casas são cenários vivos dessa prática que guarda nos rebanhos, mobiliários e produtos fabricados a força exercida pelos seus ancestrais.

3.2.3.2 Pega e apartação

A *pega* ou *junta* era o recolhimento do gado solto no pasto no fim do período de inverno para contar o rebanho e separar as reses do criador

daquelas que serviriam como pagamento aos vaqueiros. Tratava-se de um momento social central para a economia da fazenda. Como detalha Macêdo:

A pega do gado começava na segunda-feira, estendendo-se até a sexta-feira, quando acontecia a apartação. Para essas tarefas vaquejavam-se os campos de cada fazenda. Como as terras não eram cercadas e tinham limites muito tênues, caso os vaqueiros de uma fazenda adentrassem em território da outra, eles dirigiam-se ao proprietário dela e pediam campo, ou seja, consentimento para juntar as reses naqueles prados (MACÊDO, 2015, p. 104).

Na *apartação*, eram separados os bezerros e os poldros para o dizimeiro, responsável por recolher o tributo devido à Coroa. O fazendeiro escolhia também os três primeiros bezerros e poldros que marcaria com seu ferro, o quarto animal era deixado para a *sorte*, pagamento do vaqueiro. Os currais de apartação eram construídos de pau a pique e madeira da caatinga e, como eram não muito resistentes, foram pouco citados nos inventários analisados. Macêdo (2015), no entanto, menciona os currais contruídos pelo capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, por volta de 1760, e registra que, ao redor deles, ocorreram apartações e feiras de gado que resultaram na constituição de Currais Novos, uma das principais cidades da região do Seridó. Confirmando esse fato, Dantas (1989, p. 15) registra que “Currais Novos ficou denominada a fazenda, depois a capela, o povoado, o município, a comarca e a cidade, consagrando-se de público, a homenagem a uns dos currais bem acabados como símbolo do desenvolvimento pastoril daquela região”.

Durante a apartação, aconteciam as *pegadas de boi*, quando alguns animais fugiam e resistiam ao chamado do vaqueiro, sendo perseguidos e derrubados pela cauda no meio da caatinga. Em sequência, logo após a apartação, realizavam-se as *corridas de mourão*; por isso, quando se falava em apartação, esta era associada às corridas de mourão. Diferentemente das pegadas de boi, essas corridas realizavam-se no pátio das fazendas, constituindo um evento conhecido como torneio de derrubada, posteriormente chamado de *vaquejada*, como referência aos bravos

vaqueiros. Trata-se de uma atividade cultural do Nordeste brasileiro, na qual dois vaqueiros montados a cavalo têm de derrubar um boi, puxando-o pelo rabo.

Pouco a pouco, essas iniciativas converteram-se em rituais festivos, atraindo não só vaqueiros mas também a comunidade da região, fomentando um significativo turismo cultural. Pensando em preservar a figura do vaqueiro, a Fazenda Pitombeira, em Acari, região Seridó, realiza todo ano três eventos: a *Pega de boi no mato*, o *Encontro dos vaqueiros da Ribeira do Acari* e a *Missa do vaqueiro*.



Figura 19 – Sequência de imagens da *Pega de boi no mato* da fazenda Pitombeira em Acari, RN, no Seridó Potiguar
 Fonte: Hugo Macedo (2006). Disponível em: <http://fotohugo.blogspot.com/2007/02/pega-de-boi.html>.

3.2.3.3 Festas religiosas e populares

As devoções religiosas acompanham os proprietários rurais do Seridó desde o seu povoamento. Era uma “prática comum levantar capelas em seus sítios doando terras para a constituição do patrimônio das mesmas” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 95).

A festa de maior importância naqueles sertões foi e continua sendo a da padroeira. Configura um momento importante da sociabilidade local que carrega marcos identitários fortes; uma ocasião para lembrar a história da cidade, reavivar laços de solidariedade fundados na família, reafirmar valores e acionar registros específicos da cultura seridoense. Além disso, representa o ponto alto dos festejos sertanejos que têm a *Gloriosa Senhora Sant'Ana*, nome da primeira freguesia do Seridó, como uma das santas mais louvadas da região.

A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma celebração tradicional que ocorre há mais de 260 anos e reúne não só vários rituais religiosos e profanos como também outras manifestações culturais da região do Seridó norte-rio-grandense. Profundamente enraizada na história de Caicó, em particular, e do sertão potiguar, em geral, a festa remonta aos processos de formação da sociedade brasileira, ainda no período da colonização portuguesa. Além de ser uma celebração representativa para esse município, ela permite também vislumbrar a diversidade das manifestações culturais e possibilita a compreensão abrangente do Seridó Potiguar. A importância de tal evento foi confirmada em 2010, quando a sua inscrição como patrimônio cultural imaterial foi realizada no Livro de Registro das Celebrações.

A celebração ocorre, anualmente, no período entre a quinta-feira anterior a 26 de julho, dia de Sant'Ana, e o domingo subsequente, incluindo também um ciclo preparatório que se inicia, geralmente, em abril. Os principais eventos nos dias festivos são: o *Ciclo de preparação da Festa de Sant'Ana*, que inclui as *Peregrinações Rurais e Urbanas* e seus rituais de missa e procissão, assim como o *Encontro das Imagens* e a *Peregrinação a Sant'Ana: caravana Ilton Pacheco*. A abertura oficial é marcada por uma caminhada solene, que culmina com o hasteamento do estandarte de Sant'Ana em mastro localizado na frente da Catedral da cidade.

Além das celebrações, os festejos incorporam muitas outras manifestações culturais da região, como os ofícios e os modos de produção

tradicionais das comidas do Seridó Potiguar e dos muitos artesanatos sertanejos, tais como os bordados do Seridó; as músicas e as bandas, os hinos, os poemas, o “beija” e as demais formas de expressão.

A cavalgada, uma das atividades que compõem o cenário da Festa de Sant’Ana, demonstra a devoção dos vaqueiros que saem de Acari, a 65 km de Caicó, e terminam seu percurso diante da Catedral, na Praça Matriz de Caicó. Organizada desde 1950, era realizada pelos moradores das zonas rurais. Ao longo do tempo, essa atividade sofreu um esvaziamento; mas, em 2002, foi reativada por um grupo de caicoenses que a realiza no primeiro domingo da Festa. O evento conta com a participação de cavaleiros que residem nas zonas rurais e de moradores de Caicó e das cidades vizinhas, além de apreciadores da vaquejada (BRITO; CAVIGNAC; DANTAS; MACÊDO, 2010).



Figura 20 – Fotografia da Procissão Solene, em 1889

Fonte: Brito, Cavnignac, Dantas e Macêdo. (2010, p. 64).



Figura 21 – Fotografia de fiéis de Sant’Ana na Matriz, no dia de procissão e de cavalgada, respectivamente

Fonte: Brito, Cavnignac, Dantas e Macêdo. (2010, p. 68-70).

3.2.3.4 Paladar sertanejo

Não podemos negar que a comida é um forte demarcador unificador e identitário, pois ela expressa não só os hábitos alimentares mas também a história e a cultura de um povo. No caso específico do sertanejo, a sua alimentação relacionava-se com a necessidade de ser forte na lida do campo e com a celebração das graças alcançadas. A sua comida provinha de espaços diversos: da terra, das raízes, das folhas, dos frutos silvestres, do mel, do ar, das arribações, das ribeiras, dos peixes e, claro, do gado de que tudo se aproveitava. A comida sertaneja nos tempos normais e nos dias comuns era muito simples, porém abundante e substancial, como podemos constatar nesta detalhada descrição de Faria:

Ao amanhecer do dia, ainda com o escuro, a família ia, quase toda, ao curral, tomar leite cru ao pé da vaca. De regresso a casa, já encontrava feito o café que saboreava puro ou misturado com leite, adubado com pedaços de queijo, tapioca, batata doce ou cuscuz. O almoço era servido entre oito e nove horas da manhã e consistia de carne de sol assada com farinha e mandioca temperada com manteiga de garrafa cebola, arroz e munguzá. [...] O segundo prato era de leite com munguzá, cuscuz, batata-doce ou jerimum e o clássico cafezinho de encerramento. Entre duas e três horas da tarde, saía o jantar, feijão com rapadura, farinha ou arroz, carne de sol e ovos fritos. A sobremesa variava com as safras de frutas cultivadas ou nativas; a mais típica e saborosa, a imbuzada; melão, melancia, pinha e doce com queijo nos dias mais festivos. Pobre de verduras era o cardápio sertanejo; quase que se resumiam em tomate-miúdo, coentro, cebola e bredo manjongome. Ceava-se às sete horas da noite: coalhada, adoçada com rapadura raspada, farinha de milho torrada (ou de mandioca) cuscuz, batata doce e uma xícara de café (FARIA, 1965, p. 33-34).

A longa jornada sertão adentro até a ponta final do mercado emagrecia o rebanho. Na tentativa de resolver esse problema, criou-se, por volta de 1740, o salgamento das carnes e do couro, processo em escala que ficou conhecido como *charqueada*, praticado nas “oficinas, salgadeiras ou fábricas de carne seca” (MACÊDO, 2015, p. 113). Dessa forma, o produto não depreciava e chegava seguro aos mercados mais remotos. A

necessidade de conservação para o consumo familiar incorporou-se à rotina do sertanejo que fez produzir a *carne de sol*, “menos desidratada que o charque, iguaria que se tornou célebre nos sertões do Seridó” (MACÊDO, 2015, p. 114).

A região passou a ser conhecida pela tradição de fabricar, por meio de processos artesanais do lugar, os chamados de produtos *da terra*: manteiga da terra, arroz da terra, além dos queijos de manteiga e de coalho, produzidos nas fazendas para consumo próprio e comercialização.



Figura 22 – Comidas tradicionais do Seridó: carne de sol, manteiga de garrafa e queijo de manteiga, respectivamente
Fonte: Fapern (2008).

Quando o sertanejo viajava ou tinha de passar um dia inteiro campeando, costumava levar a paçoca, alimento feito de carne de sol pilada com farinha, e a rapadura, doce em forma de pequenos tijolos feitos a partir da cana-de-açúcar, em resumo, uma verdadeira ração de guerra daqueles sertões, que ainda hoje é servida na mesa do seridoense. Entre as comidas mais representativas, destacamos a *buchada*, tradicionalmente feita no dia seguinte ao abate de uma rês ou de um carneiro, prato em que se aproveitavam todas as vísceras do animal e que era servido com aguardente, bebida típica do sertanejo.



Figura 23 – Comidas tradicionais do Seridó: buchada e picado
Fonte: Fapern (2008).

Naqueles tempos, os pobres e os escravizados alimentavam-se de feijão, de farinhas de mandioca e de milho com rapadura, e de pouca carne, mais comumente a de animais provenientes da caça: peba, mocó, jacu, avoete, caititu, tejo, entre outros. Em épocas de seca, como a alimentação precisava se modificar, recorria-se às comidas *brabas*, raízes de certas plantas como o xique-xique e a macambira. A alimentação sertaneja é marcada por uma dieta hipercalórica a fim de suportar o trabalho de sol a sol, e o cardápio atual pouco se alterou em relação ao do passado. O dito antigo de que “do boi só não se aproveita o berro” continua a reinar na farta mesa do seridoense.

3.2.3.5 Bordados

As mulheres encontravam no artesanato um momento de sociabilidade vivido entre elas. Quando descansavam, teciam. As rendas e os bordados eram aplicados como guarnições em vestidos, alfaias, paramentos, redes, toalhas e guardanapos. Segundo Macêdo (2015), a técnica veio com o modo de fazer europeu. Hoje o Seridó é um dos principais polos no Brasil de sua produção. O autor também ressalta o “desaparecimento de determinadas tramas como a realizada na toalha de Guimarães, que fez parte do enxoval de Manoel Gonçalves Rabelo, em 1763” (MACÊDO, 2015, p. 155).

A cidade de Caicó mantém a tradição das rendeiras. O modo de fazer dos bordados seridoenses representa, além do valor artístico, a tradicional identidade de produzir peças de qualidade, apreciadas por ocasião dos festejos da cidade, como na celebração à Sant'Ana. Os bordados, inspirados na fauna e flora regional, constituem uma rica herança passada de geração em geração e marcam significativamente o turismo e o patrimônio cultural do Seridó.



Figura 24 – Bordado de Caicó e toalha em bordado de Guimarães

Fonte: Lopes e Medeiros (2012, p. 36) e Caderno de especificações: bordado de Guimarães (2011).

O patrimônio cultural seridoense foi objeto da ação intitulada *Inventário de referências culturais do Seridó-RN*, apresentada ao IPHAN e aprovada pelo Ministério da Cultura em 2006. A pesquisa, realizada por professores e estudantes da UFRN e do IFRN, ocorreu entre 2007 e 2008, nas cidades de Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Jardim do Seridó e Timbaúba dos Batistas. Renomeada como *Inventário da cultura do Seridó*, essa investigação mapeou os seguintes elementos:

Usos, as funções e as significações simbólicas, estéticas e sociais das celebrações (os rituais religiosos e as festas ‘de rua’, sendo a festa de Sant’Ana de Caicó a mais importante de todas); dos ofícios e saberes (os conhecimentos e modos de fazer, sobretudo aqueles relacionados à alimentação, ao couro, à arte sacra e ao bordado); das formas de expressões (a tradição oral, as formas de devoção, as manifestações musicais, com destaque para as bandas de música e a dança do Espontão) e dos lugares de memória (os espaços de sociabilidade e os que possuem uma importância histórica) (BRITO; CAVIGNAC; DANTAS; MACÊDO, 2010, p. 49).

Quadro 11 – Fichas, por categoria, desenvolvidas no *Inventário da cultura do Seridó*

Número de fichas, por categoria, desenvolvidas no <i>Inventário da cultura do Seridó</i>							
Ofícios		Celebrações		Lugares		Expressões	
Biscoiteira	2	Carnaval	2	Açude	2	Bandas de música	
Bordadeira	2	Festa Católica	7	Peregrinação		5	
Buchada e panelada	2	Vaquejada	1	5		Dança do Espontão	1
Chouriceira	4	Festa em clube	4	Igreja e lugar		Devoção	8
Filhós	3	Procissão	1	sagrado	11	Tradição oral	8
Marchante	2	Novena	1	Lugar histórico			
Queijeiro	3	Peregrinação	1	6			
Rezadeira	3	Missa	1	Praça e espaços de			
Santeiro	3	Carreata e feirinha	1	sociabilidade	14		

*Em destaque os bens que possuem relação com a atividade do criatório

Fonte: Brito, Cavignac, Dantas e Macêdo (2010, p. 60).

O mapeamento insere-se no esforço desenvolvido pelo IPHAN para adequar suas produções a uma legislação internacional quanto ao patrimônio imaterial e ampliar suas ações no território nacional (BRITO; CAVIGNAC; DANTAS; MACÊDO, 2010). Compreendemos a importância de estabelecer relações entre os vários bens que constituem o patrimônio da região, a fim de gerar um entendimento mais preciso sobre a formação desse território e do patrimônio construído, que compõe a paisagem sertaneja do Seridó. Selecionamos alguns desses bens que estão correlacionados com a atividade da pecuária. A Festa de Sant’Ana como primeiro registro do patrimônio imaterial ressalta sua importância e serve de exemplo para futuras ações com vistas à preservação do patrimônio local.



Foto: Maria Rita Assunção

A arquitetura na paisagem sertaneja

Podemos perceber que, ao longo da história da constituição do território do Seridó, a arquitetura rural sempre esteve à margem da produção arquitetônica do litoral. Todavia, mesmo sem a riqueza estética do edificado fruto da economia existente na antiga zona açucareira, as casas de fazenda da região Seridó, com suas formas simples, respondem a soluções autênticas, pois são adaptadas à vida imprevisível do semiárido nordestino. Trataremos, a partir de agora, da relação entre a arquitetura e a paisagem com o objetivo de aprofundar os estudos sobre essa questão e evidenciar o valor dessas edificações, tendo em vista futuras intervenções que possam contribuir para a preservação desse patrimônio secular.

4.1 Considerações iniciais

O ciclo do gado trouxe consigo a criação de um vasto acervo arquitetônico semeado nos sertões do Nordeste brasileiro. Esse patrimônio rural insere-se na paisagem cultural de um espaço conduzido pela economia do gado, subsequente à do algodão, modelo de ocupação do território que estruturou a cultura no sertão do Rio Grande do Norte e muito influenciou a formação histórica e social, bem como o tipo de arquitetura, intrinsecamente vinculado ao meio. Embora tratemos do contexto potiguar, estamos cientes de que a ele a arquitetura não se reduz, pois o Seridó é apenas um desses sertões, que, por sua vez, é muito fracionado. Sobre a configuração do sertão, retomemos o que disse o personagem rosiano Riobaldo: “Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda sabe. Só umas

raríssimas pessoas – e só poucas veredas, veredazinhas” (ROSA, 1956, p. 116).

Saindo do espaço simbólico e retornando ao geográfico, esclarecemos que o conjunto formado pelas construções rurais é simples, diferenciado dos sobrados das zonas açucareiras, pois “reflete uma configuração social distinta, marcada pela presença de colonos de poucas posses, pelo predomínio de mão de obra livre e por uma economia voltada ao mercado interno” (IPHAN, 2012a, p.49).

Estruturadas a uma distância considerável do litoral e, por conseguinte, longe das metrópoles, as fazendas constituíam núcleos de subsistência autossuficientes. Esse traço demonstra, no partido arquitetônico, um reflexo do que era necessário à sobrevivência das famílias e do funcionamento das atividades, por esse motivo, as construções manifestam as necessidades inerentes à economia, unindo “o saber arquitetônico vernacular à técnica construtiva lusitana” (IPHAN, 2012a, p. 50). Cabe lembrar que, não obstante tomassem como referência os modelos lusitanos, as condições sociais, econômicas e fisioclimáticas interferiram nos procedimentos de construção. Desse modo, a adaptação dos programas, dos processos construtivos e dos materiais fez das casas-grandes das fazendas de gado do Seridó uma arquitetura tipicamente brasileira.

Durante o século XVIII, surgiram as primeiras casas no Seridó: edificações de estruturas simples, térreas, construídas com a técnica da *taipa de sopapo*¹, de chão batido, planta retangular e cobertura em duas águas. A execução de sua construção era razoavelmente rápida para uma região onde as secas forçavam o deslocamento urgente de fazendeiros e vaqueiros entre as propriedades.

De pouca resistência, os materiais exigiam que a casa fosse periodicamente embarrada, e esse repetido trabalho reparador era

¹ Processo construtivo em que as paredes possuem uma armação de varas ou paus verticais unidos entre si por pequenas varas equidistantes e horizontais, situadas alternadamente do lado de fora e de dentro, preenchida de barro. Também se diz taipa de sebe ou taipa de sopapo (LIMA, 2002, p. 24).

possibilitado pela disponibilidade de argila e de madeira da caatinga. É importante destacar que as casas primitivas tiveram, no extrativismo vegetal e mineral, a fonte de recurso necessária à realização de todas as etapas construtivas com o uso de materiais retirados da natureza em estado bruto.

Medeiros Filho, ao descrever as formas de construção dessas casas na região, destaca a explicação de Eloy de Souza sobre a técnica da taipa:

A taipa foi também de uso corrente na quase totalidade do sertão do Rio Grande do Norte, onde o material para essa construção era abundante e encontrava na habilidade dos moradores, facilidade no manejo do barro e da armação adequada a essa arquitetura. A esse tempo já nos encontrávamos em pleno ciclo do gado, como parece demonstrar o emprego de correias de couro cru que então serviam para amarrar as varas aos esteios e assim formar os xadrezes, que deviam receber e sustentar o barro, aí introduzido por meio de sopapos vigorosos do construtor. Enquanto nessa zona o couro era utilizado em tal aplicação, já no litoral e agreste, a armação era feita com cipós dos matagais próximos (SOUZA, 1951 *apud* MEDEIROS FILHO, 1983, p. 56).

Em Viagens ao Nordeste do Brasil, Koster (2003, p. 208) apresenta a seguinte avaliação das casas de taipa: “pequenas e construídas com barro, bastante abrigadas para o clima, cobertas com telhas quando podem adquirir, ou geralmente com folhas de carnaúba”.

Em geral, nos inventários analisados, os equipamentos de taipa são descritos, em sua maior parte, como *casas de vivenda ou de morada*, como observamos no inventário do Sargento-Mor Felipe de Moura e Albuquerque, do sítio Belém, em Acari:

[...] Um sítio de terras de criar gados, nesta ribeira do Acauã, onde mora ela Inventariante, chamado Belém, com uma morada de casas de vivenda térrea e de taipa, coberta de telha [...]; Outro sítio de terras de criar gados, nesta ribeira, chamado Passagem, com casa de vivenda térrea e de taipa, coberta de telhas, e currais de gado [...]; Outro sítio de terras de criar gados, nesta ribeira, chamado de São José, com casa de vivenda térrea e de taipa, coberta de telhas, e currais de gado [...]; Outro sítio de terras de criar gados, na ribeira do Quinturiré, neste termo, chamado Timbaúba, com casa de vivenda térrea e de

taipa, coberta de telhas, e currais de gado [...]; Outro sítio de terras de criar gados, nesta ribeira do Acauã, neste termo, chamado Pé de Serra, com casa de vivenda térrea e de taipa, coberta de telhas, e currais de gado [...] (MEDEIROS, 1983, p. 160-161).



Figura 25 – Sistema construtivo em taipa

Fonte: Acervo IPHAN-RN (2007).

De acordo com Medeiros Filho (1983, p.56), “a evolução da casa de taipa para alvenaria ocorreu de forma lenta”, pois a taipa marcou as construções até o início do século XIX. Nos inventários seridoenses, uma construção totalmente de alvenaria aparece, pela primeira vez, em 1813, como propriedade de Manoel Pereira Monteiro: [...] um sobrado sobre pilares de tijolos no sítio de Serra Negra no valor de 400\$000” (MACÊDO, 2015, p. 148).

Inicialmente “passaram a construir de tijolos apenas as frentes das moradas, permanecendo de taipa o restante da construção” (MEDEIROS FILHO, 1983, p.56). Segundo Lima (2002), às vezes as casas tinham suas paredes externas levantadas em pedra, adobe ou tijolo, mantendo-se as paredes internas em taipa de sopapo. Mas, por fim, “prevaleceu a casa de alvenaria, que permitia edificações mais amplas, com cumeeiras mais altas que favoreceram o aparecimento dos sótãos” (MEDEIROS FILHO, 1983, p.56).

O nome atribuído a esse tipo de habitação varia entre *casa-grande* e *casa-sede da fazenda*. No *Inventário de conhecimento do patrimônio rural*

da região do Seridó Potiguar, é denominada *casa-grande*, expressão aplicada pela maioria dos autores investigados como referência à residência do proprietário e à casa principal da fazenda.

Faria (1965) dedicou um capítulo de sua obra *Velhos costumes do meu sertão* à configuração das *casas-grandes*, termo a partir do qual Medeiros Filho, na sua obra *Velhos inventários do Seridó*, também descreveu essas moradas. Nos documentos compilados, essas habitações são descritas das seguintes formas:

[...] Huma morada de cazas de vivenda térreas e de taipa cobertas de telhas [...] com cazas de Senzalla coberta de telhas já derrotadas. [...] Uma morada de casas com frente de tijolo de sua residência no lugar do Totoró. Nela, morava o capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, inventário de 1814. [...] Uma casa grande, com currais e muro, nesta Villa do Acari, pertencente ao 3º Tomás de Araújo Pereira, inventariada em 1847 (MEDEIROS, 1983, p. 53-54).

Em seus estudos comparativos entre a *casa-grande* de fazenda e a casa urbana, Feijó (2002) acrescenta a informação de que caracteriza uma morada de uso permanente, enquanto Macêdo (2015, p. 149) esclarece que a “incorporação de compartimentos fez assumir a magnitude de *casa-grande*”.

Tendo adquirido esse conhecimento, decidimos adotar a denominação mais corrente atribuída às moradas seridoenses nas fazendas de criar, ou seja, nas *casas-grandes*, sem relegar outras terminologias, como, simplesmente, *casa de fazenda* ou *casa-sede* – esta foi a opção adotada por Diniz (2015) –, pois entendemos que essas duas também determinam a unidade habitacional como a principal moradia do proprietário.

Contextualizado o cenário das moradas principais nas fazendas de gado do Seridó do século XIX, enfatizamos que os exemplares estudados enquadram-se nessa realidade. Marcadas pela técnica de construir em alvenaria, consequência da sedentarização e do crescimento econômico, são unidades habitacionais pertencentes a uma propriedade que, geralmente, incluía outros equipamentos: currais, armazéns, depósitos,

queijeiras e, em alguns casos, casa de farinha e engenho de rapadura, com produção destinada ao consumo local e ao mercado interno do Seridó. Todos esses equipamentos agrupados constituíam um conjunto arquitetônico capaz de suprir as necessidades nas fazendas.

As casas-grandes foram concebidas dessa forma. Detentoras de uma tradicional tipologia com aparência rústica e despojada de elementos decorativos, reflexo do caráter local e regional, conservam traços relevantes de uma arquitetura simples concebida por repetição de modelos construtivos, criativos, sustentáveis e marcados pela sabedoria passada de geração em geração.

São residências que se tornaram referência pelo seu caráter vernacular, isto é, além da relevância para a identidade da região, são adaptadas às condicionantes do lugar e, como afirma Borges (2015), se constituem em espaços de proteção em relação às características hostis do clima no sertão.

A partir do material recolhido em pesquisas anteriores que realizamos acerca da arquitetura das fazendas seridoenses, faremos a análise das unidades habitacionais casas-grandes, incluindo sua relação com as demais referências culturais. Nesse sentido, seguindo o costume do povo sertanejo antes de adentrar residências, façamos a seguinte saudação:

– *Ô de casa! Bendito seja Nosso Senhor Jesus Cristo!*

– *Ô de fora! Para sempre seja Deus louvado!*

4.2 As casas-grandes das fazendas do Seridó

A análise arquitetônica das casas-grandes das fazendas de criar fundamenta-se nos dados contidos no relatório técnico *Inventário do patrimônio rural do Seridó – caminhos do Seridó* (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), referente à terceira etapa de um projeto com estudos iniciados em 2007, sob a responsabilidade da Superintendência IPHAN-RN, e finalizados em 2012, com a junção de todas as ações, o que resultou

no *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012a). Nessa etapa, foram inventariadas quarenta casas de fazendas, datadas dos séculos XIX e XX, em seis municípios, conforme descritos no Quadro 12.

Quadro 12 – Municípios e casas visitadas no relatório técnico

Quadro geral por municípios e casas de fazendas visitadas no relatório técnico					
Ipueira	Jardim de Piranhas	Ouro Branco	São João do Sabugi	Serra Negra do Norte	Timbaúba dos Batistas
Bela Vista	Amparo	Bonsucesso	Jerusalém	Apaga Fogo	Cachoeira do Cavalcante
Boa Vista	Porcinhos	Timbaúba dos Gorgônios	Pedra e Cal	Aroeira	Encampinado
Carneiro	Três Riachos	Umary	Mata-fome	Arroz	Campinado de Baixo
Cipó	Vista Alegre	Fechado		Barra da Carnaúba	Lagoinha
Curral Queimado	Vista Alegre Maior	Gurupá		Carnaúba	Logradouro dos Enéas
Ipueira				Dinamarca	Tapuia
Jardim				Próxima a Dinamarca	Timbaúba
Santa Teresinha				Próximo a Vapor	Toco
				Vapor	Picuí
				Rolinha	
Total	8	5	5	3	10
	5	5	3	10	9

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010, p. 36).

Portanto, para as reflexões tecidas no presente trabalho, levamos em consideração a base de dados que produzimos na terceira etapa referente aos municípios de: Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas. As informações coletadas à época foram digitalizadas e geraram um relatório específico para cada visita; em seguida, esses relatórios foram reunidos e, juntos, fundamentaram a versão final do relatório técnico apresentado ao IPHAN, aqui utilizada como suporte, contendo, em seus anexos, fichas com informações acerca das edificações levantadas nessa etapa.

4.3 Caracterização das casas-grandes



Figura 27 – Casas-grandes das fazendas inventariadas no relatório técnico

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010), adaptado pela autora.

Para a presente caracterização, levamos em consideração, além de algumas condicionantes que identificam esse patrimônio, o suporte do conceito de *tipo* estabelecido, em 1963, por Argan (2008), segundo o qual

a tipologia não é definida *a priori*, mas na dedução de uma série de casos ilustrativos que tenham analogia formal e funcional entre si. Para ele, o aspecto tipológico e inventivo do processo de criação é contínuo e interligado, ou seja, é inventivo porque se relaciona com as demandas históricas da situação presente por meio da crítica e da superação das soluções do passado depositadas esquematicamente no tipo (ARGAN, 2008). Assim, de acordo com as suas ideias, “é legítimo pressupor que as tipologias surgem como produto do processo histórico da arquitetura e dos modos de pensar e trabalhar de quem a faz” (ARGAN, 1963 *apud* BORGES, 2015, p. 72). A casa-grande seridoense é uma habitação vernacular, por isso, tratamos do saber sertanejo que identificamos no seu tipo. Complementando essa reflexão, trazemos as palavras do ensaísta:

No processo de comparação e justaposição de formas individuais para determinar o tipo, são eliminadas as características particulares de cada prédio, permanecendo apenas aquelas que são comuns a todas as unidades da série. Portanto, o tipo se constitui pela redução de um complexo de variantes formais à forma básica comum (ARGAN, 2008, p. 269-270).

Aplicamos o método comparativo nos exemplares do relatório técnico anteriormente mencionado (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010) e verificamos as semelhanças e diferenças na forma base das casas-grandes, de modo a compreender os perfis tipológicos e como essas características respondem às interações com o meio e com as técnicas autóctones. Para essa caracterização, consideramos as seguintes constantes:

- ambiência, implantação e orientação;
- partido arquitetônico;
- programa funcional;
- materiais e sistemas construtivos.

Analisamos uma arquitetura construída pelos homens que no sertão decidiram habitar, um patrimônio que expressa a identidade do Seridó. Nas próximas seções, trataremos da caracterização que fundamentou nosso entendimento sobre a arquitetura vernacular em questão.

4.3.1 Data e autoria do patrimônio analisado

O patrimônio que investigamos é, em sua maior parte, datado da segunda metade do século XIX, mas isso não significa que são construções originárias especificamente desse período, pois as casas passaram por períodos de adequações. É possível observar nos inventários que, na época da fundação das fazendas, já existiam moradias de taipas que, no decorrer dos anos, foram sendo substituídas pelas de alvenaria, assim como passaram a adquirir equipamentos para a produção de rapadura e farinha, a exemplo da *Fazenda Umary* (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 267-279).

Constatamos que, à semelhança do caso de Umary, muitas das fazendas analisadas integravam um conjunto arquitetônico composto ainda por equipamentos de produção. Atualmente esses espaços são utilizados como depósitos ou adequados a outras funções das habitações. A existência desses locais pode ser comprovada pelo maquinário existente ou pelas ruínas ainda presentes, como ocorre nas fazendas Timbaúba dos Gorgônios e Gurupá, ambas situadas no município de Ouro Branco.



Figura 28 – Conjuntos que integram as Fazendas de Timbaúba dos Gorgônio e Gurupá

Fonte: Acervo da autora.

Percebemos, portanto, que as casas-grandes e seus equipamentos são construções de caráter dinâmico moldadas ao longo dos anos, pois à medida que se adequam às técnicas construtivas locais também respondem às necessidades econômicas e sociais de seus proprietários e moradores. Tratamos de uma arquitetura simples, de estruturas constituídas pela ação de construtores locais e anônimos ao longo da produção do território seridoense.

4.3.2 Ambiência, implantação e orientação

As edificações rurais do Seridó foram construídas sobre plataformas, nos terrenos mais altos das propriedades, próximo às fontes de água, onde depois foi locado o açude². A essa descrição, acrescentamos que a implantação da fazenda seridoense ocorria dentro de uma lógica entre seus equipamentos, forma e função, e a paisagem. Sob tal perspectiva, o conjunto arquitetônico apresentava a seguinte distribuição no terreno: a casa-grande, no alto, e o açude em cujas margens ficava a produção agrícola, na parte mais baixa. Essa disposição seguia a orientação dos ventos, que corriam pelo açude, onde de imediato se refrescavam e depois seguiam em direção à casa-grande, proporcionando-lhe um maior conforto térmico.



Figura 29 – Implantação Fazenda Carnaúba, Serra Negra do Norte

Fonte: Acervo da autora.

² Construção cujo fim é reter um curso d'água para usos agrícolas ou industriais (OLIVEIRA, 1993, p. 487).



Figura 30 – Implantação Fazenda Rolinha e Cipó
 Fonte: Acervo da autora.

A fachada principal de todas as edificações analisadas está orientada para o nascente, disposição que contribui para o conforto por propiciar que as áreas de convívio permaneçam arejadas o maior tempo possível. Grande parte dos exemplares possui a porta principal da edificação localizada nessa fachada, com exceção das casas-grandes Jardim e Pedra e Cal, cada uma com mais de uma porta principal em outra fachada.

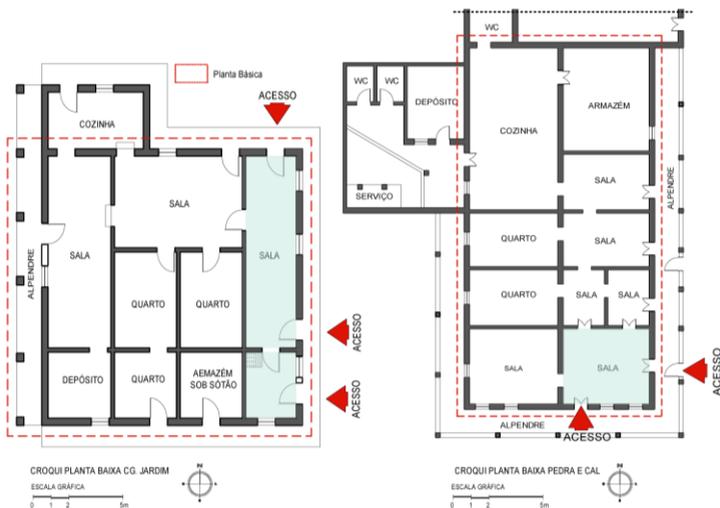


Figura 31 – Acessos existentes nas Casas de Jardim e Pedra e Cal
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010), adaptado pela autora.

A maneira como foram dispostas proporcionava uma visibilidade privilegiada e funcional ao fazendeiro, o qual passava a controlar, de perto e com maior rigidez, os principais equipamentos da fazenda. Quanto aos equipamentos de produção, merece destaque a existência de engenhos de rapadura, de casas de farinha e de armazéns de algodão. Os engenhos são definidos como “edificações térreas, assentadas em declives, com pisos diferentes para facilitar o processo de produção” (DINIZ, 2008, p. 113). Destacamos a sua presença em algumas das fazendas estudadas, a saber: Amparo, Bela Vista, Campinado de Baixo, Cipó, Encampinado, Logradouro dos Enéias, Pedra e Cal, Rolinha, Tapuia, Timbaúba dos Gorgônios, Toco, Três Riachos, Umary e Vapor.

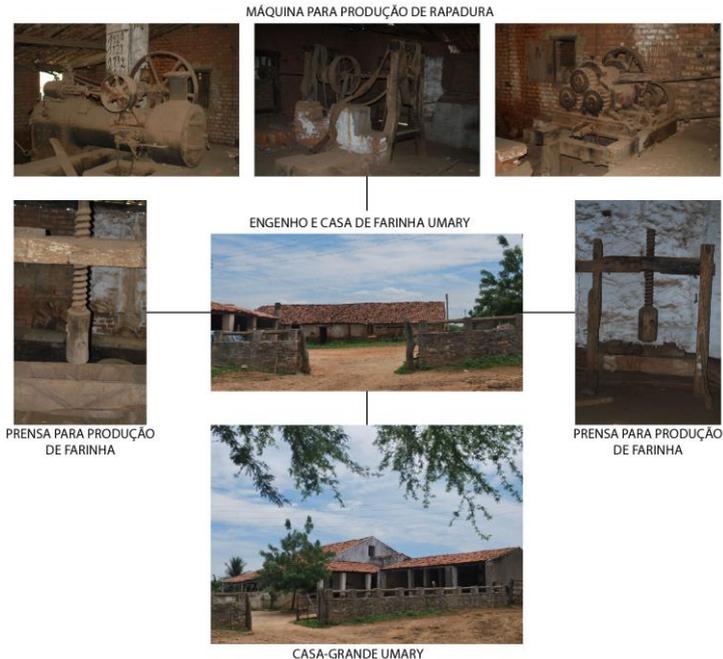


Figura 32 – Engenho de rapadura e casa de farinha da Fazenda Umary

Fonte: Acervo da autora.

As casas de farinha são edificações simples, de menor volume, implantadas em um terreno plano e localizadas próximas à casa principal ou contígua a esta, como na Fazenda Dinamarca. Encontramos essa

estrutura de produção em Umary, Toco, Timbaúba dos Gorgônios, Gurupá e Boa Vista.



Figura 33 – Casa de farinha contígua à casa-grande Dinamarca

Fonte: Acervo da autora.

O beneficiamento do algodão não necessitava de espaços elaborados, visto que o processo era basicamente descaroçar e ensacar a matéria. As edificações, portanto, consistiam em armazéns onde se localizava a bolandeira, “máquina utilizada nesse processo de beneficiamento, a qual, dependendo do tipo, poderia ser movida à força humana, animal ou a vapor” (DINIZ, 2008, p.120). Do grupo estudado, destacamos a presença desses equipamentos nas fazendas Timbaúba dos Gorgônio, Umary e Rolinha.



Figura 34 – Armazém de algodão com maquinário na Fazenda Rolinha

Fonte: Acervo da autora.

E, finalmente, focamos os currais, elementos presentes em todas as fazendas. A construção desses cercados poderia ser feita com materiais diversos: pedras e madeiramento local, traço construtivo característico da região, ou mistos, com ambas as técnicas. Em razão de sua fragilidade e sem a necessidade de prolongar-se no tempo, eram refeitos periodicamente; só os mais recentes foram construídos de alvenaria.



Figura 35 – Estruturas dos currais pertencentes às casas-grandes na região do Seridó Potiguar

Fonte: Acervo da autora.

É esclarecedora a análise realizada por Feijó ao explicar alguns dos critérios adotados na implantação das fazendas e no posicionamento da casa-sede no terreno:

Para a instalação de uma fazenda de gado faziam-se necessários certos cuidados na escolha do local para a implantação da casa, do curral e de outras estruturas [...]. O local onde seria edificada a casa-grande da fazenda deveria atender a pré-requisitos básicos, como a existência de água potável de fácil obtenção, boa visibilidade, e fácil acesso. Este último, muitas vezes dificultado pelo inexistente ou incipiente sistema viário de então. Para a implantação da

casa no terreno levava-se em consideração, basicamente, que a mesma tivesse sua fachada principal voltada para o nascente, garantia de que a casa estaria localizada do lado da sombra, assegurando-se, assim, que o sol da tarde não incidiria em uma fachada principal, tornando bastante aprazível não só o alpendre (quando existente), como também a sala de visita. A edificação ficava totalmente isolada dentro do lote, ou seja: dentro da área da fazenda, com possibilidades de se ter aberturas de portas e janelas em qualquer de suas fachadas [...] (FEIJÓ, 2002, p. 27-28).

4.3.3 Partido arquitetônico

As casas-grandes analisadas possuem as caixas edilícias semelhantes: são construções térreas onde prevalece o mesmo aspecto volumétrico exterior, que varia conforme a existência de sótão e paiol³, diferença que reflete em suas fachadas. “A caixa mural é inteiriça, o que resulta em um volume simples, com predominância de cheios, vazios e simetria” (DINIZ, 2008, p. 97). As superfícies são rebocadas com argamassa de barro e caiadas; quando não tomam esse partido, é possível encontrar uma forma mais rústica, com tijoleiras de barro aparente compondo a superfície do edificado.

Percebemos que as casas são detentoras de uma aparência rústica e despojada de elementos decorativos. Assim como observado por Diniz (2008), constatamos que poucos são os casos com detalhes mais elaborados como platibanda, prevalecendo o uso do beiral, solução que se assemelha aos padrões da arquitetura do período colonial. Como resultado, temos um patrimônio que é reflexo do caráter local e regional e que conserva traços relevantes de uma arquitetura simples, concebida por repetição de modelos construtivos, criativos, sustentáveis e marcados pela sabedoria transmitida de geração a geração. São residências que se tornam referência pelo seu caráter vernacular; em outras palavras, além de relevantes à identidade da região por serem testemunho histórico do passado e memória viva da cultura e do modo de morar do sertão,

³ Espaço para estocagem de farinha e cereais produzidos na fazenda e dispostos, normalmente, sob os corredores das casas-grandes.

adaptam-se às condicionantes do lugar e consistem em espaços de proteção em relação às características do clima semiárido do Nordeste brasileiro.

Dessa forma, a casa do sertão do Seridó “é um abrigo flexível em sua essência, pois se ajusta e se adapta às necessidades de seus ocupantes” (BORGES, 2015, p. 21). Na visão de Faria:

A Casa Grande, construção sóbria, alpendrada, de duas águas e levantada com madeira, pedra, tijolo e telha da própria fazenda. Não oferecia a beleza artística dos casarões do açúcar, de grades de ferro trabalhado e arabescos de argamassa e pedra. Nenhum enfeite transparecia de sua arquitetura e seu conforto maior parecia residir no frio das lajes do alpendre [...] (FARIA, 1965, p. 23).

4.3.4 Programa funcional: uso social do espaço doméstico

A análise do programa funcional indica que não existe uma uniformidade quanto ao formato das plantas das casas-grandes seridoenses; observamos, no entanto, uma maior tendência para a forma retangular. O edificado principal é coberto por telhado em duas águas e de arrasto, enquanto que os serviços, por águas diversas. O pé-direito alto ameniza o calor da região e propicia a construção de sótão e paiol, áreas de repouso e de serviço. Deprendemos a existência de um núcleo original que denominamos *planta básica*, área com cômodos elementares da estrutura de um domicílio rural sertanejo.

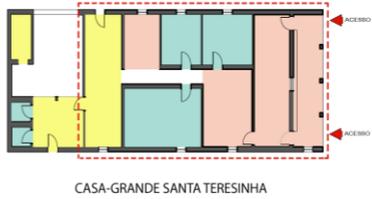
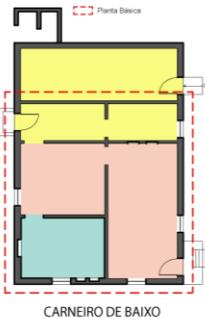
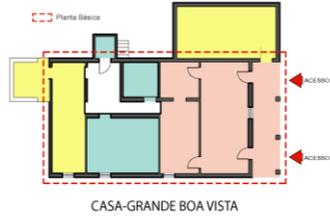
O passar dos anos demandou modificações na configuração interna das edificações, o que fez com que poucas habitações se mantivessem totalmente originais. A incorporação de outros compartimentos no perímetro do núcleo original tornou-se frequente. Os espaços destinados às atividades produtivas da fazenda, da estocagem ao fabrico, foram sendo integradas aos de vivência familiar, nomeadamente para a produção de farinha, rapadura e beneficiamento do algodão. A presença de anexos destinados às casas de banho, em substituição às latrinas locadas

anteriormente no exterior, foi, sem dúvida, a alteração mais recorrente durante o século XX.

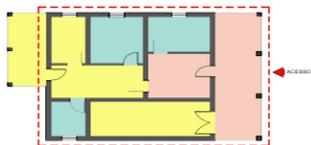
As casas estão divididas em três setores bem definidos: o de *receber* (composto por alpendre ou cupiar, sala da frente, de jantar e/ou das mulheres), o de *repouso/intimo* (quartos e casas de banho) e o de *serviço* (cozinha, armazém, depósito e despensa), cujos compartimentos eram interligados por um longo corredor que, em alguns casos, ficava sob o sótão e/ou paiol.

É no setor de serviço que observamos a maior parte das alterações realizadas, seja pelo acréscimo de cômodos seja pela mudança de águas em suas coberturas; é seguido pelo setor de repouso, com o aumento de quartos. Apesar disso, constatamos que o corpo central preserva, na maior parte, os usos dos cômodos originais; nas situações em que as áreas de produção não são mais funcionais, elas passaram a ser utilizadas como depósitos ou espaços de apoio para a fazenda.

Partindo desses pressupostos, demarcamos as áreas supracitadas nas casas a que tivemos acesso interno; para tanto, levamos em consideração a metodologia de análise do programa funcional utilizada pelo IPHAN (2012a) e por Diniz (2008), empregando a seguinte legenda: *rosa* (receber), *azul* (repouso/intimo) e *amarelo* (serviço).

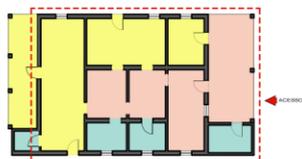


Planta Básica



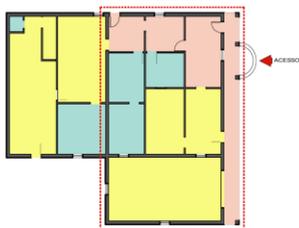
CASA-GRANDE VISTA ALEGRE

Planta Básica



CASA-GRANDE VISTA ALEGRE MAIOR

Planta Básica

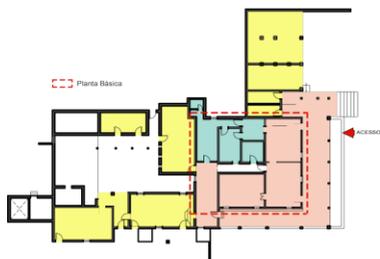


CASA-GRANDE FECHADO



CASA-GRANDE GURUPÁ

Planta Básica



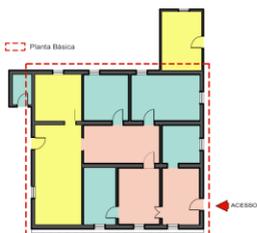
CASA-GRANDE VISTA UMARY

Planta Básica



CASA-GRANDE CACHOEIRA DO CAVALCANTE

Planta Básica



CASA-GRANDE CAMPINADO DE BAIXO

Planta Básica



CASA-GRANDE ENCAMPINADO



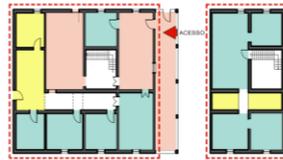
CASA-GRANDE LOGRADOURO DOS ENÉIAS



CASA-GRANDE LAGOINHA



CASA-GRANDE PICUÍ



CASA-GRANDE TAPUIA



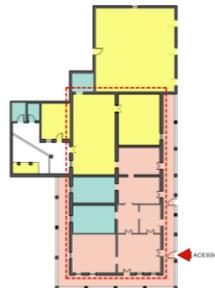
CASA-GRANDE TIMBAÚBA



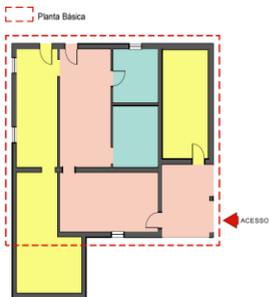
CASA-GRANDE TOCO



CASA-GRANDE JERUSALEM



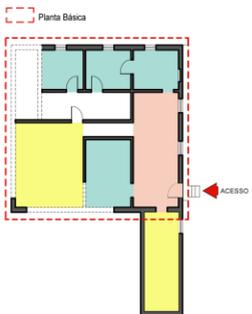
CASA-GRANDE PEDRA ECAL



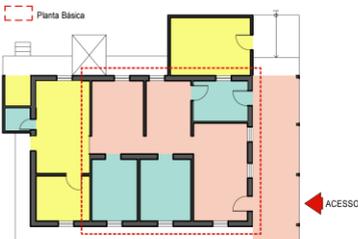
CASA-GRANDE MATA-FOME



CASA-GRANDE APAGA FOGO



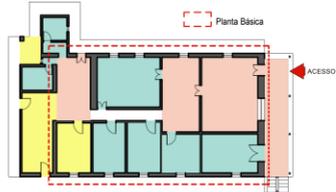
CASA-GRANDE ARROZ



CASA-GRANDE BARRA DA CARNEÚBA



CASA-GRANDE DINAMARCA



CASA-GRANDE ROLINHA

4.3.4.1 Setor de receber/estar

- **Alpendre**

Um dos espaços mais significativos da casa de morar seridoense, o alpendre, conhecido por *copiar* ou *cupiar*, é um dos elementos que mais distinguem as habitações tradicionais. Como acesso principal, voltava-se em sua maior parte para o nascente com a função fundamental de receber.

Trata-se de um “espaço de transição” (BORGES, 2015, p.24) que exercia um papel relevante no cotidiano sertanejo, pois era a parte “mais pública da casa” (MACÊDO, 2015, p. 149), local onde os homens recebiam os visitantes e faziam negócios, sendo, por isso, uma área de acesso proibido às mulheres.



Figura 36 – Alpendre e detalhes de algumas casas de fazenda
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

O alpendre é uma estrutura usualmente locada na parte frontal das edificações; mas, por vezes, essa arquitetura foge à regra: observamos a presença do alpendre também nas fachadas lateral e posterior, áreas que identificamos como acréscimos por não fazerem parte da configuração original. É estruturado a partir do prolongamento de uma das águas do edificado principal ou independente. Mesmo com alterações, ainda podemos perceber os materiais com os quais foi executado originalmente: piso em tijoleira de barro ou lajedo e pilares de madeira ou de alvenaria.



Figura 37 – Estrutura dos pilares dos alpendres: madeira, tijoleira de barro, alvenaria e PVC, respectivamente
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).



Figura 38 – Piso em lajeado de pedra e tijoleira de barro dos alpendres das casas-grandes Umary e Encampinado
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Ao longo da nossa pesquisa, percebemos que os espaços nas casas rurais seridoenses eram sempre multifuncionais. Nesse sentido, o alpendre servia igualmente para receber os visitantes e dar-lhes repouso, delineando, dessa forma, “o zoneamento funcional da habitação, isto é, quanto mais se adentrava, mais era íntimo da família” (BORGES, 2015, p.28). Ressalta-se ainda que, além dos tornos, havia madeiras fixadas na parede e nos pilares usados para que o vaqueiro pudesse pendurar seus objetos, bem como armadores para redes e bancos de madeiras.



Figura 39 – Bancos de madeira dos alpendres das casas-grandes Barra da Carnáúba, Jardim e Encampinado
Fonte: Acervo da autora.



Figura 40 – Tornos dos alpendres de Três Riachos, Umary e Amparo
Fonte: Acervo da autora.



Figura 41 – Tornos suspendendo os apetrechos sertanejos na Fazenda Dinamarca

Fonte: Acervo da autora.

Feijó (2002) realça a característica de ambiente mais agradável em função da sua disposição voltada para o leste. Acrescentamos ainda que, na sua ausência, o alpendre era substituído pela primeira sala, conhecida por sala da frente.

▪ Salas

As casas-grandes seridoenses possuem várias salas, delimitadas por paredes externas espessas e divisões internas mais delgadas. Apresentam um número mínimo de duas salas; esse valor, no entanto, pode ser superior, como na casa-sede da Fazenda Pedra e Cal e seu considerável número de seis salas.



Figura 42 – Planta baixa da casa-grande Fazenda Pedra e Cal, com a marcação das salas

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010), adaptado pela autora.

A primeira delas é chamada de sala da frente ou de visita e é a que se segue ao alpendre, normalmente disposta no comprimento da fachada principal, com aberturas para o cupiar. Pode estar conectada a outros ambientes por meio de um corredor ou ser o próprio conector de espaços. Sobre essa sala, diz-nos Macêdo:

Passava-se do copiar para a sala da frente através de uma porta cujo batente ficava no nível do restante da casa. O piso era geralmente de terra batida, ou, mais raro, ladrilhado por tijolos nus. Nessa sala, ficava o oratório, pequeno nicho de madeira que reunia uma variedade de santos chamados de imagens ou vultos (MACÊDO, 2015, p. 151).



Figura 43 – Salas da frente

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

A segunda sala pode estar disposta ao lado da sala da frente ou contígua a ela. Para as mulheres, era reservada uma área específica conhecida por sala das mulheres, local onde a família permanecia reunida em trabalhos domésticos. A terceira é a sala de refeição, conhecida no Seridó por *sala de trás* ou *sala de janta*. Localizada após a sala da frente ou a segunda sala, ou ainda ao final do corredor, normalmente é bem arejada e iluminada e faz a conexão com outros cômodos. Similarmente ao que ocorria em relação ao alpendre, esse cômodo só podia ser utilizado por homens, “sem distinção social” (DINIZ, 2008, p. 107); às mulheres restava utilizar a cozinha, onde preparavam a comida e realizavam outras atividades correlatas.



Figura 44 – Salas da refeição da casa-grande Tapuia

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Seguindo a regra de ambientes multifuncionais, podemos encontrar, em todas as extensões de sua área, armadores de rede e tornos, o que nos indica que esses espaços também tinham como função secundária o acolhimento, o repouso, além de conter mobiliários padrões das casas rurais, como bancos de couro, nichos, mesas de madeira e oratórios.



Figura 45 – Mobiliário presente nas casas-grandes

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

4.3.4.2 Setor de repouso

▪ Quartos

As casas são marcadas por vários cômodos de repouso, sendo cada espaço atribuído especificamente ao seu usuário. Dependendo da disposição espacial, os quartos eram destinados ao casal, aos homens, às mulheres ou aos empregados. Borges explica que:

A alcova destinava-se ao casal, e normalmente têm posição privilegiada em relação ao controle de acesso aos outros cômodos, assim como pode apresentar além de janelas voltadas para o exterior da casa, portas que se abrem ao alpendre. Já a camarinha era o ambiente para às moças da família, e em poucos casos apresentava alguma janela para fora da casa, o que faz por vezes este ambiente ser designado pelos antigos moradores como quarto escuro (BORGES, 2015, p. 37).

Em alguns casos, esses espaços recebiam janelas, mas, nessa situação, as esquadrias eram guarnecidas por balaustres de madeira formando uma espécie de grade e vale ressaltar que era comum o acesso ser realizado pelo quarto dos pais.



Figura 46. Quartos das casas-grandes Barra da Carnaúba e Umary, respectivamente.
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

No quarto das moças, quando existia janela, por vezes essas recebiam uma espécie de grade, formada pela disposição de peças de madeira, tipo ripas, fixadas da verga ao peitorial da mesma, e espaçadas uma sim outra não. Segundo a tradição, tinham a função de evitar que moças donzelas fugissem pala janela, à alta madrugada, para encontrar seus namorados (FEIJÓ, 2002, p. 36).

Com relação ao mobiliário desses cômodos, destacamos a presença recorrente de baús, redes e nichos, como pode ser observado na Fazenda Amparo (Figura 47).



Amparo

Figura 47 – Quartos da casa-grande Amparo e baús de algumas fazendas

Fonte: Acervo da autora

É comum haver, na parte da frente das casas, um quarto próximo ao alpendre, frequentemente chamado de *quarto dos vaqueiros*, pois, nesse espaço, muitos penduravam seu material de trabalho e repousavam. Ele também podia funcionar como armazém ou depósito de gêneros alimentícios e demais instrumentos da lida com o gado, situação mais comumente encontrada nos dias atuais. Também merece registro a existência de um tipo de quarto destinado aos hóspedes, que, segundo Feijó (2002), tinha ligação exclusiva com a sala da frente ou com o alpendre.

Com relação à existência de senzalas, afirma Faria (1965, p. 25): “poucas tinham senzala junto as suas paredes. Os escravizados costumavam morar ao redor da casa-grande. Por isso, dormiam em

cômodos no interior das casas ou na parte posterior da edificação. No conjunto analisado, encontramos essa situação na casa-grande da Fazenda Jerusalém (Figura 48)..



Figura 48 – Ambientes da casa-grande Jerusalém

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010), adaptado pela autora.

▪ Sótão

O sótão é um cômodo muito característico na arquitetura das casas de fazenda seridoense por estar associado ao aproveitamento do desvão, ou seja, ele surge como resultado do grande vão produzido pelas coberturas de arrasto. O ambiente era usado, principalmente, como quarto para as filhas ou como uma categoria secundária, pois seu acesso não era muito facilitado devido às íngremes escadas. Esse compartimento está presente em 13 das 40 casas das fazendas estudadas: Aroeira, Carnaúba,

Dinamarca, Timbaúba dos Gorgônios, Umary, Três Riachos, Vista Alegre Maior, Encampinado, Lagoinha, Tapuia, Toco, Jerusalém e Jardim.



Figura 49 – Pormenores do sótão da casa-grande Tapuia

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Complementando as informações, sobre esse cômodo, relata Feijó:

O sótão é um compartimento da casa muito característico dessa região. É provável que tenha surgido não da necessidade de mais um espaço, mas do aproveitamento de um desvão, oriundo da própria concepção arquitetônica, cuja característica primordial se constituía na cobertura em duas águas, para frente e para os fundos, com beirais com pés-direitos reduzidos e panos de telhados com grande inclinação. Considerando que as casas, em geral, tinham grande comprimento, resultando daí, cumeeiras com alturas excepcionais para casas térreas, e que, portanto, propiciavam, em seu intermédio, o surgimento do tão adotado sótão. Este ambiente da casa, às vezes, era utilizado como quarto para as filhas (FEIJÓ, 2002, p. 40).

4.3.4.3 Setor de serviço

O acesso ao setor de serviço, composto de cozinha, banheiro, paiol, despensa, armazém e depósito, é feito através de um longo corredor, cuja função é ligar as partes frontal e posterior da residência.

- **Cozinha**

Na configuração primitiva das casas, a cozinha, que não fazia parte do corpo principal, estava locada atrás da construção, em uma espécie de alpendre conhecido por *tacaniça*. Inicialmente, “a cozinha ficava nesse espaço sem paredes e funcionava em trempes quase rentes ao chão, sobre uma cobertura de palha ou telha” (MACÊDO, 2015, p. 169); com os anos, ela foi passada para dentro da casa, mas ainda localizada nos fundos do edificado. Esse era o local onde as mulheres faziam suas refeições e por mais tempo permaneciam. Algumas casas possuíam mais de uma cozinha ou alpendre posterior destinado à preparação de alimentos com a presença de jiraus para armazenar os alimentos, espaço que, quando específico à produção de queijos, chamava-se cozinha de queijo.

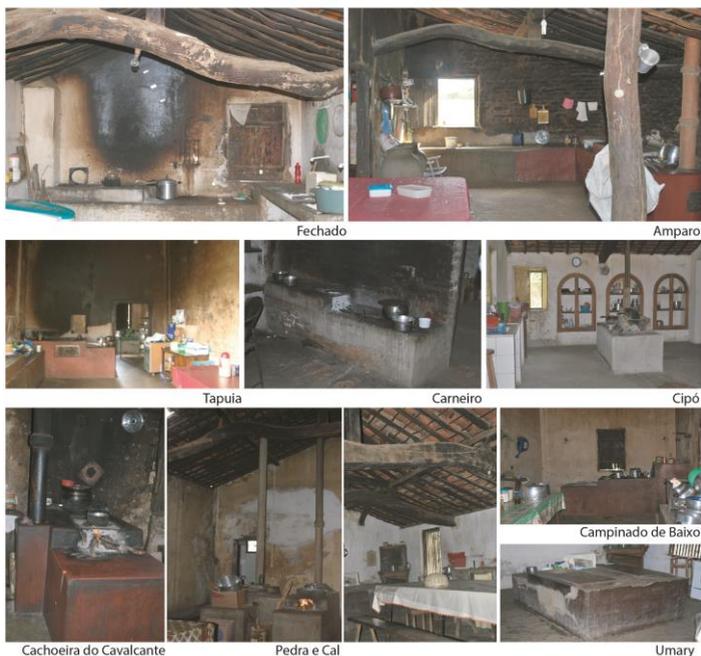


Figura 50 – Cozinha e fogões a lenha
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

O fogão a lenha é um equipamento característico das cozinhas sertanejas seridoenses desde seus primórdios. Construído em tijolo de barro e em grandes dimensões, pode ser encontrado também na parte posterior da casa quando destinado ao fabrico de queijos. Ele é o responsável pela descoloração das paredes – provocada pela fumaça proveniente da queima da lenha, o que é perceptível ainda hoje nas paredes e nos telhados escuros.

Como de costume no sertão, os potes de barro, os pilões de madeira e a grande mesa compõem o mobiliário típico desse ambiente onde acontece o habitual café da tarde do sertanejo.



Figura 51 – Mobiliário da cozinha

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010) e acervo da autora.

▪ Banheiro e sala de banho

Sobre os banheiros, encontramos as seguintes informações prestadas por Faria (1965, p. 25): “De primeiro, as necessidades eram feitas no mato e, no oitão das casas. Tempos depois é que se fez construir as privadas de caixão, comunas, que deram lugar aos w.c. modernos”.

O banheiro é a incorporação mais recorrente nas edificações analisadas, acréscimo efetuado entre o final do século XIX e o início do XX, com o formato convencional dos atuais dias. Como o banheiro nunca foi um espaço pertencente ao corpo da morada, inicialmente as necessidades eram feitas no exterior da casa em espaços chamados de cumoas ou latrinas. As salas de banhos consistiam em um pequeno espaço onde a água era armazenada em tanques e destes retirada com uma *cuiã* para se ministrar o banho.



Figura 52 – Banheiro externo da casa-grande Cipó e Sala de Banho pertencente à casa-grande Vista Alegre, respectivamente

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

▪ Paiol

Para o armazenamento de produtos e materiais da atividade cotidiana, as moradas rurais seridoenses tomavam partido do paiol, ambiente de pequenas dimensões que podia estar ligado ao sótão e normalmente ser locado sob o corredor. Encontramos vestígios de paiol nas casas Arroz, Dinamarca, Umary, Três Riachos, Encampinado, Lagoinha, Logradouro dos Enéias, Tapuia e Toco.

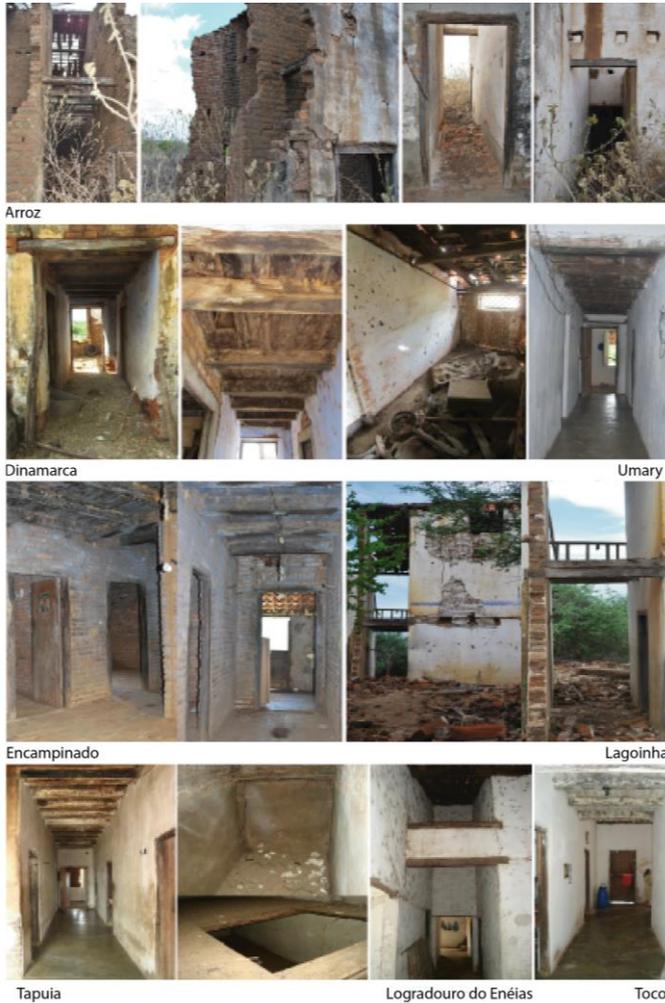


Figura 53 – Estrutura dos paióis encontrados nas fazendas visitadas
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

▪ Despensa

Os alimentos ficavam nas despensas ou em paióis, salas e quartos, no caso dos grãos e farinhas, e, suspensos nos jiraus, no caso dos queijos e das carnes.

▪ Armazém e depósitos

O uso do armazém estava mais associado ao algodão e à guarda de grãos produzidos ou para a plantação; o do depósito era direcionado à guarda dos instrumentos da lida na fazenda. Atualmente os dois espaços possuem igual função, guardar materiais de uso da fazenda: grãos, instrumentos e, até mesmo, as sacas de ração dos animais.

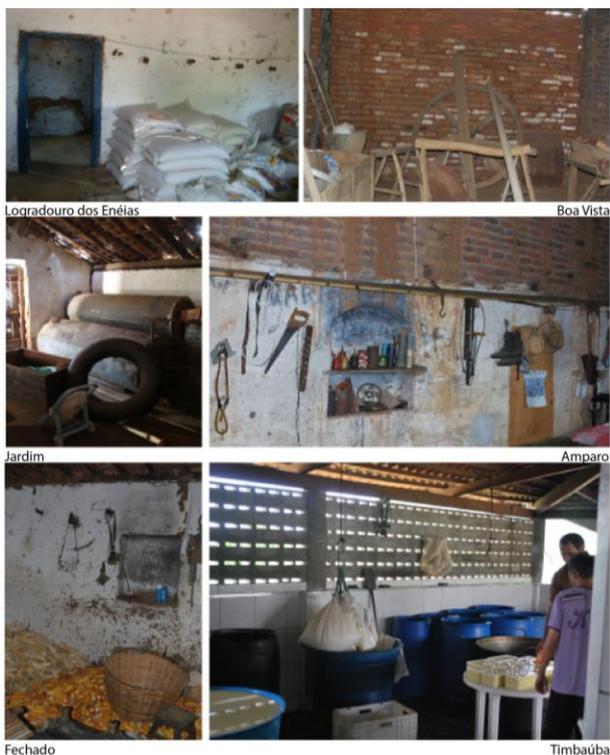


Figura 54 – Armazém e depósito com usos variados

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

4.3.5 Materiais e sistemas construtivos

4.3.5.1 Alvenaria

A *taipa de sapo* marcou as construções do século XVIII e do início do século XIX (IPHAN, 2012a). As primeiras moradas rurais seridoenses

foram edificadas com o aproveitamento da matéria-prima local. Aos poucos, esta foi sendo substituída pela alvenaria de tijolos maciços, técnica construtiva que se tornou a mais usual entre os exemplares por apresentar as seguintes características: estabilidade e durabilidade, além da variabilidade de dimensões das casas. As paredes externas e internas seguem esse padrão e demonstram contar ainda com o princípio da adaptabilidade ao se utilizarem da argila, matéria-prima regional.

Os tijolos são maciços e de dimensões variáveis. As casas analisadas no relatório técnico possuem paredes em alvenaria de tijolos autoportantes e seu acabamento em reboco de barro e areia, com caiação na cor branca, na maior parte dos casos. Observamos que a amarração mais encontrada apresenta uma alternada disposição de duas fiadas: uma, com tijolos no comprimento, e outra, com sua face menor exposta. É perceptível a menor espessura das paredes internas – 20 cm, em média – com a função essencial de divisão de cômodos, podendo ou não alcançar a cobertura; quanto às externas, a espessura variava entre 30 e 60 cm, o que nos leva a presumir a sua função estrutural.



Figura 55 –
Assentamento tijolos
Fonte: Acervo da autora.



Alvenaria autoportante = 44 cm de espessura

Alvenaria autoportante = 53 cm de espessura

Figura 56 – Alvenarias da casa-grande Dinamarca

Fonte: Acervo da autora.

Segundo Feijó, tijolos e argamassas são os materiais básicos empregados na alvenaria das casas rurais seridoenses. A argamassa utilizada é de barro, cal e areia; contudo, pela falta de cal na região, ela pode ter sido produzida somente com o barro (FEIJÓ, 2002). Por tratar-se de uma técnica com nível de elaboração maior que o da taipa, demandava tempo e mão de obra para a execução das peças, o que demonstrava seu caráter artesanal, muitas vezes com fabrico realizado na própria fazenda: “uso de formas de madeira para aplicação do barro e modelagem, secagem ao sol e posterior queima” (IPHAN, 2012a, p. 53).

Apesar da durabilidade do sistema, as edificações não escapam de intervenções que reconfiguram algumas de suas estruturas e dimensões. Nesse sentido, observamos em algumas moradas a inserção de materiais que destoam do padrão original, como no caso do uso dos tijolos de oito furos utilizados nas construções dos anexos e dos módulos acoplados à configuração original, assim como nas paredes internas, facilmente detectadas pela fina espessura.



Figura 57 – Alvenarias original e nova da casa-grande Encampinado
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

4.3.5.2 Alicerce

As fundações das edificações têm altura variável e geralmente são estruturadas em pedras mistas, autoportantes. Feijó (2002) afirma que o alicerce é constituído por pedras granílicas, e acrescentamos, após observação *in loco*, que seu uso no formato natural é o mais recorrente, geralmente blocos irregulares sobrepostos. Esse tipo de técnica não só permite o isolamento das paredes externas e internas, impedindo o contato direto do piso com o solo e evitando-se, por consequência, a umidade, como também possibilita marcar a posição da casa-grande em relação aos outros equipamentos da fazenda.



Figura 58 – Alicerce em pedras mistas das casas-grandes Santa Teresinha e Jardim
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Outras casas apresentam como fundação afloramentos rochosos que surgem como uma alternativa de adaptabilidade ao meio a exemplo da casa-grande Carnaúba.



Figura 59 – Casa-grande Carnaúba locada sobre afloramento rochoso

Fonte: Acervo da autora.

A pedra é um material construtivo sempre presente nos conjuntos rurais seridoenses, comumente empregado em fundações, currais e cercas, traço cultural marcante na região, presente tanto nas edificações mais antigas quanto recentes, o que denota um modo de fazer adaptado da concepção construtiva com materiais nativos. Durante a produção do relatório técnico, não encontramos construções elaboradas com base na técnica principal da pedra; entretanto, segundo Macêdo (2015), três moradas foram erguidas dessa forma. Complementando essa descrição, reproduzimos as informações do autor sobre uma delas, a Casa de Pedra.

A Casa de Pedra, como é hoje conhecida, é uma edificação colonial erguida às margens do Rio Seridó, em Caicó, mas que apresenta uma exceção na forma de moradia dos sertões do Rio Grande do Norte. Segundo a memória local, sua construção foi iniciada no ano de 1730, perdendo-se no tempo o nome de seu primeiro proprietário. Possivelmente foi uma construção da época da Guerra dos Bárbaros, dado seu estilo peculiar de residência fortificada: construção sólida de duas águas, beirais para frente e para trás, e empenas para as laterais. (MACÊDO, 2015, p. 142).

4.3.5.3 Piso

A configuração original toma partido pela tijoleira de barro, pelo lajeado de pedras ou de terra batida, como pisos mais característicos. No alpendre, predomina o uso do lajeado de pedra; no sótão e nos paióis, o assoalho de madeira. Esses últimos cômodos possuem uma estrutura de piso simples, formada por tabuado corrido, “geralmente de madeiras como ipê amarelo, carnaúba ou outras espécies nativas da região” (IPHAN, 2012a, p. 64), sustentado por barrotes. Acrescentamos ainda o uso de soleiras de pedras principalmente nos vãos das portas principais. As modificações mais frequentes nos pisos das moradas dizem respeito à substituição da composição primitiva de materiais por cimento queimado e ladrilhos hidráulicos, além de acréscimos como os primeiros degraus das escadas de acesso aos sótãos e paióis por concreto e/ou a substituição total da madeira por alvenaria.



Figura 60 – Escadas com modificações

Fonte: Acervo da autora



Figura 61 – Pisos utilizados nas casas-grandes dos conjuntos rurais do Seridó Potiguar
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

4.3.5.4 Revestimento

Os conjuntos rurais seridoenses possuem acabamentos nas paredes internas e externas feitos com a matéria-prima encontrada no local: “a argamassa em barro compõe o emboço e o reboco, cal e areia, com caiação na cor branca, possivelmente como padrão estético comum ao sertanejo” (IPHAN, 2012a, p. 56). No caso das edificações que passaram por alguma intervenção, foi possível observar a inserção de novos acabamentos, nomeadamente cimento e tinta. Verificamos que alguns exemplares possuem uma variação estética em sua decoração com motivos florais que

marcam o gosto de seu proprietário, a exemplo da casa-grande Dinamarca.



Figura 62 – Pormenor dos revestimentos da casa-grande Dinamarca
Fonte: Acervo da autora

4.3.5.5 Vão e vedações

Ao analisarmos as vergas, percebemos a simplicidade da conformação dos conjuntos rurais. Há pouca variação estética e quebra da composição geométrica retilínea quanto à disposição das esquadrias nas fachadas, com predomínio dos cheios sobre os vazios, dimensões proporcionais que caracterizam ritmo na composição. As formas retas e os arcos abatidos predominam; quando não, surgem raramente com arcos plenos.



Figura 63 – Composição das fachadas das casas-grandes

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

A vedação toma partido por folhas cegas de dimensões variadas em tábuas de madeira, principalmente de cumaru (DINIZ, 2008). O caixilho é de aroeira e, em algumas situações, as janelas possuem traves de madeira para seu fechamento. O acabamento é dado com verniz e tinta, no caso de intervenções recentes.



Figura 64 – Vãos das entradas principais das casas-grandes
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).



Figura 65 – Janelas das casas-grandes
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).



Figura 66 – Vergas
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Quanto às ferragens, destacamos, mais uma vez, o modo artesanal de produção. As dobradiças, as fechaduras e as chaves, por exemplo, possuem medidas variadas e normalmente tendentes a grandes dimensões.

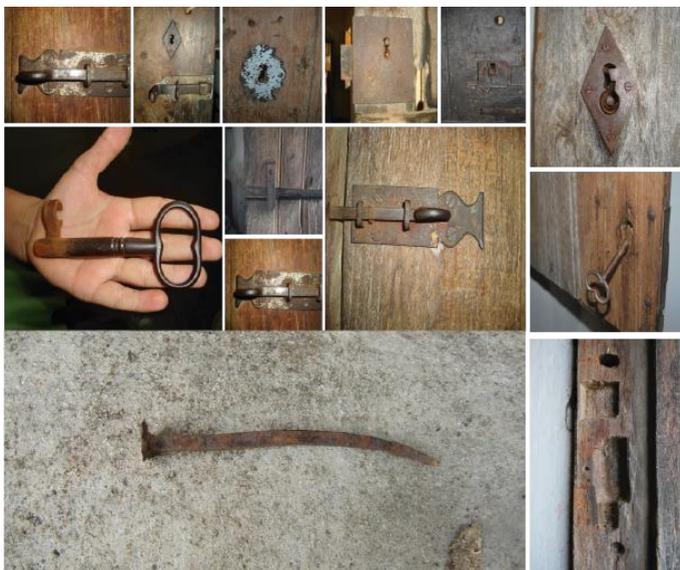


Figura 67 – Ferragens, tranças e chaves das esquadrias
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

4.3.5.6 Cobertura

A casa-grande do Seridó apresenta cobertura em duas águas, normalmente com a inserção de alpendres frontais e, em alguns casos, nas fachadas laterais e posteriores, e é “conformada a partir do prolongamento das águas na frente e fundos das edificações principais, formando o telhado de arrasto” (IPHAN, 2012a, p. 60). Devido à acentuada inclinação, o pé-direito no alpendre é bastante reduzido e, na cumeeira, extremamente alto. A cobertura é composta por telha cerâmica e estrutura em madeira confeccionada com espécies arbóreas da região de reconhecidas resistência e durabilidade, a exemplo da “aroeira, do angico, da carnaúba, do pereiro, da umburana, do facheiro, do brejuí, entre outras” (IPHAN, 2012a, p. 58). O uso da madeira nativa do sertão reforça a característica vernacular dessas edificações de adaptação às condicionantes locais.



Figura 68 – Telhado de arrasto da casa-grande Encampinado
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).



Figura 69 – Elemento estrutural brabo
Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

A rusticidade da estrutura dos telhados chama atenção para a execução de seus componentes estruturais, com pouco ou nenhum beneficiamento, atribuindo às moradas sertanejas feições peculiares. Espécies arbóreas locais ganham destaque na cobertura que tem no *brabo*, “peça estrutural em madeira com corte envergado de curvatura voltada para cima para viabilizar a construção de vãos de grandes dimensões”

(IPHAN, 2012a, p.61), um elemento importante na caracterização dos conjuntos rurais do Seridó.

Com exceção dos cômodos que ficam sob o paiol e o sótão, nomeadamente corredores, quartos e/ou salas, que recebem o assoalho de madeira, os demais não possuem forro, deixando sobressair, dessa forma, a estrutura do telhado aparente na maior parte da edificação.

Os panos da cobertura recebem telhas cerâmicas do tipo *capa e canal*⁴, cujo processo artesanal de produção incluía a assinatura do fabricante nas edificações mais antigas com a datação da primeira fiada de telhas (MEDEIROS FILHO, 1983). Sobre as telhas, Feijó (2002, p.53) acrescenta que: “as tradicionais têm dimensões variando de 60 cm de comprimento, 20 cm de largura na cabeça, 16 cm na ponta, 9 cm de altura em seu ponto mais alto e espessura de 1,5 cm”, e são produzidas com barro de boa qualidade, quase sempre o mesmo tijolo.

Elemento de importância na constituição das coberturas das moradas sertanejas, o beiral, que, na maior parte dos casos, surge como uma estrutura desprovida de rebuscamento, pode fugir à regra e apresentar um arranjo mais elaborado como em Timbaúba dos Gorgônios. Nessa casa-grande, identificamos o uso da cimalha de alvenaria⁵, detalhe que torna a edificação de Timbaúba mais refinada, diversificando a composição arquitetônica das residências rurais e indicando que estamos diante de um exemplar pertencente a um rico proprietário, Gorgônio Paes de Bulhões. A respeito dessa fazenda, Diniz (2008) registra que inicialmente existiam uma casa de taipa e um curral; somente anos depois, Bulhões construiu a casa de alvenaria, como indicam as datas na fachada principal, 1856 e 1862, marcando, respectivamente, início e final da construção.

⁴ Segundo o Manual de Conservação de Telhados (LA PASTINA FILHO, 2005, p. 9), são telhas cerâmicas de uso tradicional, também conhecidas por coloniais, que apresentam forma de um semitronco de cone, de fácil fabricação. Acrescentamos ainda que as peças possuem uma curvatura côncava (para escoar a água) e uma convexa (para proteger a junção).

⁵ Segundo o Manual de Conservação de Telhados (LA PASTINA FILHO, 2005, p. 19), as cimalkas de alvenaria são executadas em pedra ou tijolos adequadamente desbastados sobre os quais é lançada a argamassa, cujo excesso é removido por molde recortado de acordo com o perfil desejado.

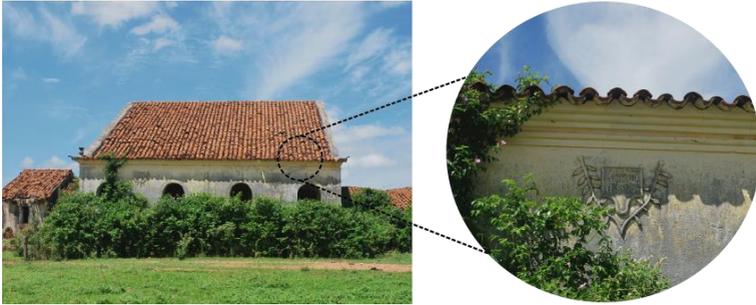


Figura 70. Pormenor da cimbalha na cobertura da casa Timbaúba dos Gorgônios
 Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

4.3.6 Considerações sobre o estudo tipológico

A partir das semelhanças e diferenças quanto à forma básica dos exemplares, foi possível identificar suas particularidades. Como resultado, temos um patrimônio rural produto da ação humana, artefatos sociais explicados pelas redes de relações entre eles, que se moldam às necessidades de seus agentes, do território e da cultura, entre tantas outras condicionantes. Embora sejam tipos que lembram sobrados urbanos, constatamos uma diversidade nessa aparente homogeneidade.

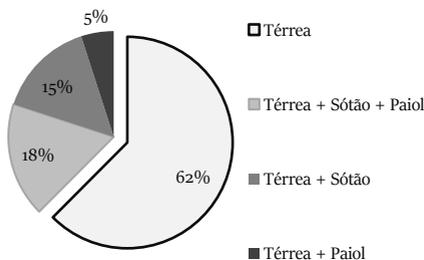
Além da ambiência, da implantação e da orientação das edificações, que observamos pouco se alterarem, depreendemos que as plantas baixas são diversificadas, apresentando uma tendência para o formato retangular e, basicamente, com três áreas definidas: receber, repouso/íntimo e serviço. O acréscimo de outros ambientes fez por modificar o número de águas do edificado original. No entanto, foi no partido adotado que observamos uma maior diversidade dos elementos constituidores dessas residências. Nesse sentido, estudamos a configuração das casas-grandes seridoenses quanto aos seguintes aspectos:

- o número de pavimentos: se térrea, térrea com sótão e paiol ou ao menos um desses;
- a forma original da planta baixa, que demarcamos e denominamos por *planta básica*, observando o formato mais significativo se retangular, em “L” ou outro;

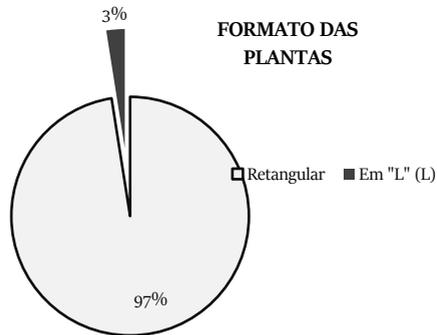
- a forma da cobertura da planta básica: de arrasto (queda d'água no sentido do maior vão), sem arrasto, com outras águas;
- a existência ou não de alpendre na planta básica, forma (retangular, em “L”, em “U” ou se não foi possível definir) e localização (frente ou posterior).

Após estabelecermos a relação dos elementos a serem verificados, iniciamos a análise comparativa das quarenta casas-grandes dispostas no relatório técnico (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), mediante estudo centrado na configuração da planta original e fundamentado em levantamentos arquitetônicos anteriores e dos que realizamos em janeiro de 2019, assim como no arquivo fotográfico pessoal da autora. Dessa forma, chegamos às ponderações que seguem.

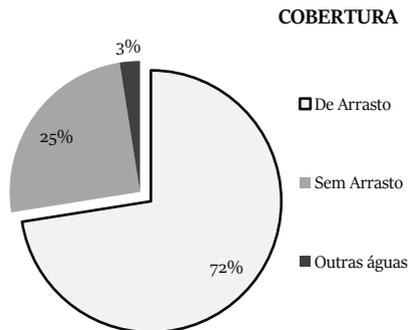
NÚMERO DE PAVIMENTOS



Todas as edificações analisadas são térreas, diferenciando-se, entre si, quanto à existência de sótão ou paiol, pormenores que refletem na caixa mural e marcam o padrão inteiriço de suas fachadas. Apesar de constituídas por um único nível, as elevadas empenas propiciam o pé direito sempre alto, a exemplo da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, o qual chega a 8,20 m. Essa altura permite a existência de cômodos nos vãos mais elevados, dando origem aos sótãos e paióis, demarcados com a existência de consideráveis esquadrias nas fachadas.



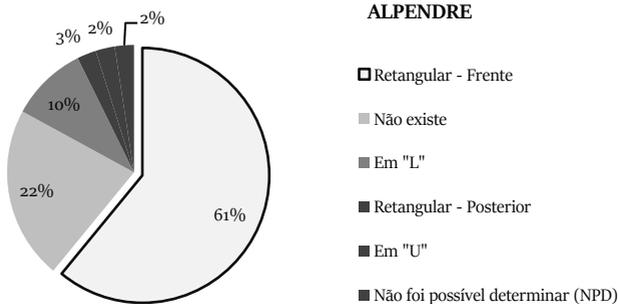
As plantas baixas são diversificadas; contudo, quanto ao seu formato, tendem ao retângulo. A necessidade de acoplar, ao corpo principal das habitações, novas construções contribuiu para a modificação da configuração interna e, conseqüentemente, da composição geral das casas que ganharam também novas coberturas.



Os telhados têm cobertura em duas águas, empenas nas fachadas laterais e beirais voltados para a frente e os fundos do terreno. A permanência dos chamados arrastos é uma constante no conjunto analisado, e a sua ausência indica que houve alguma intervenção nas coberturas, como nas casas-grandes Rolinha, Carnaúba, Apaga Fogo e

Pedra e Cal. A despeito das altas cumeeiras, característica marcante e presente em todas as residências, os telhados de arrasto propiciam um excelente conforto térmico.

O alpendre é, sem dúvida, um dos elementos que mais diferencia as casas seridoenses, pelo seu formato, pela sua localização ou, até mesmo, pela sua inexistência, o que possibilitou que alguns de seus exemplares fugissem à regra. O número elevado referente à sua permanência, cerca de 76% das edificações, confirma a sua importância, no modo de morar sertanejo, como área de transição entre o meio externo e interno, espaço de convívio e de proteção por favorecer o sombreamento e beneficiar o conforto nas áreas por ele delimitadas, como salas e quartos.

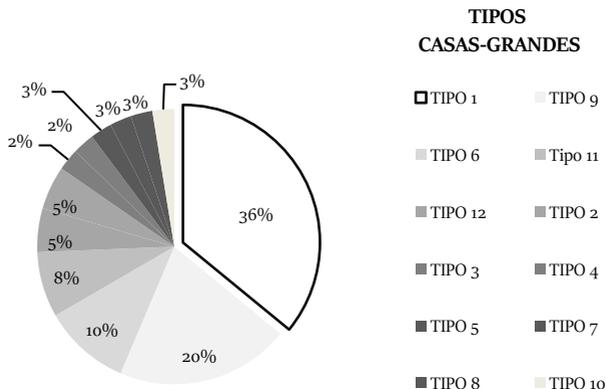


As ponderações feitas levaram-nos aos seguintes perfis tipológicos presentes no conjunto investigado (Apêndice 2):

- TIPO 1: edificação térrea, planta retangular, alpendre retangular na frente e cobertura de arrasto;
- TIPO 2: edificação térrea, planta retangular, alpendre retangular na frente e cobertura sem arrasto;
- TIPO 3: edificação térrea, planta retangular, alpendre retangular na frente e cobertura com outras águas;
- TIPO 4: edificação térrea, planta em forma retangular, alpendre em "L" e cobertura sem arrasto;
- TIPO 5: edificação térrea, planta em "L", sem alpendre e cobertura de arrasto;

- TIPO 6: edificação térrea, planta em forma retangular, sem alpendre e cobertura de arrasto;
- TIPO 7: edificação térrea, planta em forma retangular, alpendre em “U” e cobertura sem arrasto;
- TIPO 8: edificação térrea, planta retangular, sem alpendre, sem arrasto.
- TIPO 9: edificação térrea com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, alpendre retangular na frente e cobertura de arrasto;
- TIPO 10: edificação térrea com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, alpendre retangular posterior e cobertura de arrasto;
- TIPO 11: edificação térrea com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, alpendre em “L” e cobertura de arrasto;
- TIPO 12: edificação térrea com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, sem alpendre e cobertura de arrasto.

Diante dos perfis traçados, constatamos que o maior número se encontra nos tipos 1 e 9, os mais representativos da forma base das casas-grandes seridoenses. Eles se assemelham quanto aos aspectos do formato da planta baixa, da cobertura e do alpendre e diferem quanto à existência ou não de sótão ou paiol. Os demais são variantes desses dois tipos, por vezes semelhantes entre si no que diz respeito à existência de sótão, paiol e alpendre e distintos no sentido da queda d’água, ora com alpendre perpendicular à empena ou paralelo a esta.



Registramos ainda que todos os tipos podem ser encontrados nos municípios levantados no relatório técnico (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010) e que a frequência varia quanto à sua preservação e à sua conservação.



Foto: Maria Rita Assunção

Estudo comparativo do estado de situação das casas-grandes de Serra Negra do Norte, RN

Como mencionamos na introdução, neste capítulo são feitas observações com enfoque no estudo do acervo investigado em Serra Negra do Norte. Com esse objetivo, traçamos o estado de situação atual das casas-grandes mediante uma perspectiva comparativa entre o contexto registrado no levantamento de 2010 e o de 2019. Arrolamos os resultados dos levantamentos arquitetônicos, documentais e fotográficos, além das observações empíricas acerca dos vestígios analisados. Para isso, utilizamos as informações contidas no anexo do relatório técnico (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), que foram atualizadas e a elas acrescentadas o diagnóstico comparativo do estado de situação para que pudéssemos produzir uma nova base de dados. Assim os pontos abordados na investigação podem ser resumidos em:

- dados técnicos;
- modificações visíveis importantes;
- dados históricos;
- documentação gráfica;
- diagnóstico comparativo do estado de situação: segundo metodologia desenvolvida pelo IPHAN através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Embora tenhamos observado as condições internas e externas, as ações de manutenção, a degradação dos materiais, as estruturas e as perdas de elementos de composição, entendemos que, para alcançar resultados mais aprofundados, seria necessária uma equipe

multidisciplinar capaz de responder a todas as questões referentes ao processo de intervenção do patrimônio edificado. Por essa razão, não foi nosso objetivo adentrar no campo do restauro e das técnicas retrospectivas. Procuramos ter uma noção geral do objeto investigado, a partir da inspeção das casas-grandes de Serra Negra do Norte, com foco no estado em que esse patrimônio rural se encontra conservado e preservado, e, dessa forma, traçar algumas considerações sobre as políticas de preservação que tutelam atualmente esses bens.

5.1 Casas-grandes analisadas

As casas investigadas estão localadas na zona rural do município de Serra Negra do Norte, no Seridó Potiguar. A região, assim como toda extensão do Seridó, foi constituída pelo processo sesmarial e teve a economia do gado como base de sua estruturação.

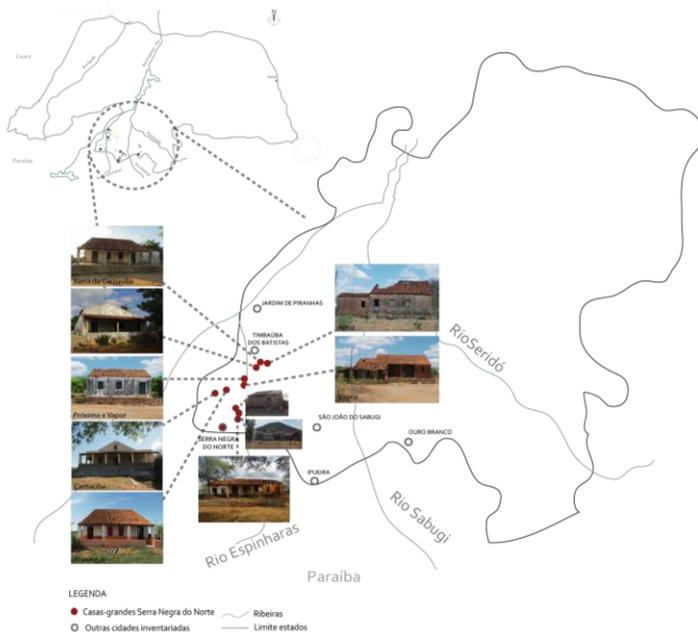


Figura 71 – Mapa de localização das casas-grandes vistoriadas

Fonte: Elaborado pela autora.

Dois motivos justificaram a nossa opção por esse município. O primeiro relacionava-se com o fato de Serra Negra, dentre os seis municípios contemplados no relatório, apresentar o maior número de edificações anteriormente inventariadas, ou seja, um total de dez, dado que apresentava a possibilidade mais heterogênea de um cenário a analisar. O segundo consistia no fato de a cidade possuir a *Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria*, iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Norte com gestão da Fundação José Augusto, o que chamou nossa atenção para as possíveis práticas direcionadas à valorização e à preservação do patrimônio local.

5.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos para o estudo comparativo em Serra Negra do Norte caracterizam-se por uma abordagem qualitativa, procurando descrever e compreender a complexidade do objeto de estudo. As fases da investigação foram divididas em três etapas: 1) planejamento da viagem para Serra Negra do Norte; 2) levantamento pormenorizado das casas-grandes; 3) compilação do material recolhido em campo.

A primeira etapa contemplou o planejamento da visita de campo. Estabelecemos a data para deslocamento e fizemos contato com a Prefeitura de Serra Negra do Norte para a disponibilização de um guia responsável pela nossa condução na zona rural. Efetuamos também contato com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam-IPHAN) para acesso à metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). A partir da recolha desse material disponibilizado pelo IPHAN, escolhemos as fichas do sistema mais pertinentes para nossa investigação. Essa fase consistiu, portanto, em uma preparação para a etapa subsequente, a de levantamento mais aprofundado das edificações.

A segunda etapa contou com as seguintes atividades: visita às fazendas, levantamento arquitetônico, registro fotográfico, coleta de

informações junto aos moradores das casas-grandes com viabilidade de acesso externo e interno, permitindo a realização da vistoria por todo o edificado, nomeadamente nas casas das fazendas Apaga Fogo, Aroeira, Arroz, Barra da Carnaúba, Dinamarca, Rolinha e Vapor, em inspeção realizada nos dias 17 e 18 de janeiro de 2019. As informações coletadas foram introduzidas em fichas do SICG: a *M304 – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos e rurais* (Módulo Cadastro) e a *M206 – Diagnóstico de conservação* (Módulo Gestão). Esse conjunto de dados aprofunda a documentação existente e contribui para o monitoramento do patrimônio rural da região.

A terceira etapa, finalmente, correspondeu à compilação do material recolhido na visita de campo e à produção de uma ficha específica para nosso objeto de estudo, com base na metodologia SICG, que denominamos *ficha comparativa do estado de situação do patrimônio rural do município de Serra Negra do Norte*. Nesse sentido, seguimos o percurso para contemplar os seguintes elementos:

- dados técnicos: análise dos elementos construtivos e do aspecto do edificado, conforme as categorias definidoras do partido arquitetônico aqui apresentado no capítulo referente ao estudo da arquitetura da paisagem sertaneja;
- modificações visíveis importantes: comparação mediante análise das plantas e da vistoria realizada nos imóveis para identificação das alterações;
- dados históricos: introdução das informações colhidas dos moradores e dos demais referenciais bibliográficos;
- documentação gráfica: atualização das plantas baixas, das coberturas e do levantamento fotográfico, com o objetivo de identificar as modificações ocorridas durante os últimos dez anos e atualizar o registro de dados;
- diagnóstico comparativo do estado de situação: a partir da coleta dos dados, segundo metodologia desenvolvida pelo IPHAN por intermédio SICG, fizemos o diagnóstico comparativo. Nesse ponto, além da observação quanto às mudanças no edificado e à sua conservação, analisamos a integridade do imóvel quanto ao seu estado de preservação.

Durante esse processo, também foram consideradas as informações específicas listadas no *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da*

região do Seridó Potiguar (IPHAN, 2012a), relativas aos elementos históricos, arquitetônicos e construtivos.

5.2.1 Metodologia SICG

O SICG, uma ferramenta de apoio desenvolvida pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, consiste em uma base de dados única para coleta, armazenamento e gestão de um amplo conjunto de informações sobre o patrimônio cultural do Brasil. Esse instrumento é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos – *Conhecimento*, *Gestão* e *Cadastro*: separadamente, cada um corresponde a uma esfera de análise do bem; juntos, permitem uma ampla abordagem do patrimônio cultural. É necessário que se delimite um recorte temático definindo “o contexto geográfico e o enfoque específico, a partir dos quais os bens culturais serão identificados e classificados, levando à realização dos estudos e às sugestões das propostas de preservação e de gestão” (IPHAN, 2012b, p. 14). Além disso, prevê a possibilidade de utilização de outras metodologias como a do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2012b).

O módulo *Conhecimento* é composto por três fichas que reúnem informações sobre contexto histórico e territorial do bem, sendo assim considerado como um módulo básico para se iniciar o estudo sobre qualquer bem (ABRANTES, 2014, p. 119). São elas:

- Ficha M101 – Contextualização geral. Informações referentes a uma configuração territorial ampla, relacionando diversos bens dentro de um mesmo universo, temático ou territorial;
- Ficha M102 – Contexto imediato. Para conjuntos históricos urbanos ou rurais. Caracterização a partir de aspectos históricos, geográficos, morfológicos, tipológicos e de apropriação dos espaços;
- Ficha M103 – Aplicado a conjuntos urbanos e rurais que já possuam algum tipo de proteção cultural ou ambiental.

O módulo *Gestão* é composto por sete fichas cujo enfoque se direciona para áreas já protegidas, auxiliando as rotinas de fiscalização, preservação e diagnóstico (ABRANTES, 2014, p. 120). São elas:

- Ficha M201 – Pré-setorização. Permite a construção de uma compreensão espacial dos diferentes elementos dos conjuntos e suas áreas de entorno;
- Ficha M202 – Caracterização dos setores. Descreve detalhadamente cada um dos setores determinados na ficha M202;
- Ficha M203 – Averiguação e proposição local. Testa as diretrizes indicadas nas fichas M201 e M202;
- Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra. Agrupa dados referentes às quadras de maneira geral;
- Ficha M205 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote. Agrupa dados de cada lote do perímetro em estudo;
- Ficha M206 – Diagnóstico de conservação. Orienta as vistorias em imóveis tombados individualmente, realizadas por meio do acompanhamento do estado de conservação do bem, possibilitando o planejamento de obras para sua preservação e também podendo ser usada nas atividades de fiscalização (Figura 72);
- Ficha M207 – Relatório fotográfico. Direciona-se à documentação e à organização das fotografias registradas em campo.

Por fim, o módulo *Cadastro* é composto por sete fichas que reúnem bens individuais, partindo sempre de aspectos gerais para específicos. Com suporte em uma planilha síntese e uma ficha padrão, é feita a identificação do bem; as demais fichas representam o aprofundamento das informações dos bens cadastrados (ABRANTES, 2014, p. 121). São elas:

- Ficha M300 – Planilha Síntese. Listagem com identificação do bem;
- Ficha M301 – Cadastro básico de bens. Ficha a partir da qual será gerado um código de identificação do bem e reproduzido nas demais fichas, o que possibilita o rastreamento do bem no sistema do IPHAN;
- Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa;
- Ficha M303 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna;
- Ficha M304 – Bem imóvel – Conjuntos rurais – Trata de aspectos como implantação e caracterização das edificações, além de usos e atividades econômicas originais e atuais (Figura 73);

- Ficha M305 – Bem móvel e integrado. Cadastro do universo que integra as obras de arte e os bens integrados às edificações;
- Ficha M306 – Patrimônio ferroviário. Cadastro a preencher durante vistorias, pesquisas e investigações;
- Ficha M307 – Patrimônio naval. Coleta de informações em relação ao patrimônio naval e à pesca artesanal.

5.2.2 Fichas

Após a apresentação desse material, seguem as fichas que selecionamos para aplicar na segunda etapa da pesquisa, nomeadamente, no levantamento de campo (Figuras 72 e 73).

FichaM206 – Diagnóstico de conservação – Arquitetura Religiosa

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO												
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)												
1.2. Recorte Temático (Identificação da área do estudo)												
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)										1.4. Código Identificador Iphan		
2. IMAGENS	3. ESPAÇO AVALIADO			4. DANOS ESTRUTURAIS			5. DEGRADAÇÃO DO MATERIAL			6. UMIDADE		
				4.1. Fissura	4.2. Existência de deformações	5.1. Revestimento	5.2. Estrutura da parede	5.3. Elementos da estrutura	5.4. Perda %	6.1. Infiltração ascendente	6.2. Infiltração localizada	6.3. Presença de vegetação
2.1. Exterior	Fachada Principal											
	Fachada Lateral Direita											
2.2. Interior	Fachada Lateral Esquerda											
	Fachada Posterior											
2.3. Cobertura	Torres											
	Nave	Paredes										
Piso												
Estrutura Piso												
Capela Mor	Forro											
	Paredes											
	Piso											
Coro	Estrutura Piso											
	Forro											
	Paredes											
2.3. Cobertura	Piso											
	Estrutura Piso											
	Forro											
	Estrutura Forro											
7. OBSERVAÇÕES												
7.1. Exterior												
7.2. Interior												
7.3. Cobertura												
7.4. Fundação												
8. AVALIAÇÃO OUTROS ELEMENTOS												
8.1. Elementos Artísticos e Integrados	Degradação	Perda de partes	8.2. Elementos Arquitetônicos	Degradação	Perda de partes	8.3. Instalações Prediais	Degradação	Perda de partes	Adequadas	Regular	Inadequadas	
												A
Altar Mor			Escadas			Elétrica						
Retábulos			Esquadrias			Hidráulica e Sanitária						
Pinturas parietais			Guarda-Corpos			Incêndio						
Púlpitos			Grades									
Pintura de Forro			8.4. Sistema de Segurança						A	R	I	
Azulejaria			Presença de vigias									
Sinos			Existência de sistema de alarme e/ou monitoramento									
Outro:			Existência de sistema de proteção contra incêndio									
9. OBSERVAÇÕES												
10. OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO												
10.1. Identificação	10.2. Quant.	10.3. Localização e base disponível (digital, papel, etc...)							10.4. Data (dd/mm/aaaa)			
11. PREENCHIMENTO												
11.1. Entidade										11.2. Data		
11.3. Responsável												

Figura 72 – Ficha M206 – Diagnóstico de conservação

Fonte: DEPAM/IPHAN (s.d.).

Ficha **M304** – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos e rurais
MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO														
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)														
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)														
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)								1.4. Código Identificador Iphan						
2. CROQUI DE IMPLANTAÇÃO					3. SELEÇÃO DE IMAGENS									
4. EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede- inserir quantas linhas forem necessárias)														
ID	4.1. Denominação	4.2. Época de construção	4.3. Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)											
A.														
B.														
C.														
4.4. Realizar levantamentos de algum imóvel?			sim	não	Quais?									
4.5. Realizar outros levantamentos?			sim	não	Quais?									
5. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA														
5.1. Original														
5.2. Atual														
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES														
7. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)														
7.1. Planta (relacionar nomes)	7.2. Escala	7.3. Localização e base disponível				7.4. Data								
A														
B														
C														
8. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)														
8.1. Tipo		8.2. Quant.	8.3. Autoria, localização e base disponível				8.4. Data							
A														
B														
9. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS														
10. PRELIMINARES														
10.1. Entidade								10.2. Data						
10.3. Responsável														

Figura 73 – Ficha M304 – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos rurais
Fonte: DEPAM/IPHAN (s.d.).

Quanto aos quesitos de conservação e preservação, consideramos a escala estabelecida na Ficha M301 do Módulo Cadastro, apresentada no SICG.

Ficha M301 – Cadastro de bens						
MÓDULO CADASTRO						
1. IDENTIFICAÇÃO						
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)						
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)						
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					1.4. Código Identificador Iphan	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/legislação		7.1. Tipo/legislação
Íntegro		Bom		Nenhuma		Nenhuma
Pouco alterado		Precário		6.1. Tipo/legislação incidente		7.1. Tipo/legislação incidente
Muito alterado		Em arruinamento				
Descaracterizado		Arruinado				

Figura 74 - Ficha M301 - Cadastro de bens
 Fonte: DEPAM/IPHAN (s.d.).

Com base nesses dados, desenvolvemos a *ficha comparativa do estado de situação do patrimônio rural do Município de Serra Negra do Norte* (Figura 75).

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)			
ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ			
DENOMINAÇÃO	Preencher com o nome da Casa-grande	Preencher com a imagem da Casa-grande	PERÍODO Preencher com o período de construção LOCALIZAÇÃO Preencher com município onde o edificado está localizado
			PROPRIETÁRIO EM 2010 Preencher com o nome do proprietário PROPRIETÁRIO ATUAL Preencher com o nome do proprietário COORDENADA Preencher com as coordenadas geográficas
USO ORIGINAL:	USO EM 2010:	USO ATUAL:	DATA LEVANTAMENTO:
ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Principais atividades econômicas existentes na origem do conjunto rural ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Principais atividades econômicas (atuais) existentes no conjunto rural			
IMPLANTAÇÃO Preencher com informações sobre a implantação e orientação da casa-grande junto ao terreno, orientação da fachada principal, proximidade das ribeiras e açudes, assim com as demais informações referentes ao edificado sua disposição			
Preencher com informações do levantamento de 2010	INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? [] Sim [] Não Preencher com a confirmação de que o edificado faz parte da Paisagem sertaneja		
	CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)		
	NÚMERO DE PAVIMENTOS:	Inserir informação sobre o número de pavimentos existentes Uso de Sótão e/ou Paiol:	Inserir informação sobre a existência ou não de sótão e /ou pail
	DADOS TÉCNICOS Informações sobre os dados técnicos atualizados, nomeadamente os referentes aos elementos construtivos, cobertura, esquadrias e informações quanto aos materiais utilizados		
	MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) Informações sobre as reformas ou acréscimos em toda configuração do edificado, observando a substituição dos materiais originais e demais mudanças visíveis que alterem a conformação primitiva da casa-grande		
	DADOS HISTÓRICOS Informações sobre especificidades históricas e sócio-culturais e das relações entre o modo de morar e a paisagem sertaneja. Proceder com uma visão abrangente apontando os saberes, personagens, as famílias, dentre outros aspectos		
	DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (Assunção [et.al.],2010) Inserir croqui da planta baixa e cobertura da casa-grande		
			Inserir imagens gerais , das fachadas, de detalhes arquitetônicos, bem como imagens da paisagem circundante evidenciando a posição geográfica
	ESTADO DE CONSERVAÇÃO? [] Bom [] Regular [] Precário [] Ruína Preencher a confirmação do Estado de Conservação		
	Preencher com informações do levantamento atual (2019)	ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)	
DADOS TÉCNICOS Informações sobre os dados técnicos atualizados, nomeadamente os referentes aos elementos construtivos, cobertura, esquadrias e informações quanto aos materiais utilizados			
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) Informações sobre as reformas ou acréscimos efetivados durante os últimos 10 anos, observando as substituições dos materiais originais e demais mudanças visíveis que alterem a conformação primitiva da casa-grande			
DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS Informações sobre especificidades históricas e sócio-culturais e das relações entre o modo de morar e a paisagem sertaneja. Proceder com uma visão abrangente apontando os saberes, personagens, as famílias, dentre outros aspectos			
DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA Inserir croqui atualizado da planta baixa e cobertura da casa-grande, com a marcação das novas construções, demolição existente ou modificação na cobertura			
IMAGENS Inserir imagens atualizadas gerais , das fachadas, de detalhes arquitetônicos, bem como imagens da paisagem circundante evidenciando a posição geográfica			
DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO Informações sobre o estado de situação da casa-grande quanto aos aspectos da conservação e da preservação. Realçar o estado dos materiais, se houve alguma manutenção, assim como as possíveis descaracterizações			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO? [] Bom [] Precário [] Em arruinamento [] Arruinado		ESTADO DE PRESERVAÇÃO [] Integro [] Pouco alterado [] Muito alterado [] Descaracterizada	
Bom: Não apresenta problemas estruturais ou de degradação dos materiais, assim como patologias visíveis; Precário: A apresenta problemas estruturais ou de degradação dos materiais, assim como patologias visíveis; Em arruinamento: Passa por processo de ruína, mas ainda não consolidado; Arruinado: Processo de ruína consolidado.			
LEVANTAMENTOS 2010/2019 Maria Rita de Lima Assunção Arquiteta responsável		LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathalia Pereira da. Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó. Relatório técnico do trabalho. Natal: Iphan/Superintendência RN, 2010. IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar. Natal: Iphan/Superintendência RN, 2012a. IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. SIGS – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília: Iphan, 2012b.	

Figura 75 – Ficha comparativa do estado de situação do patrimônio rural do município de Serra Negra do Norte
 Fonte: Elaborada pela autora.

5.3 Resultados e discussões

Com base na metodologia descrita e a partir dos levantamentos e das observações em campo, chegamos a algumas ponderações importantes sobre o patrimônio rural aqui analisado. Ressaltamos que o estudo comparativo possibilitou a constatação de um cenário com resultados heterogêneos, mas dele depreendemos que a propensão para a degradação desse patrimônio é a tendência mais significativa.

Dentre as sete casas vistoriadas, somente as sedes *Apaga Fogo* e *Rolinha* estão em boa condição de uso. Ao longo desses anos, as moradas passaram por melhorias e reparos que culminaram no bom estado de situação. Entendemos que esse fato está atrelado ao uso residencial por parte dos proprietários; quando destinados ao uso dos moradores da fazenda, que não contam com recursos para reparos, a conservação desses bens piora consideravelmente. Apesar disso, constatamos que são as edificações que mais sofreram com alterações, o que se reflete no estado de preservação muito alterado. A inexistência de colaboração por parte dos profissionais com domínio nas técnicas de preservação do patrimônio cultural faz dessas intervenções uma preocupação a mais com relação à salvaguarda efetiva das casas-grandes.

A casa-grande *Aroeira*, edificação que passou por intervenção em suas fachadas, encontra-se internamente muito degradada. A modificação do uso original para o de apoio às atividades do criatório demonstra descuido por parte de seus proprietários. *Aroeira* apresenta-se íntegra quanto ao estado de preservação, externa e internamente; sua conservação, contudo, é precária se considerarmos os problemas de degradação dos materiais existentes em seu interior. Situação semelhante pode ser observada na casa-grande *Barra da Carnaúba*, ocasionada, principalmente, pela falta de manutenção durante todos esses anos. Segundo seus moradores, a edificação permanece exatamente como na nossa última vistoria em 2010, sem ter recebido algum reparo ou

acrécimo. De fato, detectamos uma conservação precária, com problemas de degradação em suas fachadas e nos espaços internos.

Desse conjunto, duas edificações passam por processo de arruinamento, *Arroz* e *Dinamarca*. No levantamento anterior já apresentavam partes do seu edificado em ruínas, quadro que se agravou durante os anos a ponto de *Arroz* somente expor, em forma íntegra, a sua fachada principal, e *Dinamarca* apresentar uma extensão de área arruinada ainda maior, além de elevada precariedade quanto à conservação por todo o perímetro.

O pior cenário é o de *Vapor*, onde o corpo principal da casa-grande está arruinado, tendo sido preservados apenas o alicerce e o anexo acoplado ao edificado posteriormente à construção principal. Segundo os moradores da região, a casa ruiu há anos. Seu desaparecimento remete nosso pensamento à perda de um importante exemplar gravado na memória popular por sua presença nas inúmeras histórias de seus tempos áureos. Esses fatos chamam nossa atenção para a possibilidade de um aumento no número de exemplares com o mesmo destino atrelado à casa da fazenda *Vapor* no âmbito de Serra Negra, assim como em outras localidades do Seridó.

Durante a vistoria, observamos que as intervenções realizadas nas moradas foram executadas por conta própria. Apesar de darmos ênfase ao fator humano como parte integrante do patrimônio em análise, acreditamos que toda intervenção em edificações históricas, independentemente de seu estado de proteção legal, deve ser precedida de uma investigação técnico-científica capaz de identificar os agentes e os mecanismos de deterioração – nesse caso, do bem rural – e de auxiliar no correto processo de prevenção e manutenção dessas construções. A realidade, porém, é diferente: as residências inspecionadas carecem desse suporte profissional, fato que acaba por acelerar a descaracterização do patrimônio.



Figura 76 – Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria
Fonte: Acervo da autora.

Ainda relativamente à preservação do patrimônio rural do Seridó, torna-se evidente que o estado do Rio Grande do Norte conta com o amparo legal do Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981, e com o apoio institucional do IPHAN e da Fundação José Augusto para os procedimentos administrativos de salvaguarda, além das iniciativas de conhecimento efetivadas nos âmbitos federal e estadual. Mesmo havendo esse suporte, entendemos que é necessário revisar as ações de proteção desse patrimônio. O estudo comparativo do estado de situação das casas-grandes de Serra Negra do Norte permitiu-nos verificar a inexistência de qualquer ação efetiva capaz de assegurar a proteção e a preservação do patrimônio rural do município. Apesar de a cidade possuir a *Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria*, local onde funciona um Museu com algumas peças que remetem à cultura do sertão, atestamos que essa instituição não promove ações que visem à salvaguarda do patrimônio local.

A situação pode ser estendida a outras localidades do Seridó, a exemplo do que ocorre com a casa-grande *Timbaúba dos Gorgônios*, no município de Ouro Branco, única edificação que, por seu interesse histórico e arquitetônico, é tombada em âmbito estadual desde 1987 e está completamente abandonada pelo poder público. É preciso, portanto, centrar nosso olhar na revisão das políticas de preservação com direcionamento também para a gestão compartilhada desses bens, unindo

o fator humano e social, cuja interação mantém vivos o patrimônio e a paisagem sertaneja.



Figura 77 – Casa-grande Timbaúba dos Gorgônios

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Diante das reflexões feitas, relembramos que a realização dessa análise comparativa surgiu do interesse em aprofundar a documentação existente, em específico a do relatório técnico *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó* (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), e contribuir para o monitoramento do patrimônio rural da região do Seridó, motivação reafirmada com a comprovação de que os exemplares carecem de uma política que suporte o patrimônio remanescente.

Nesse sentido, podemos afirmar que nossos registros, materializados nas sete fichas específicas para o diagnóstico do estado de situação, representam um mecanismo de valorização e de apoio a futuras intervenções e profícuos estudos sobre a questão. A seguir, apresentamos as fichas das casas-grandes *Apaga Fogo, Aroeira, Arroz, Barra da Carnaúba, Dinamarca, Rolinha e Vapor*.

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO FAZENDA APAGA FOGO		PERÍODO SEC XIX	PROPRIETÁRIO EM 2010 Francisco Ramos PROPRIETÁRIO ATUAL Anchieta Costa Santos
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 6°40'23.4"S, 37°23'02.2"W H:176m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: SEM USO	USO ATUAL: RESIDENCIAL	DATA LEVANTAMENTO: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado e agricultura de subsistência

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Criação de gado e outros animais

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande da fazenda está implantada em uma área plana, com frente voltada para o nascente, próxima ao açude Serra Negra e ao Rio Espinharas, nos sentidos de suas fachadas frontal e lateral direita, respectivamente. Ela integra um conjunto composto por casa de fazenda, armazém e curral.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? Sim Não**CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)**

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paio: Não

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço. Possui paredes externas autoportantes em tijolo maciço, rebocadas e caiadas na cor branca, cor amarela no armazém e azul no banheiro. Possui piso de cimento queimado e mosaico hidráulico. O corpo principal correspondente à planta básica, apresenta cobertura em duas águas, sem arrasto. Aparentemente, a edificação foi ganhando outros anexos, que juntos formam o edifício atual. A estrutura das coberturas é de madeira e de telha cerâmica. A edificação não possui forro. Sua fachada principal tem platibanda e frisos laterais com certo apelo estético, provavelmente devido à sobreposição de adequações ocorridas ao longo dos anos. As esquadrias são de madeira com uma e duas folhas. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos e nichos. A edificação encontra-se inabitada. Parte da cobertura principal cedeu, assim como em vários pontos podemos observar danos nas estruturas das alvenarias e cobertas. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

Retelhamento, fechamento de porta, novas alvenarias, inserção de esquadrias (janela alta), instalações hidráulicas (Chuveiro no exterior), armadores, calhas, instalações elétricas.

DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

As terras da Fazenda pertenceram a Antônio Pereira Cangalha, que ao longo do tempo foi desmembrada em fazenda Dinamarca (primeira metade do século XIX) e Apaga Fogo. A edificação foi arrendada várias vezes. Passou por leilão e atualmente é arrendada para o senhor Gutembergue Silva.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

Detalhe da fachada principal; parte da fachada lateral em ruína; detalhe das alvenarias e cobertura em ruína; fachada posterior.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? Bom Regular Precário Ruína**ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)****DADOS TÉCNICOS**

Para o levantamento tivemos acesso ao bloco do corpo principal e a visualização de todas as fachadas, contudo

não foi possível o acesso aos anexos. O atual dono demoliu parte do edificado correspondente aos blocos contíguos à edificação principal e alterou parte da fachada original. Observamos o fechamento de um dos alpendres e a ampliação de outro, ambos na fachada principal. As alvenarias posteriores, anteriormente em ruínas, foram refeitas, assim como toda a estrutura de cobertura. Observamos o uso de novas esquadrias com grades e de materiais de piso e revestimentos não condizentes com a arquitetura rural (cerâmica, chapisco de cimento e tintas). Apesar das modificações realizadas destacamos que a planta básica permanece a mesma desde o último levantamento (2010). A estrutura de sustentação da cobertura por brabos, apesar do retelhamento, foi mantida. Quanto aos danos estruturais visíveis: fissura no piso da sala da frente.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Durante os últimos dez anos, a casa passou por várias intervenções, que culminaram com a demolição do último bloco, inserção de alpendres na fachada principal e de um banheiro. O curral existente na lateral do conjunto e os depósitos foram demolidos.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

Apesar das modificações durante os últimos dez anos, destacamos que a planta básica não foi alterada em termos de sua configuração interna. O edificado encontra-se com um bom estado de conservação, contudo consideramos o estado de preservação do conjunto (casa-grande e anexos) muito alterado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

[x] Bom [] Precário [] Em arruamento
[] Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO?

[] íntegro [] Pouco alterado [x] Muito alterado [] Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção
Arquiteta responsável

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural do região do Seridó Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília: IPHAN, 2012b.

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO		PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 Marizinho Deroz
FAZENDA AROEIRA		SEC XIX - 1897	PROPRIETÁRIO ATUAL Marizinho Deroz
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 6°36'10.7"S, 37°24'41.9"W H: 189m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: SEM USO	USO ATUAL: APOIO CURRAL (DEPÓSITO DE RAÇÃO)	DATA LEVANTAMENTO: JAN 2019
ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência, possuía Engenho			
ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Criação de gado			

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande da fazenda está implantada em uma área plana, com frente voltada para o nascente, próxima a um açude no sentido de sua fachada lateral direita. Ela integra um conjunto composto por casa de fazenda e curral.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? Sim Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Sótão e Paiol

DADOS TÉCNICOS

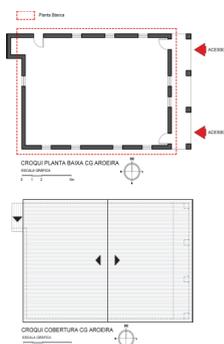
Casa térrea com sótão, assentada em alicerce de pedra da serra e tijolo maciço, baldrame elevado. Possui paredes externas autoportantes em tijolo maciço, rebocadas e caiadas na cor branca. No alpendre o piso é de cimento queimado e internamente tijoleira de barro. A edificação possui uma calçada em seu perímetro com largura de 40 cm em tijolo maciço. Possui cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto com estrutura de madeira e telha cerâmica. Esquadrias em madeira de uma folha e a presença de aberturas na alvenaria da cozinha em formato de triângulo. Os vãos da fachada frontal são em verga abatida, já os laterais e fachada posterior, verga reta. A edificação não possui forro, com exceção das áreas sob o sótão que recebem o assoalho de madeira corrida. Ela não possui bens móveis. O levantamento foi realizado sem o acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

Fechamento de uma esquadria na parte posterior da edificação (cozinha) e na fachada lateral esquerda. Modificação na área do alpendre: pilares de madeira substituídos por alvenaria e substituição do piso de tijoleira de barro por cimento. Acréscimo de mais um cômodo na parte posterior, possivelmente depósito ou banheiro.

DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

No inventário realizado pela Fundação José Augusto em 1987, o primeiro proprietário da Aroeira aparece como sendo Manoel Mariz. A Fazenda possui o nome de Aroeira devido à forte presença dessa planta na região, especialmente utilizada para a construção dos currais.



DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)



Imagem da fachada principal; fachada lateral direita; lateral esquerda; detalhe das fachadas laterais com a visão do antigo sótão e detalhe do telhado de arrasto e alpendre.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? Bom Regular Precário Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

Para o levantamento tivemos acesso interno e visualização de todas as fachadas, contudo não foi possível percorrer todos os compartimentos, pois a casa-grande tem como uso a estocagem de ração para o gado, fato que impediu o percurso por todos os ambientes. O proprietário fez algumas intervenções, nomeadamente nas alvenarias: nova pintura, retirou um anexo junto a fachada posterior que não pertencia a planta básica e construiu no perímetro da edificação uma grade de alimentação para o gado. Possui cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto com estrutura de madeira e telha cerâmica. A cobertura é original, não houve retelhamento, somente limpeza. Nenhuma intervenção que provocasse maiores mudanças no edificado, somente a vedação de uma porta existente na fachada lateral esquerda pertencente à área da cozinha. Todas as esquadrias são originais. As esquadrias existentes nas fachadas receberam demão de tinta na cor vermelha. As melhorias encontradas no exterior não se reproduzem internamente. A casa encontra-se bastante deteriorada internamente. O uso direcionado ao criatório fez dos espaços internos depósitos de ração e de instrumentos da lida com o gado. Entre os problemas detectados: alvenarias fissuradas, acabamentos desgastados, instalação elétrica precária, substituição do piso da sala da frente de tijoleira de barro por cimento queimado e o assoalho de madeira pertencente ao sótão em tábua corrida bem deteriorado.

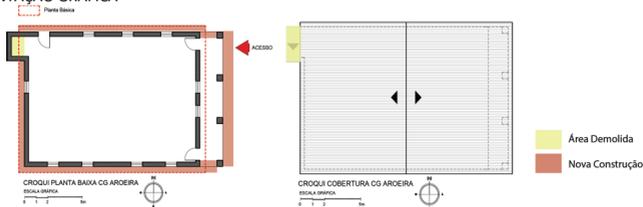
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

O alpendre recebeu a inserção de uma meia parede junto aos pilares de sustentação. Acréscimo de um curral na lateral da casa entre o edificado e a Ribeira, retirou um anexo junto a fachada posterior e construiu no perímetro da edificação uma grade de alimentação para o gado.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se íntegra em sua configuração original. Ela possui um bom aspecto externo devido às melhorias realizadas, contudo consideramos internamente seu estado de conservação precário, fato que se explica pelo uso inapropriado associado à atividade do criatório.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

Bom Precário Em arruainamento Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

Íntegro Pouco alterado Muito alterado Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção
Arquiteta responsável

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Sertão: caminhos do Sertão*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural do região do Sertão Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão*. Brasília: IPHAN, 2012b.

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO	<p style="text-align: center;">FAZENDA ARROZ</p> 	PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 Marcelo Batista de Araújo
		SEC XIX - 1800	PROPRIETÁRIO ATUAL -
		LOCALIZAÇÃO	COORDENADA
		SERRA NEGRA DO NORTE	6°32'26.1"S, 37°19'29.5"W

USO ORIGINAL: RESIDENCIAL USO EM 2010: RESIDENCIAL USO ATUAL: SEM USO DATA LEVANTAMENTO: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência (arroz) e engenho

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Não existe

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente, próxima a um açude no sentido de sua fachada posterior. Ela integrava um conjunto composto por casa de fazenda, curral, engenho e armazém que são construções posteriores.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? [x] Sim [] Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paio! Paio!

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço, baldrame elevado. Possui paredes externas autoportantes em tijolo maciço. As alvenarias externas não possuem acabamentos, enquanto algumas paredes internas são rebocadas e caiadas. O piso é todo de tijoleira de barro. Possui cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto com estrutura de madeira e telha cerâmica. Esquadrias em madeira de uma folha. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos e rodas de moagem. No local onde existia o sótão é possível perceber a marcação da estrutura em linhas. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

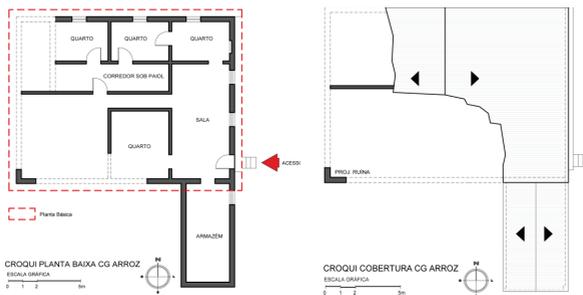
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

A antiga casa sede da fazenda possuía sótão. É possível observar o fechamento da abertura do sótão. Parte da edificação está em ruína: alvenarias e cobertura. Existe uma nova construção para uso de depósito.

DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

O primeiro proprietário foi Manoel Álvares de Faria, conhecido por Major Faria. Ele era Major da Guarda Nacional, nomeado pelo imperador D. Pedro II. Resolveu certa altura vender a propriedade do Arroz por quatro contos de réis com engenho montado e comprou duas propriedades no estado do Ceará. Fala-se de botijas arrancadas na antiga casa da Fazenda Arroz (LAMARTINE, 2003). O segundo proprietário foi Manuel Paulino de Araújo. A fazenda tem esse nome devido à produção de arroz. Existia um engenho de rapadura próxima a casa, mas o senhor Manoel Paulino demoliu e construiu o atual engenho mais afastado, mantendo-o a tração animal.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

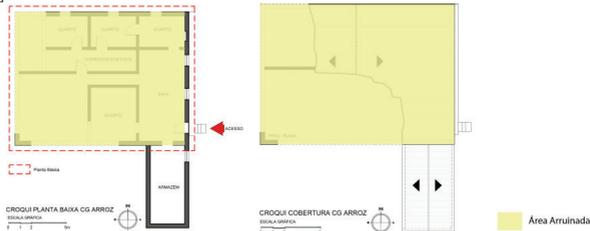


IMAGENS



ESTADO DE CONSERVAÇÃO? <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruína
ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)
DADOS TÉCNICOS
A casa-grande Arroz está em processo de arruinação. Praticamente todo corpo principal, planta básica e cobertura, está arruinado, restando somente a fachada principal e o armazém. Quanto ao estado da fachada principal, detectamos fissuras e que a mesma encontra-se fora de prumo com tendência a ruir.
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)
Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.
DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS
Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO	
A casa-grande da fazenda Arroz encontra-se abandonada. Do edificado original resiste apenas a fachada principal e a fundação que consideramos o estado de preservação íntegro. Quanto ao estado de conservação, o edificado está em processo de arruinação e com boa parte arruinada.	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO? <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Precário <input checked="" type="checkbox"/> Em arruinação <input checked="" type="checkbox"/> Arruinado	ESTADO DE PRESERVAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> íntegro <input type="checkbox"/> Pouco alterado <input type="checkbox"/> Muito alterado <input type="checkbox"/> Descaracterizada
LEVANTAMENTO 2019 Maria Rita de Lima Assunção Arquiteta responsável	LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES <small>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. <i>Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar</i>. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a. IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. <i>SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão</i>. Brasília: IPHAN, 2012b.</small>

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO

FAZENDA BARRA DA CARNAÚBA



PERÍODO

SEC XIX - 1860

PROPRIETÁRIO EM 2010

Adosina Batista de Araújo de Faria
PROPRIETÁRIO ATUAL

LOCALIZAÇÃO

SERRA NEGRA DO NORTE

COORDENADA

6°32'29.6"S, 37°20'21.2"W
H: 170m

USO ORIGINAL: RESIDENCIAL

USO EM 2010: RESIDENCIAL

USO ATUAL: RESIDENCIAL

DATA: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência.

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Não existe

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente e com um açude na vista frontal da edificação. Ela integra um conjunto composto por casa de fazenda, armazém e curral.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? Sim Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Não

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço, baldrame elevado. Possui paredes externas autoportantes em tijolo maciço. As alvenarias externas e internas são rebocadas e caiadas na cor branca. O piso da casa é de cimento e no entorno tijoleira de barro. Possui cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto com estrutura de madeira e telha cerâmica. A edificação não possui forro. Esquadrias em madeira de uma folha e locais com cobogó para ventilação. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos, mala tipo baú, baú, bancos de madeira e couro, móvel da cozinha em madeira de cedro e máquina de costura. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

Existem construções anexas à casa. A sala de frente foi modificada para um único ambiente, anteriormente dividida em sala dos homens e das mulheres (1937). Mudança na posição da cozinha para a parte posterior (1935), anteriormente um apêndice ao lado da casa. Existia um fogão a lenha no centro da cozinha, mas há 10 anos foi demolido e o atual construído em 2007. O Banheiro foi modificado (1973 e 2003). O piso anterior era em ladrilho e em 1975 foi substituído por cimento. O curral ficava entre a casa e o engenho, hoje existe um armazém. Era para ter um sótão, porém nunca foi construído, ficando apenas o vestígio de uma janela alta. O alpendre foi refeito com a inserção de pilares de concreto, rampa lateral e escadaria frontal. Ainda estão presentes como marca original da estrutura da coberta os brabos e linhas, bem como a telha cerâmica.

DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

O nome da fazenda foi escolhido pelo fato de que em sua entrada existia duas carnaúbas na barreira do rio. Quando o açude enchia a fazenda ficava isolada. Essa área era propriedade da família dos Mariz e somente depois da construção do açude, ou seja, 14 anos depois, iniciaram a construção da casa. O primeiro proprietário foi o Major Faria, depois Antonio Aristeu de Faria. A fazenda Barra da Carnaúba é composta de dois sítios e de dois proprietários: a senhora Adosina, proprietária da casa aqui inventariada, e o senhor Heidenor Lins de Faria, ambos herdeiros da compra em 1935.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)



Imagem da fachada principal; fachada lateral; detalhe da esquadria em madeira e revestimento estrutura aparente e imagem com lado posterior da edificação em ruína.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? Bom Regular Precário Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

A edificação não foi alterada durante os últimos dez anos. Não observamos acréscimos que pudessem modificar a sua configuração desde nosso último levantamento (2010), contudo, devido à falta de manutenção a casa-grande apresenta na fachada lateral direita: fissuras, degradação do material de revestimento e estrutural. O interior da edificação necessita de reparos em todos os ambientes, uma vez que é possível encontrar fissuras nas alvenarias e degradação do piso. Destacamos que as principais patologias percebidas são: sala - degradação do piso existente, cozinha - fissura na parede e degradação do revestimento, no primeiro e no segundo quarto – fissura e degradação do revestimento da parede e da estrutura e piso. As esquadrias e suas caixas encontram-se bastante degradadas. Não observamos nenhum reparo ou inserção de novos materiais na fundação. A fachada principal encontra-se igual ao último levantamento (2010), somente verificamos reparos nos pilares de sustentação do telhado de arrasto. As instalações prediais, elétrica e hidráulica são inadequadas.

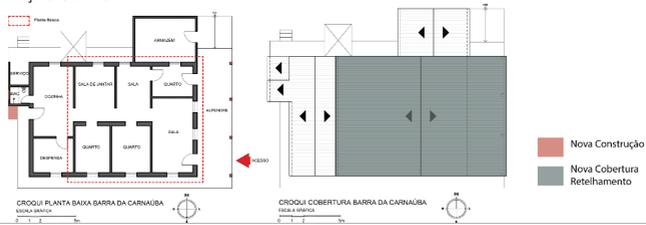
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Há poucos anos foi realizado o retelhamento da cobertura principal, porém, a estrutura de brabos foi mantida.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação foi pouco alterada em sua configuração original. Quanto ao estado de conservação, devido a não manutenção apropriada durante os últimos anos, constatamos que a habitação encontra-se mais deteriorada.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

Bom Precário Em ruína

Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

íntegro Pouco alterado Muito alterado Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção
Arquiteta responsável

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó. Relatório técnico de trabalho* IPHAN, Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural do região do Seridó Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão*. Brasília: IPHAN, 2012b.

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO FAZENDA DINAMARCA		PERÍODO Meados do século XVIII, entre 1730 e 1750	PROPRIETÁRIO EM 2010 Francisco Lobo dos Santos PROPRIETÁRIO ATUAL Francisco Lobo dos Santos
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 06° 40' 56.3"S, 37° 22' 51.3"W H: 190m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: APOIO PARA O CURRAL	USO ATUAL: APOIO PARA O CURRAL	DATA: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência.

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Criação de gado

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande da fazenda está implantada em uma área plana, com frente voltada para o nascente. Integra um conjunto composto por casa de fazenda, curral e casa de farinha, numa área anexa a casa. A edificação está locada em um sítio próximo ao rio Espinharas e a um açude.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? Sim Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Sótão e paiol

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea com presença de sótão e paiol, assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço, baldrame elevado. Paredes externas autoportantes em tijolo maciço, com pilares embutidos em miolo de aroeira. As alvenarias externas são rebocadas e caiadas nas cores branca e ocre, enquanto as internas são rebocadas e caiadas nas cores branca e azul. Próximo às esquadrias da fachada principal é possível ver detalhes em estuque floral. O piso do alpendre é de lajeado e de tijoleira de barro, enquanto no interior da casa de tijoleira de barro com tabuado de madeira no sótão. Possui cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto com estrutura de madeira de cumarú e telha cerâmica. Não possui forro em seu corpo principal, a exceção é no corredor sob o sótão que apresenta o tabuado de madeira. Esquadrias em madeira de uma folha, sendo as vergas das fachadas em arco abatido. Trelia de madeira para ventilação do sótão. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos, ferragens como dobradiças e fechaduras feitas na época por ferreiros, um oratório (nessa fazenda aconteciam as celebrações religiosas antes da construção da Igreja). O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

Para atender ao uso de apoio ao curral foi construída uma rampa de acesso ao interior do imóvel para os animais, bem como foi erguida uma grade de alimentação na fachada lateral esquerda.

DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

A fazenda já existia antes da fundação da cidade de Serra Negra do Norte (1781). O primeiro proprietário foi Antônio Pereira Cangalha, senhor solteiro que ao falecer deixou suas terras para empregados e afilhados. O senhor Francisco Lobo dos Santos é hedeiro da Dinamarca e atualmente cuida da fazenda ao lado do seu neto Ivanaldo Moraes Lobo.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)



Fachada lateral esquerda, fachada principal, sala da gente e fachada lateral direita.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? Bom Regular Precário Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

Para o levantamento tivemos acesso a todos os ambientes da casa, além de suas fachadas. A edificação encontra-se bastante danificada. Todas as fachadas possuem fissuras e deformações. Na fachada principal: fissuras, existência de deformações, degradação do revestimento e da estrutura da parede, assim como de elementos estruturais, nomeadamente os pilares de sustentação da cobertura de arrasto. O piso de tijoleira de barro existente na calçada e no alpendre está degradado. As esquadrias que ainda resistem estão muito deterioradas. A fachada lateral esquerda e direita apresentam as mesmas patologias do anterior levantamento (2010). A fachada posterior está em ruína e parte dos ambientes nesse setor ou estão arruinados ou em processo de arruinamento. O interior da casa apresenta o mesmo diagnóstico de suas fachadas: alvenarias de divisão em alguns pontos deterioradas. O setor de serviço está em processo de arruinamento desde o levantamento de 2010 e como não foi realizada nenhuma intervenção, o estado avançou. O sótão e o paiol continuam a existir, mas as estruturas do tabuado corrido e da escada estão danificadas. A cobertura está em processo de arruinamento e em alguns pontos observamos infiltração e a presença de vegetação sobre o telhado.

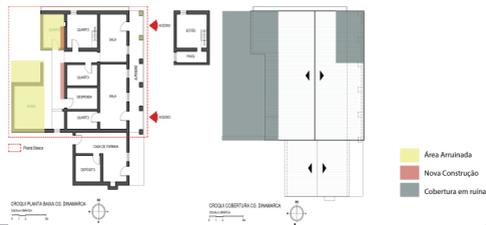
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Não observamos nenhuma modificação quanto a reformas ou melhorias desde o último levantamento em 2010.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Já pertenceu a Antônio Pereira Cangalha. Ao longo do tempo foi desmembrada em fazenda Dinamarca e Apaga Fogo. Essa casa data da primeira metade do século XIX. Aparentemente construída em duas etapas. A primeira correspondendo a lateral direita da casa

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se íntegra em sua configuração original. Quanto ao estado de conservação, devido ao uso de apoio ao curral e a não manutenção apropriada durante os últimos anos, constatamos que a casa-grande encontra-se mais deteriorada se comparada com o último levantamento (2010). Destacamos o estado de conservação precário com setores arruinados ou em processo de arruinamento.

<p>ESTADO DE CONSERVAÇÃO? <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Precário <input checked="" type="checkbox"/> Em arruinamento <input checked="" type="checkbox"/> Arruinado</p>	<p>ESTADO DE PRESERVAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> íntegro <input type="checkbox"/> Pouco alterado <input type="checkbox"/> Muito alterado <input type="checkbox"/> Descaracterizada</p>
<p>LEVANTAMENTO 2019 Maria Rita de Lima Assunção Arquiteta responsável</p>	<p>LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN, Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. <i>Inventário de Conhecimento do patrimônio rural do região do Seridó/Poitigar</i>. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a. IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. <i>SIG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão</i>. Brasília: IPHAN, 2012b. LAMARTINE, Pery. <i>Personagens serra-niegrenses</i>. Natal: Sebo Vermelho, 2003. Dados analisados com o acervo documental de Ivo Lobo</p>

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO			PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 Bruno Batista de Faria Neto
<p style="text-align: center;">FAZENDA ROLINHA</p>			Século XIX - 1845	PROPRIETÁRIO ATUAL Bruno Batista de Faria Neto
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL		USO EM 2010: RESIDENCIAL	USO ATUAL: RESIDENCIAL	COORDENADA 06° 33' 11.1"S, 37° 20' 50.5"W H:172m
USO ATUAL: RESIDENCIAL		DATA: JAN 2019		
ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência, engenho de rapadura e algodão.				
ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Produção de queijos e derivados, criação de gado e outros animais.				
IMPLANTAÇÃO				
A casa-grande da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente, com açude na direção lateral direita da edificação. Ela integra um conjunto composto por casa de fazenda, armazém, curral, antigo engenho e queijaria.				
INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? [x] Sim [] Não				
CATERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)				
NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea		Uso de Sótão e/ou Paiol: Não, porém existia antes da reforma de 1970		
DADOS TÉCNICOS				
Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço, baldrame elevado. Paredes externas autoportantes em tijolo maciço, rebocada e caiada nas cores branca e cinza, as paredes internas também são rebocadas e caiadas, mas na cor ocre. O piso é de cimento em quase toda a edificação com exceção do complexo de banheiros anexados posteriormente, onde todo revestimento é cerâmico. Possui cobertura em duas águas com estrutura de madeira e telha cerâmica, sem arrasto. A edificação não possui forro mantendo a estrutura de cobertura aparente. Esquadrias em madeira de uma folha. Presença de platibanda, frisos nas laterais e latrina. O acesso a casa é feito por rampa e degraus. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos, cristaleira, bancos, cadeira de palha e couro, retratos, relógio de parede, oratório, dois armários na cozinha, chaleira e dois barris de barro. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.				
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)				
A maior reforma feita na edificação foi realizada em 1970, com a retirada do sótão devido ao acúmulo de poeira e morcegos, assim como a alteração no sentido das águas da cobertura (anteriormente de arrasto) com caimento para as laterais da edificação. Retalhamento com telhas não originais e cumeeira rebaixada. Fechamento de porta, inserção de nova parede, novas instalações hidráulicas (chuveiro no exterior), novas instalações elétricas, armadores, calhas e novas pinturas. Em 1980, foi construído o alpendre frontal.				
DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)				
A Fazenda Rolinha foi doada a Joaquim Álvares de Oliveira, casado com Maria Álvares de Faria, conhecida como Marica da Rolinha. A construção está relacionada com a do açude do Urubu que está locado nas proximidades da Fazenda, por isso o nome primitivo da Rolinha era Urubu. O padre Rolin, a passeio pela fazenda, sugeriu a mudança de nome justificado pela presença de muitas rolinhas (pássaros) na região. Joaquim Álvares e Maria Francisca dos Passos eram pais de Umbelina dos Passos que se casou com o Coronel Clementino Monteiro de Faria. Em 1874 nasceu na Fazenda Rolinha Juvenal Lamartine de Faria e em 1875 seu irmão, Clementino Monteiro de Faria que foi proprietário da Fazenda. O proprietário atual relatou que o antigo sótão foi utilizado por seu avô para matar um cangaceiro, história da qual se orgulham. A fazenda pertence à mesma família desde seu bisavô, Clementino Monteiro de Faria.				
		DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)		
				
		As duas primeiras imagens com vistas frontais da casa; detalhe das esquadrias; detalhe do piso do alpendre em tijoleira de barro.		

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? Bom Regular Precário Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

Para o levantamento tivemos acesso a todos os ambientes da casa, além de suas fachadas. Constatamos que não houve nenhuma modificação que alterasse a configuração externa e interna da edificação desde nosso último levantamento (2010). Externamente apresenta um bom estado de conservação. O aspecto do interior da morada é ainda melhor que o externo, fato que se explica pela manutenção do uso residencial pelos proprietários. Ao longo dos dez anos o senhor Bruno Faria, herdeiro da fazenda Rolinha, fez pequenos reparos como: pintura e novas instalações prediais, nomeadamente elétrica, hidráulica e sanitária.

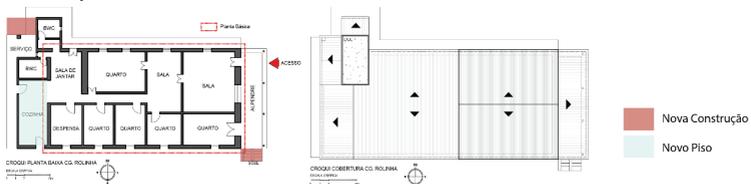
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

A casa-grande Rolinha foi alterada quanto ao aspecto original. Destacamos a retirada do sótão e modificação das águas da cobertura, anteriormente de arrasto. O piso interno também foi modificado, originariamente em tijoleira de barro foi substituído por cimento queimado em toda residência. A última intervenção foi a inserção de cerâmica (25x25) na ampliação da cozinha localizada na fachada posterior.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Segundo o senhor Bruno Faria, a fazenda Rolinha pertencia a vários herdeiros dos Faria e seu pai no ano de 1962 comprou a parte deles e fixou morada. A fazenda já teve produção de algodão e engenho de rapadura.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



Cozinha, casa de banho, sala de janta e cobertura

DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se muito alterada em termos do formato original: sem o sótão, sem o telhado de arrasto e com a inserção da cozinha e dos banheiros, contudo a configuração da planta básica do núcleo principal permanece mais fiel. Quanto ao estado de conservação, devido o uso residencial por parte dos proprietários, a edificação encontra-se em um bom estado, recebendo manutenções pontuais.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

Bom Precário Em arruamento Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

íntegro Pouco alterado Muito alterado Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção
Arquiteta responsável

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Sertão: caminhos do Sertão*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Sertão Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *ICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão*. Brasília: IPHAN, 2012b.
LAMARTINE, Pery. *Personagens serra-negrenses*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO		PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 José Batista de Araújo
FAZENDA VAPOR		Século XIX - 1850	PROPRIETÁRIO ATUAL José Batista de Araújo
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 06° 35' 09.2"S, 37° 22' 06.2"W H: 162m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: RESIDENCIAL/FECHADA HÁ 3 ANOS	USO ATUAL: SEM USO	DATA: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência e de algodão.

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Sem atividade

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente e com o rio Espinharas na sua vista frontal. Ela integrava um conjunto composto por casa de fazenda e curral a sua direita.

INSERIR-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? [x] Sim [] Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Não

DADOS TÉCNICOS

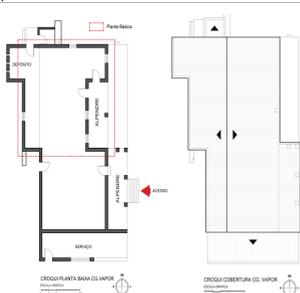
Casa térrea assentada com alicerce de pedra da serra e tijolo maciço. Presença de contraforte para apoio da alvenaria lateral. Paredes externas e internas autoportantes em tijolo maciço aparente. O piso é de tijoleira de barro. Possui cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto com estrutura de madeira e telha cerâmica. A edificação não possui forro mantendo a estrutura de cobertura aparente. Esquadrias em madeira de uma e duas folhas. Uso de brabos e cachorro na finalização do beiral do alpendre. O levantamento foi realizado sem acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

Fechamento de vãos de esquadrias com tijolos, criação de anexos nas laterais. Janela do sótão foi fechada com tijolos. Acréscimo de um quarto na fachada frontal junto ao alpendre e acréscimo de um anexo na lateral direita da casa. Materiais da cobertura do alpendre são mais recentes.

DADOS HISTÓRICOS (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)

A Fazenda Vapor tem seu nome associado a uma caldeira a vapor instalado na pequena usina de beneficiar algodão na mesma fazenda e pertencente a Julio Batista de Araujo. Ele era filho de Salvino Batista de Araújo e Guilhermina Iria da Conceição, proprietários da Fazenda Tapuia em Timbaúba dos Batistas. Casou-se com Paulina, filha do Coronel Clementino Monteiro de Faria e Paulina Umbelina dos Passos Monteiro de Serra Negra. Bruno Batista de Faria, filho de Júlio e Paulina, dedicou toda sua vida à atividade agropecuária na Fazenda Vapor, patrimônio da família.

**DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010)**

As duas primeiras imagens com vistas frontais da casa; detalhe das esquadrias; detalhe do piso do alpendre em tijoleira de barro.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? [] Bom [] Regular [X] Precário [] Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

O edificado principal correspondente à planta básica da casa-grande Vapor está arruinado, bem como o bloco de serviço, restando somente um dos anexos acoplados posteriormente a sua construção. Podemos observar o formato da caixa mural através do alicerce ainda presente.

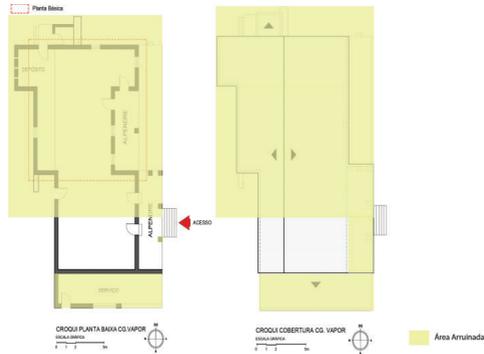
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Nenhuma modificação ou acréscimo a ser acrescentado.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



Vista da fachda lateral esquerda do edificado restante da casa-grande vapor

DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A casa-grande Vapor está com o corpo principal arruinado. No local, encontra-se, abandonado e em processo de arruinação, um anexo acoplado posteriormente à construção da casa sede. Segundo os moradores de Serra Negra do Norte, a edificação principal foi a ruína há alguns anos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

Bom Precário Em arruinação
 Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

íntegro Pouco alterado Muito alterado Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção
Arquiteta responsável

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório Técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a.
IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília: IPHAN, 2012b.



Foto: Maria Rita Assunção

Considerações finais

O sertão, com reduzida disponibilidade de recurso, foi o ambiente escolhido para a expansão da pecuária devido à incompatibilidade com o cultivo da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste brasileiro, considerado o maior interesse do português recém-chegado à região. O gado foi um expensor e um fixador geográfico em um território árido, caracterizado pela vegetação de caatinga, onde se perpetuou a cultura do homem sertanejo. O Seridó, como um desses sertões, teve sua espacialização atrelada aos recortes das ribeiras e da rede de pertencimento vinculada ao poder da sociedade pastoril. Tratamos de um espaço vivido, marcado por significações e subjetividades, por uma dinâmica de práticas sociais adaptadas à vida imprevisível no semiárido nordestino.

Durante o século XVII, a pecuária estava em franca expansão pela região, porém o mesmo não ocorreu com a produção arquitetônica. Escassos são os vestígios de construção do período, fato que se deve, principalmente, às frágeis técnicas empregadas, mais especificamente, a da taipa. Contudo, ao passo que a fixação das famílias acontecia e a economia ganhava ares mais prósperos, a arquitetura fincava suas marcas naquelas terras. Dessa forma, desenvolveu-se, por intermédio da cultura do gado, uma arquitetura simples, rústica, criativa, sustentável e vernacular, reconhecida, por estudiosos e órgãos governamentais, como patrimônio cultural, pelo seu interesse histórico e arquitetônico.

Nessa conjuntura, a interação do homem com o ambiente fez produzir uma paisagem singular, a *sertaneja*, reunindo, ao mesmo tempo, várias dimensões do patrimônio cultural: material, imaterial e natural. A adaptação às condicionantes locais e a relação com os recursos existentes determinaram não só a produção da arquitetura mas também o modo de vida e as manifestações culturais na Ribeira do Seridó. A Ribeira constitui

um agregador cultural unindo valores indispensáveis à produção socioespacial. A construção das casas-grandes passa a ser memória viva da apropriação humana junto às condições naturais. O século XIX, portanto, é marcado pelo legado de um significativo número de habitações rurais nas fazendas, construídas sob a técnica dos tijolos de barro, edificações que representam, em nosso estudo, o testemunho vivo da história do Seridó e de sua gente.

Ao longo do percurso desta pesquisa, identificamos a riqueza de traços culturais existentes, a partir das reflexões sobre a paisagem sertaneja, principalmente as desenvolvidas por Oswaldo Lamartine de Faria, um dos autores que mais contribuiu para o esclarecimento das nossas indagações.

Entendemos que a análise do patrimônio vernacular do Seridó Potiguar, inserida nos estudos da Paisagem Sertaneja, possibilitou uma abordagem mais complexa, pois a apreensão conjunta dos elementos que configuram esse território foi fundamental para o reconhecimento do patrimônio rural dessa região. Assim, centramos a investigação no patrimônio rural do Seridó, a partir da consciência de que seu entendimento envolve tanto os componentes culturais desse patrimônio quanto os existentes na natureza. A propósito, conduzimos nossa pesquisa com base nos conceitos estabelecidos na Recomendação nº R(95) 9, Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, e na Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, disposições que ampliam a noção de patrimônio cultural.

A continuação dos estudos iniciados com o *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012a) e, especificamente com o relatório técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010) permitiu-nos preencher algumas lacunas e acrescentar novos dados, com destaque para a realização da caracterização da arquitetura rural e do

estudo tipológico nas quarenta edificações inventariadas no relatório técnico.

Com fundamentação no estudo dos tipos (ARGAN, 2008), comprovamos a existência de uma diversidade arquitetônica em uma aparente homogeneidade. Observamos que a arquitetura rural do Seridó foi constituída no decorrer do processo de formação do território por meio das redes de relações existentes entre os sertanejos e o meio natural do sertão. Esse fato explica a presença de uma certa dissonância na arquitetura, uma vez que, sendo um produto resultante do fluxo humano que chegava ao Seridó, era comum que alguns dos exemplares fugissem à regra do meio.

Exploramos também as demais condicionantes projetuais, momento em que compreendemos o valor das casas-grandes não só como estruturas adaptadas às condicionantes do lugar mas também como bens patrimoniais que demonstram uma identidade intimamente vinculada ao modo de viver sertanejo, sendo, portanto, uma expressão cultural.

Também merece realce a realização de um monitoramento para a coleta de informações sobre o estado de situação de algumas casas-grandes com o objetivo de fomentar intervenções futuras, além de produção de uma documentação atualizada sobre a conservação e a preservação desse patrimônio. Chegamos à conclusão de que o patrimônio rural, de um modo geral, carece de políticas capazes de preservá-lo. Observamos que, além dos inventários e estudos desenvolvidos, até o momento nenhum projeto com foco na recuperação desses bens está previsto, seja em nível privado ou público.

Como consequência natural de nossos estudos, planejamos realizar algumas ações, duas das quais consideramos importante destacar. A primeira ação é apresentar à Superintendência do IPHAN-RN os resultados obtidos acerca do monitoramento do patrimônio rural de Serra Negra do Norte, principalmente no que concerne à degradação do patrimônio rural. Convém lembrarmos que, como a investigação fez uso

das bases e da metodologia do IPHAN, os dados levantados são relevantes para a instituição.

A segunda ação é chamar atenção para a necessidade de ampliação da pesquisa para as demais áreas da região. Pretendemos dar continuidade a esta pesquisa de forma que possa contemplar, empiricamente, os outros cinco municípios da região analisados no relatório técnico (Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São João do Sabugi e Timbaúba dos Batistas). Dessa maneira, teremos a oportunidade de ampliar os estudos de monitoramento do patrimônio rural, discutir os processos de patrimonialização e abordar diferentes questões e perspectivas de análise.

O diagnóstico do estado de situação alerta para a propensão à degradação dos exemplares relacionados ao ciclo do gado em Serra Negra do Norte, assim como em outras regiões do Seridó Potiguar. Observamos que o instrumento do tombamento, presente em Timbaúba dos Gorgônios, uma das edificações inventariadas, não suporta o patrimônio remanescente, o que torna imprescindível centrarmos nosso olhar na revisão das políticas de preservação direcionadas para uma gestão compartilhada desses bens que envolva tanto os órgãos de proteção quanto os fatores social e humano, que mantêm vivos e dinâmicos o patrimônio rural e a paisagem sertaneja.

No percurso da investigação, enfrentamos algumas dificuldades, duas das quais merecem registro: a impossibilidade de contemplar todos os seis municípios anteriormente visitados no relatório técnico, devido à logística de acesso, e o considerável número de casas fechadas ou abandonadas pelos proprietários. Atribuímos a existência dessa última ao desinteresse, por parte de muitos, em residirem nas áreas rurais, fato que provocou a sua migração para os principais centros urbanos da região. Essa realidade é bem conhecida nossa, pois passamos pelos mesmos problemas durante os levantamentos desenvolvidos nos anos de 2008 e 2010, referentes às fases segunda e terceira do *Inventário de conhecimento do patrimônio rural da Região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012a).

Por fim, entendemos que o reconhecimento desse patrimônio constitui uma oportunidade não só para o desenvolvimento do território mas também para a valorização dos recursos endógenos. Um dos grandes desafios que se apresentam é envolver efetivamente, além do poder público, as populações locais nos processos de preservação dos seus bens, fazendo com que elas se conscientizem da importância desses bens e deles se apropriem. Nesse sentido, esperamos que as reflexões aqui tecidas estimulem ações que visem à preservação do patrimônio rural e da paisagem sertaneja no âmbito do Seridó Potiguar.

Referências

- ABRANTES, Andreza Rigo. *Tecnologias digitais como instrumento de preservação do patrimônio urbano edificado*. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://cmsportal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreza%20Rigo%20Abrantes.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- AB’SABER, A. N. *Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES, João Emílio. Sobre o patrimônio rural: contributos para a clarificação de um conceito. *Cidades – Comunidades e Territórios*, p. 46, 2004. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9187>. Acesso em: 5 set. 2018.
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ARAÚJO, Maria José Medeiros; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MEDEIROS, Vania Maria de. Couro marcado a ferro e fogo: cotidiano e vivência da marca de ferrar gado no Seridó Potiguar. *Mneme*, Caicó, v. 8, n. 20, p. 125-165, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/355/328>. Acesso em: 5 set. 2018.
- ARCANJO, José Estevão Machado. O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djalir Menezes. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 27, n.1/2, p. 73-83, 1996.

Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10295>. Acesso em: 5 dez. 2018.

ARGAN, Giulio Carlo. Sobre a tipologia em arquitetura. In: NESBIT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó. Relatório técnico de trabalho IPHAN*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.

AUGUSTO, José. *Famílias seridoenses*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1940.

BAGANHA, José; CENICACELAYA, Javier. Arquitectura tracional e sustentabilidade. *Arquitectura Ibérica*, n. 7, p. 24-44, mar./abr. 2005. Disponível em: <https://www.jbaganha.com/pdf/pt/0201.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 2002.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão, um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 187-223, 1938. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPato2_m.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

BEZERRA JR., José Gilberto Olímpio; SILVA, Nubelia Moreira da. Caracterização geoambiental da microrregião do Seridó Oriental do Rio Grande do Norte. *Holos*, Natal, ano 23, v. 2, p. 78-91, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/102/104>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BEZERRA, Onilda; MAYRINCK Mello, Vera. The contribution of the concept os cultural landscape to the management of the cultural and natural heritage. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN CONSERVATION: CHANGING ROLE AND RELEVANCE OF URBAN CONSERVATION CHARTERS, 5., 2007, Recife. Anais [...]. Recife: Ceci, 2007. CD-ROM.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê, 2002.

BORGES, Ariane Magda. *Vernaculares: a casa de fazenda seridoense do século XIX como exemplo de adaptação ao clima semiárido*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21171>. Acesso em : 10 set. 2018.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Anna Caroline *et al.* Os valores patrimoniais da paisagem cultural: uma abordagem para o processo de intervenção. *Paisagem ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 24, p. 297-308, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Rita/Downloads/86434-Texto%20do%20artigo-121761-1-10-20141029.pdf>. Acesso em: 4 de abr. 2019.

BRIDGE, Alexandre; OLIVER, Paul; VELLINGA, Marceli. *Atlas of vernacular architecture of the world*. Oxon: Routledge, 2007.

BRITO, Paula Sônia de; CAVIGNAC, Julie; DANTAS, Maria Isabel; MACÊDO, Muirakytan. O inventário da cultura do Seridó (RN) ou como dar conta do patrimônio imaterial de uma região. *Memória em rede*, v. 2, n. 4, p. 48-84, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9534>. Acesso em: 8 mar. 2019.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Achiamé, 1984.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

CENTRO CULTURAL VILA FLOR. *Bordado de Guimarães: caderno de especificações*. Guimarães: Oficina, 2011.

CHIRIBOGA, Fernando. *Seridó: paisagens de um sertão encantado*. Natal: Inti, 2007.

CHOAY, Françoise. *As questões do património*: antologia para um combate. Lisboa: Edições 70, 2015.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- CORREIA, Miguel Brito; LOPES, Flávio. *Patrimônio cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Casal de Coimbra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas S.A., 2014.
- COSTA, José António de Oliveira da. *Arquitectura vernacular da região saloia de Mafra: a recuperação/revitalização da Aldeia da Mata Pequena como caso de estudo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3763>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- COSTA, Lucio. *Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- CRUZ, Marcelo Karloni da (2011). *Desenvolvimento, pobreza e meio ambiente no Seridó Potiguar: um estudos centrado nas microrregiões do Seridó Ocidental e Seridó Oriental*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Natal: UFRN.
- DANTAS, Manoel. *Dominação dos municípios*. Mossoró: ESAM, 1989.
- DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Migração e crescimento urbano: o Seridó Potiguar em análise. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 5, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-75.htm>. Acesso em: 27 de fev. 2019.
- DIAS, R. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Um sertão entre tantos outros*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2015.
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-04032010-143402/pt-br.php>. Acesso em: 2 set. 2018.

FAPERN. *Paladar potiguar*. Natal: Governo do Estado do RN, 2008.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Ferros de ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1984.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

FARIA, Juvenal Lamartine de. *Velhos costumes do meu sertão*. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1965.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa de fazenda e a casa urbana*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismos) – Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

FERNANDES, Jorge; MATEUS, Ricardo. Arquitetura vernacular: uma lição de sustentabilidade. In: BRAGANÇA, L. et al. (ed.). *Sustentabilidade na reabilitação urbana: o novo paradigma no mercado da construção*. Guimarães: iiSBE Portugal, 2011. p. 205-216. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15423/1/arquitetura%20vernacular.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. *Patrimônio cultural potiguar: patrimônio arquitetônico*. Natal: Programa Monumenta/Fundação José Augusto, 2006. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/oBol1zZqtRglQUXoxMFFuUjFMazg/edit>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas 1990*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Política do patrimônio cultural material*. Brasília: IPHAN, 2018a. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Linha do tempo IPHAN: 80 ANOS*. Brasília: IPHAN, 2017a. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em: 2 out. 2018.

IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35. Brasília: IPHAN, 2017b. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso: 2 de out. 2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar*. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2012a.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão*. Brasília: IPHAN, 2012b.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina*. v. 1. Florianópolis: 11ª Superintendência Regional IPHAN/Santa Catarina, 2011. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v1_m.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

IPHAN-DEPAM. *Paisagem cultural: proposta de regulamentação*. Brasília: IPHAN, 2007.

JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the vernacular Landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2003.

LA PASTINA FILHO, José. *Manual de conservação de telhados*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2005. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_1edicao_m.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA, Pedro de. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

LOPES, Rosa Maria Rodrigues; MEDEIROS, Gilma Pereira da Costa. O valor artístico-cultural do bordado de Caicó/RN e sua relação com o turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 30-41, 2012. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno>. Acesso em: 6 mar. 2019.

LORDELLO, Eliane. Arquitetura popular brasileira e seus aportes para a memória. *Resenhasonline*, 2016. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/16.173/6001>. Acesso em: 2 out. 2018.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. Arquitetura moderna e brasileira: o constructo de Lucio Costa como sustentação. *Arquitextos*, ano 6, set. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/437>. Acesso em: 2 out. 2018.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó*. Campina Grande: Eduepb, 2012.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)*. Natal: Edufrn, 2015.

MARQUES, Caroline S. da P.; AZUMA, Maurício H.; SOARES, Paulo Fernando. A importância da arquitetura vernacular. *Akrópolis*, v. 17, n. 1, p. 45-54, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/2842/2110>. Acesso em: 5 set. 2018.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. *Raega – o espaço geográfico em análise*, (s.l.), n. 8, p. 83-91, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3391/2719>. Acesso em: 4 abr. 2019.

- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Governo Federal, 1980. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/Protecao_revitalizacao_patrimoni_o_cultural.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.
- MMA/SEMARH-RN. *Panorama da desertificação no estado do RN*. Natal: Governo Federal, 2005.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca PAN – Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/pan_brasil_portugues.pdf. Acesso em: 24 fev. 2019.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.
- MORAIS, I. R. D. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Autor, 2005.
- NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário cartográfico*. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- OLIVER, Paul. Entrevista. [Entrevista cedida a] Rosana S. B. Parisi e Anna Cristina Villaça. *Vitruvius*, São Paulo, ano 9, n. 35, v. 3, p. 1-7, jul. 2008. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/09.035/3285>. Acesso em: 2 out. 2018.

OLIVER, Paul. *Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture*. Burlington: Elsevier, 2006.

PEREIRA, Danilo Celso. *Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) – IPHAN, 2018. Disponível em: [http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigina%20%20\(2\).pdf](http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigina%20%20(2).pdf). Acesso em: 2 set. 2018.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. As origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Risco Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>. Acesso em: 2 nov. 2018.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*. Salvador: EDUNEB, 2016.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf. Acesso em: 5 out. 2018.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PREFEITURA DO NATAL. *Natal ontem e hoje*. Natal: SEMURB, 2006. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-599.html>. Acesso em: 1 nov. 2018.

REIS, Manuela. Cidadania e patrimônio: notas de uma pesquisa sociológica. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, n. 29, p. 77-94, 1999. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/878/1/4.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975.

- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAUER, Carl O. The morphology of landscape. In: AGNEW, John A.; LIVINGSTONE, David N.; ROGERS, Alisdair (ed.). *Human geography: an essential anthology*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 296-315.
- SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. *Espaços do sertão*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1995.
- SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta).
- SILVA, Geraldo Gomes; PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó – PTDRS*. Brasília: Governo Federal, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio076.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.
- SOUZA, Eloy. A habitação do Rio Grande do Norte. *Jornal de hoje*, Natal, ano 3, v. 2, n. 1, 1951.
- SPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Sphan/Ministério da Educação e Saúde, 1937. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPato1_m.pdf. Acesso em: 5 nov. 2018.
- VASCONCELOS, Marcela Correia de Araújo. As fragilidades e as potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Revista CPC*, São Paulo, n. 13, p. 51-73, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15689/17263>. Acesso em: 4 abr. 2019.

VIEIRA FILHO, Dalmo. *Aplicação da chancela da paisagem cultural brasileira: onde e com que objetivos*. Brasília: IPHAN, 2009.

VIEIRA FILHO, Dalmo. *Textos de trabalho*. Brasília: IPHAN, 2011.

VELLINGA, Marceli; OLIVER, Paul; BRIDGE, Alexandre. *Atlas of vernacular architecture of the world*. Oxon: Routledge, 2007.

VILLIERS DE L'ILLE-ADAM, J. de, Visconde. *Carta topographica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba*. Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_5.jpg. Acesso em: 3 mar. 2018.

WEIMER, Gunter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Normativas, recomendações e disposições sobre patrimônio e paisagem culturais

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 set. 2018.

BRASIL. *Compromisso de Brasília*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1970. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRASIL. *Compromisso de Salvador*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971. Disponível em <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 1937. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf. Acesso em: 6 set. 2018.

COE. *Recomendação nº R(95) 9*. Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Estrasburgo: Conselho da Europa - Comitê de Ministros. p. 3, 2005. Disponível em: <http://portal>.

IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf
. Acesso em: 30 out. 2018.

ICOMOS-IFLA – INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTEE ON CULTURAL LANDSCAPES. *Principles concerning rural landscapes as heritage*. Montreal: ICOMOS, 2017. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2017_6-3-1_RuralLandscapesPrinciples_EN_adopted-15122017.pdf. Acesso em: 27 out. 2018.

ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Declaração de Québec sobre a preservação do Spiritu Loci*. Québec: ICOMOS, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 29 out. 2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018*. Institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providências. Brasília: IPHAN, 2018b. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI_IPHAN%20-%200732090.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009*. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paisagem%20Cultural%20Brasileira%20DOU%202009.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. *Patrimônio cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas SA, 2014.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto nº 8111, de 12 de março de 1981*. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1981. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010573.PDF. Acesso em: 10 nov. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto nº 14.759, de 10 de fevereiro de 2000*. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2000. Disponível em: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=118992&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Apêndice

Apêndice 1. Bens arquitetônicos rurais tombados pelo IPHAN

Bens arquitetônicos rurais tombados pelo IPHAN			
Data do tombamento	Nº do processo	Nome atribuído	Localidade
30/04/1938	126-T-36	Torre de Garcia d'Ávila	Mata de São João/BA
14/06/1938	054-T-36	Casa de Fazenda Viegas	Rio de Janeiro/RJ
30/07/1938	347-T-45	Casa da Fazenda Engenho D'água	Rio de Janeiro /RJ
30/07/1938	062-T-36	Casa e Capela da Fazenda Taquara	Rio de Janeiro /RJ
19/02/1940	177-T-36	Solar dos Airizes	Campos dos Goytacazes/RJ
23/03/1940	202-T-39	Fazenda do Columbandê	São Gonçalo/RJ
25/10/1940	228-T-40	Casa e Chácara do Barão de Monjardim	Vitória/ES
22/01/1941	214-T-39	Sítio Santo Antônio	São Roque/SP
06/07/1942	313-T-42	Sobrado do Engenho Lagoa	São S do Passe/BA
23/07/1942	317-T-42	Casa da Fazenda Morcego	Angra dos Reis/RJ
16/02/1943	316-T-42	Casa da Fazenda São Roque	Maragogipe/BA
23/03/1943	269-T-41	Casa do Engenho Embiara	Cachoeira/BA
23/03/1943	284-T-41	Engenho Vitória	Cachoeira/BA
21/05/1943	289-T-41	Fazenda Iolanda	Itaporanga d'Ajuda/SE
06/09/1943	323-T-43	Engenho Matoim	Candeias/BA
21/09/1943	174-T-39	Solar do Visconde	Campos dos Goytacazes/RJ
28/06/1944	334-T	Engenho São Miguel e Almas	São Francisco do Conde/BA
14/09/1944	322-T-43	Engenho Freguesia	Candeias/BA
14/01/1944	297-T-41	Casa do Engenho Retiro	Laranjeiras/SE
24/07/1946	175-T-38	Solar e Capela do Engenho do Colégio	Campo dos Goytacazes /RJ
24/07/1946	176-T-38	Engenho de Santo Antônio	Campo dos Goytacazes/RJ
30/08/1946	367-T-47	Casa da Fazenda do Capão do Bispo	Rio de Janeiro/RJ
07/02/1946	370-T-47	Casa do Sítio dos Morrinhos	São Paulo/SP
26/02/1951	432-T-50	Casa da Fazenda São Bernardino	Nova Iguaçu/RJ
29/03/1951	429-T-50	Casa da Fazenda do Leitão	Belo Horizonte/MG
29/03/1951	424-T-50	Casa da Fazenda Samambaia	Petrópolis/RJ
12/04/1951	445-T-51	Casa da Fazenda Santo Antônio	Petrópolis/RJ
06/10/1951	355-T-45	Casa do Sítio Padre Inácio	Cotia/SP
22/10/1951	085-T-38	Casa da Fazenda Engenho D'água	Ilhabela/SP
10/07/1957	564-T-57	Casa da Fazenda São Bento	Duque de Caxias/RJ
27/08/1959	569-T	Casa da Fazenda Boa Esperança	Belo Vale/MG
12/01/1961	433-T-50	Casa do Sítio do Mandú	Cotia/SP
21/05/1962	358-T-46	Engenho Poço Comprido	Vicência/PE

02/07/1963	678-T-62	Engenhos dos Erasmus	Santos/PS
26/04/1965	747-T-64	Casa da Fazenda Babilônia	Pirenópolis/GO
27/04/1967	391-T-39	Casa, Capela e Sobrado da Faz. Acauã	Souza/PB
20/10/1967	783-T-66	Casa da Fazenda de N. S. da Conceição	Parati/RJ
19/02/1968	577-T-58	Casa da Fazenda Pau D'alho	São José do Barreiro/SP
28/05/1969	529-T-65	Casa da Fazenda Resgate	Bananal/SP
23/01/1970	789-T-67	Fazenda Santa Eufrásia	Vassouras/MG
21/09/1971	832-T-70	Fazenda do Pombal	Ritapolis/MG
06/03/1973	755-T-65	Casa do Sítio Mirim	São Paulo/SP
18/09/1973	846-T-71	Casa da Fazenda do Rio São João	Bom Jesus do Amparo/MG
17/12/1973	881-T-73	Casa da Fazenda Santa Mônica	Valença/RJ
19/07/1974	890-T-73	Solar da Baronesa de Muriaé	Campos dos Goytacazes/RJ
22/11/1974	910-T-74	Fazenda da Conceição	Paraibuna/SP
06/02/1976	909-T-74	Fazenda Ponte Alta	Redenção da Serra/SP
27/02/1981	10038-T-80	Casa da Fazenda Cachoeira do Taepe	Surubim/PE
08/10/1981	439-T-50	Engenho Murucutu	Belém/PA
24/04/1985	1119-T-84	Engenho do Mate	Campo Largo/PR
30/09/1985	1124-T-84	Casarão do Chá	Moji das Cruzes/SP
14/10/1987	1183-T-85	Fazenda Pinhal	São Carlos/SP
13/06/1988	476-T-53	Fazenda da Borda do Campo	Antônio Carlos/MG
03/12/1998	1202-T-86	Engenho Central São Pedro	Pindaré-Mirim/MA
10/07/2002	1358-T-95	Fazenda do Registro Velho	Barbacena/MG
-	1604-T-10	Casarão do Coronel Tertuliano Guedes de Pinho (Fazenda Valparaíso)	Itabuna/BA
03/2013	1565-T-08	Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura	Iguape/SP
03/2013	1565-T-08	Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de chá e Residência Shimizu	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Fukasawa	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Gozo Okiyama	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Senhora Susu Okiyama	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Família Hokugawa	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Família Amaya	Registro/SP
03/2015	1492-T-02	Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Tamoios	Cabo Frio/RJ
09/20015	1548-T-07	Casa Duwe	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Ristow, Arlindo e Edmundo	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hersing, Lorival	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schroeder, Luiza	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Buzzi	Ascurra/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Conrad, Heinz (Haco)	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Polaski, David	Itaiópolis/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Rux, Erwin	Jaguará do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schiocket, Vittório	Jaguará do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Conjunto Rural Rio da Luz	Jaguará do Sul/SC

09/20015	1548-T-07	Casa Fleith, Alvino	Joinville/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Kruger, Wally	Joinville/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schwisky, Otto	Joinville/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Barzan, João Félix	Orleans/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Raduenz, Walter	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Sítio Tribess	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hardt, Erich	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Lumke, Helmut (casa de taipa)	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Siewert, Ovídio	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Voigt, Ella	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Wacholz, Felipe	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Wunderwald	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Conjunto Rural de Texto Alto	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Arndt, Edwin (Casa da Crista)	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Siwert, Wendelin, em Texto Alto	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Cancelier, Ivanir	Urussanga/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Neumann	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Ewald, na Via Hass	Timbó/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schlagenhauser, em Bela Aliança	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Struck, Waldemiro em Bela Aliança	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Eichendorf, Edeltraud	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Propriedade Bez Fontana	Urussanga/SC
09/20015	1548-T-07	Conjunto Irmãos Stoltenberg	Vidal Ramos/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hoerning, Alcides	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Bauer, Nelson	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hein, Hary (Tangerina)	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Ulrich, Helmut	Guabiruba/SC
09/20015	1548-T-07	Casa de Pedra da Família Bratti	Nova Veneza/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Radoll, Invalt	Timbó/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Reinecke, Érica	Timbó/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Zimath, Noberto	Timbó/SC
25/05/2015	1561-T-08	Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: São Pedro de Alcântara	Florianópolis/PI
25/05/2015	1561-T-08	Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de manteiga e Queijo	Florianópolis/PI

Fonte: IPHAN. Lista de processos de tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Apêndice 2. Estudo tipológico

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Apaga Fogo	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	Sem Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

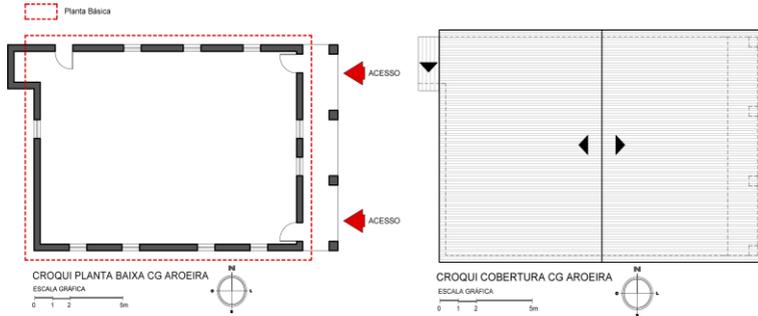
ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

02

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Aroeira	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto

Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1897
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

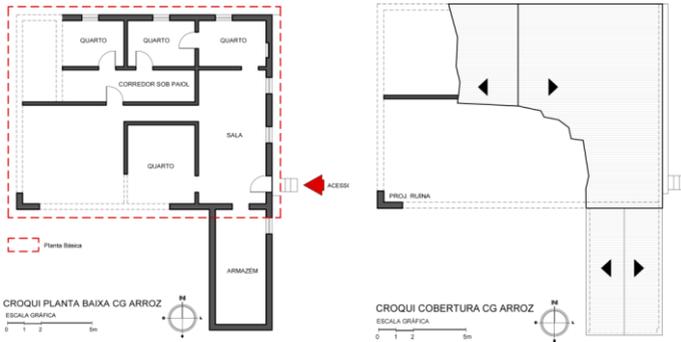
TIPO

09

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Arroz	Térrea + Paioi	Retangular	Não existe	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

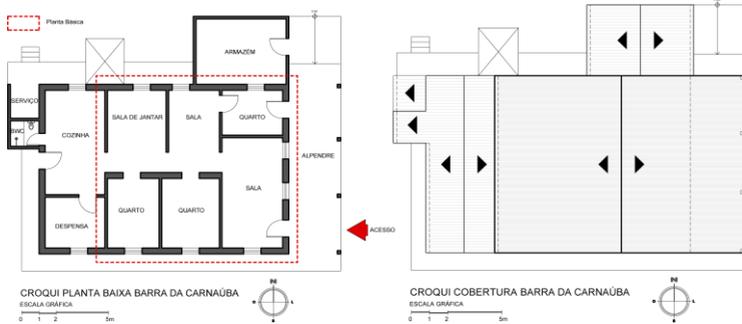
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: Século XIX</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p> <p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>DINIZ, Nathália Maria Montenegro. <i>Velhas fazendas da Ribeira do Seridó</i>. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	12

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Barra da Carnaúba	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

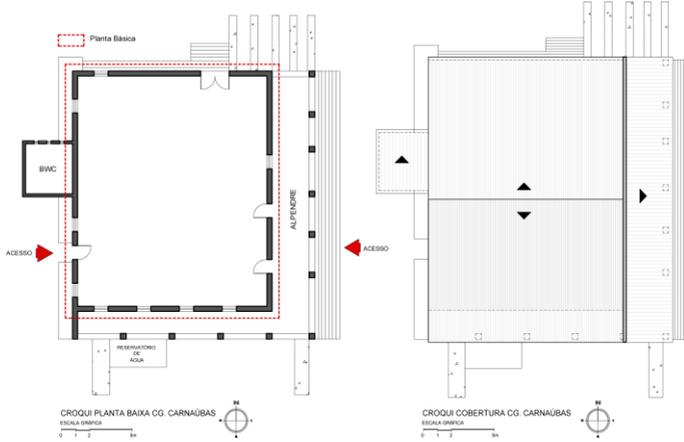
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: 1860</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	01
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Carnaúba	Térrea + Sótão	Retangular	Em “L”	De Arrasto



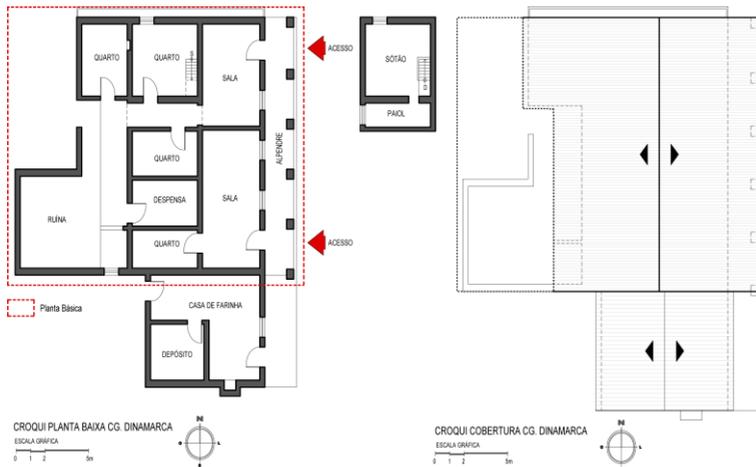
Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



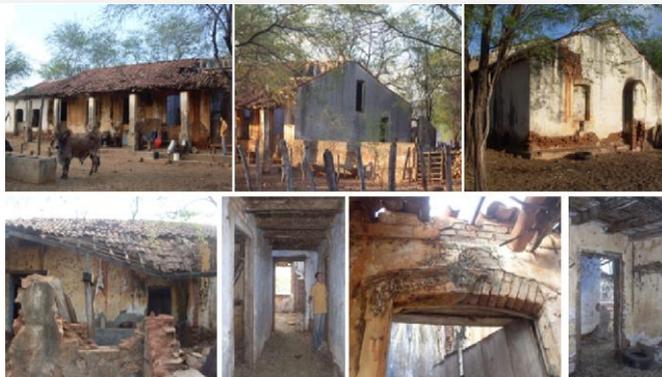
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: 1850</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	11
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Dinamarca	Térrea + Sótão + Paioi	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Meados do século XVIII entre 1730 e 1750
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

09

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Rolinha	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	Outras águas



Referencial: Planta básica demarcada

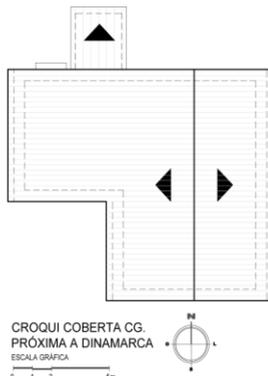
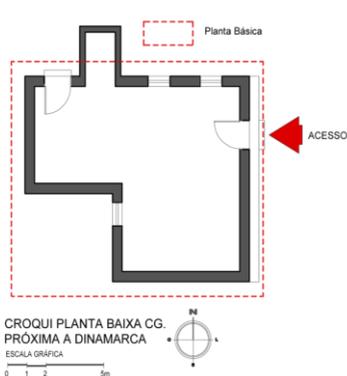
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1845 Uso Original: Residencial Integra conjunto	03
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Próxima à Dinamarca	Térrea	Em "L"	Não existe	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Não integra conjunto

REFERÊNCIAS

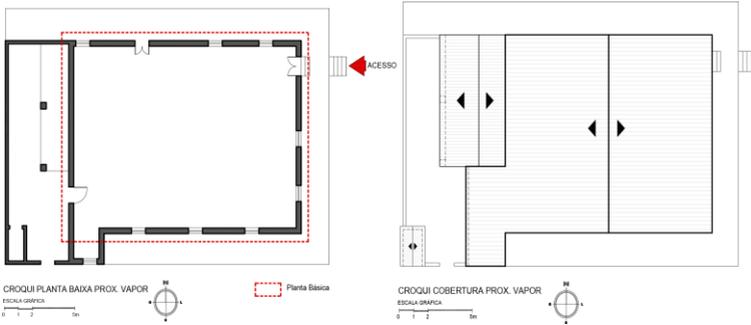
ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

05

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Próxima à Vapor	Térrea	Retangular	Não existe	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

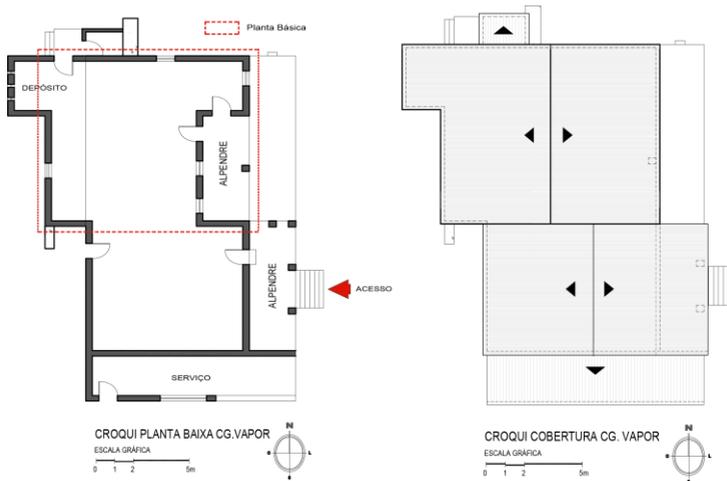
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XIX Uso Original: Residencial Não integra conjunto	06
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Vapor	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1850
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

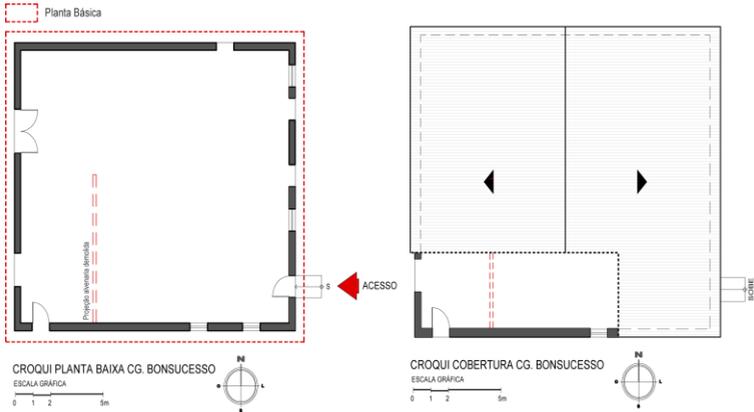
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Bonsucesso	Térrea	Retangular	Não existe	De Arrasto



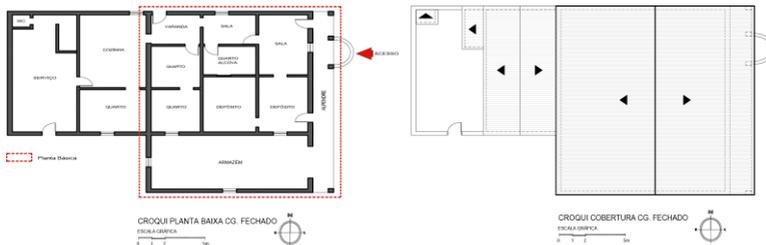
Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: 1800</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	06
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Fechado	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1850 Uso Original: Residencial Integra conjunto	01
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Gurupá	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

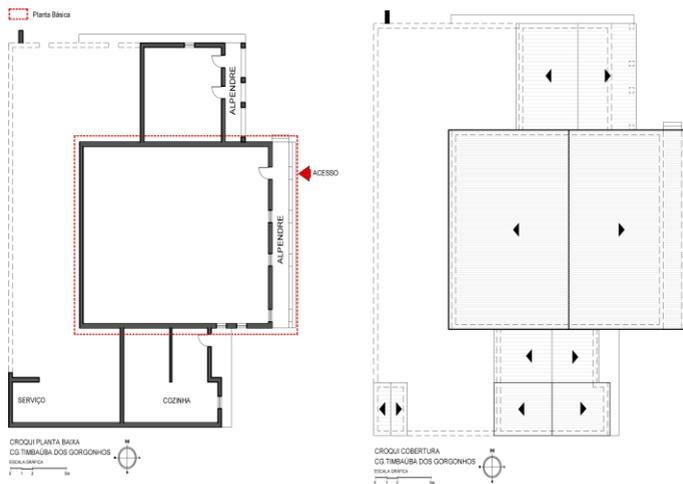
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Timbaúba dos Gorgônios	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1855/1862
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

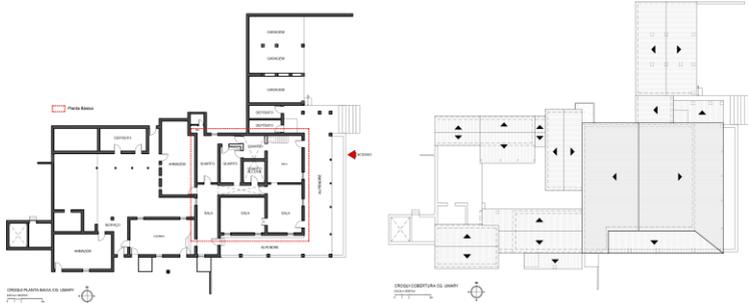
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

09

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Umary	Térrea + Sótão + Paiol	Retangular	Em “L”	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1830
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

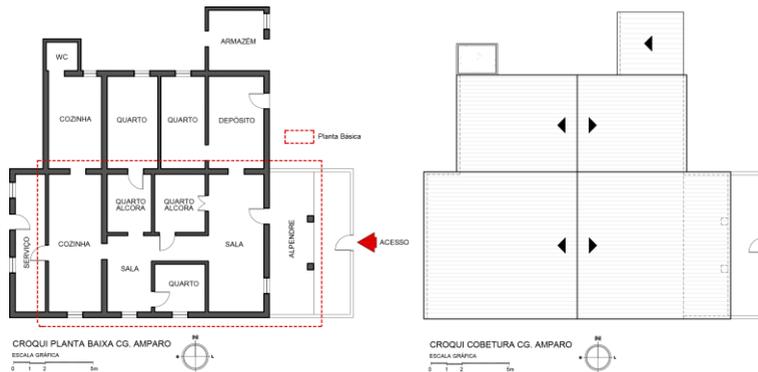
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

11

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Amparo	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



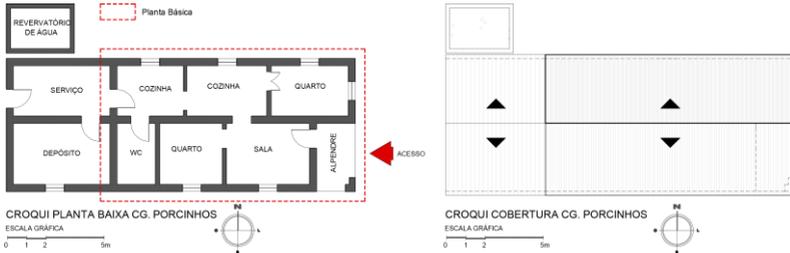
Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1800 Uso Original: Residencial Integra conjunto	01
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Porcinho	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	Sem Arrasto



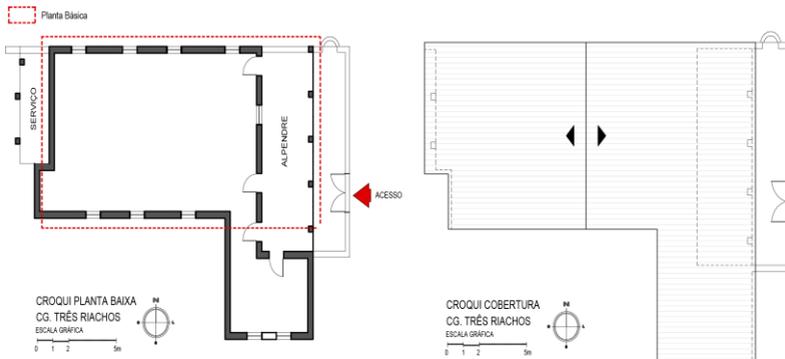
Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XX Uso Original: Residencial Integra conjunto	02
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Três Riachos	Térrea + Sótão + Paioi	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1800 Uso Original: Residencial Integra conjunto	09
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Vista Alegre	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



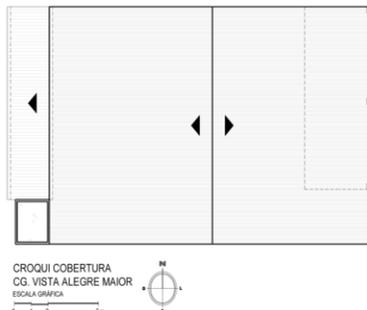
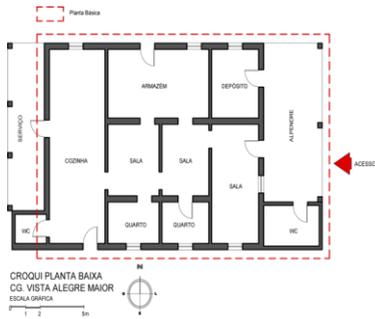
Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1800 Uso Original: Residencial Integra conjunto	01
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Vista Alegre Maior	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

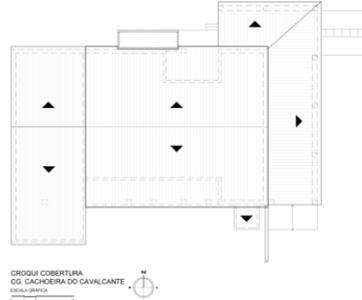
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

09

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Cachoeira do Cavalcante	Térrea	Retangular	Existe em "L"	Sem Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1850
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

04

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Encapinado	Térrea + Sótão + Paioi	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: Século XIX</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	09
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>DINIZ, Nathália Maria Montenegro. <i>Velhas fazendas da Ribeira do Seridó</i>. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Campinado de Baixo	Térrea	Retangular	Não existe	Sem Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

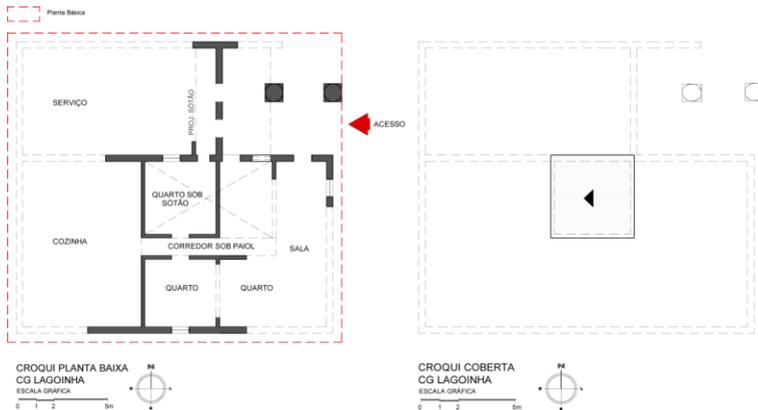
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

o8

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Lagoinha	Térrea + Sótão + Paioi	Retangular	Não foi possível determinar	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: por volta de 1800
 Uso Original: Residencial
 Atualmente não integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

NPD

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Logradouro do Enéias	Térrea + Paioi	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada 

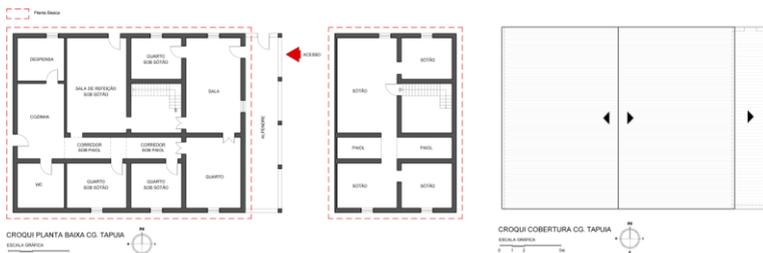
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: 1872 Uso Original: Residencial Integra conjunto</p> <p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	09

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Tapuia	Térrea + Sótão + Paiol	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

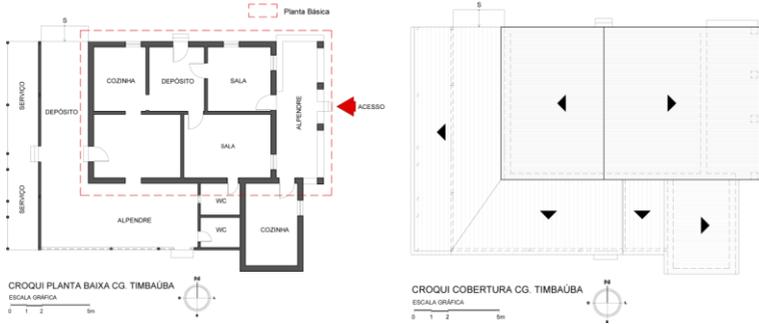
ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

09

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTURA
Timbaúba	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Toco	Térrea + Sótão + Paioi	Retangular	Não existe	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

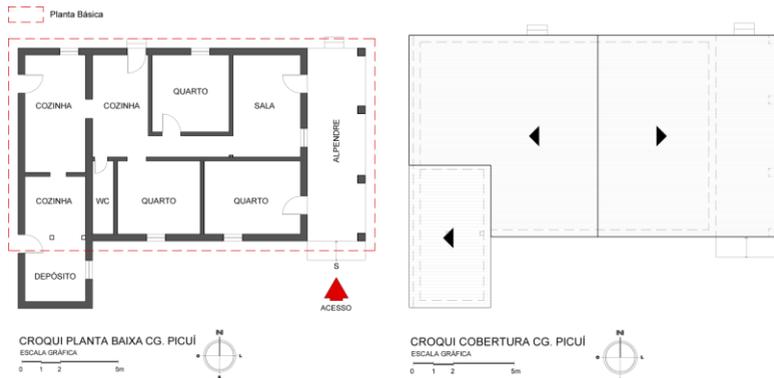
Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Picuí	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SÃO JOÃO DO SABUGI/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Jerusalém	Térrea + Sótão	Retangular	Existe em "L"	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: Início do século XIX</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	11
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SÃO JOÃO DO SABUGI/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Pedra e Cal	Térrea	Retangular	Existe em "U"	Sem Arrasto



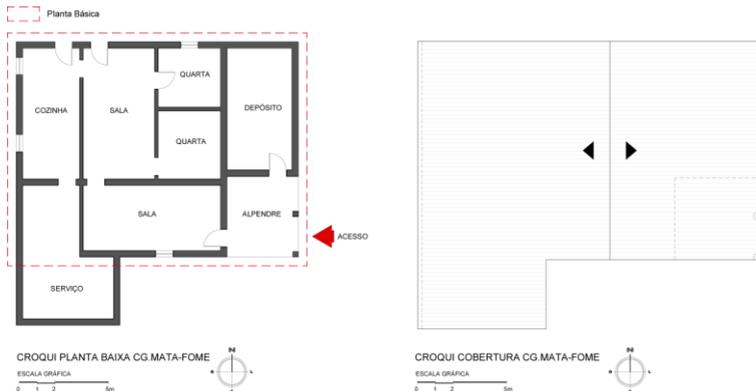
Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: Originária do XIX com modificações consideráveis durante o século XX.</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Íntegra conjunto</p>	07
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM SÃO JOÃO DO SABUGI/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Mata-fome	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Fins do século XIX, 1880
 Uso Original: Residencial
 Não integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Bela Vista	Térrea	Retangular	Não existe	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada 

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1850
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

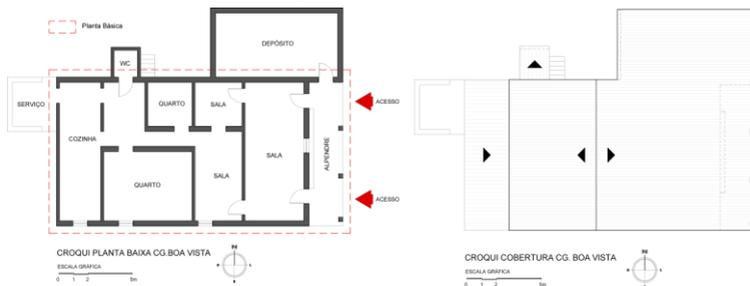
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

06

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Boa Vista	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



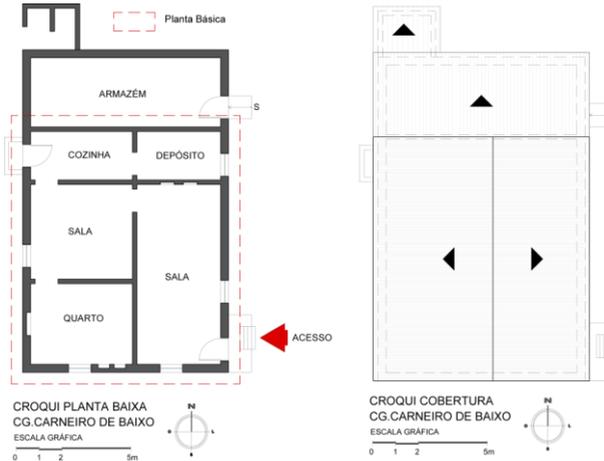
Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 18o4 Uso Original: Residencial Integra conjunto	01
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Carneiro	Térrea	Retangular	Não existe	Sem Arrasto



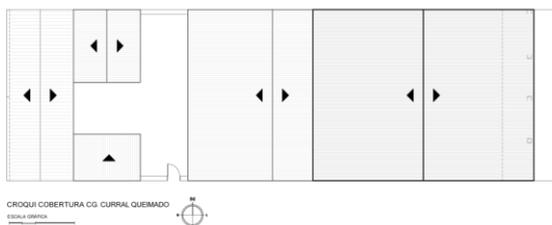
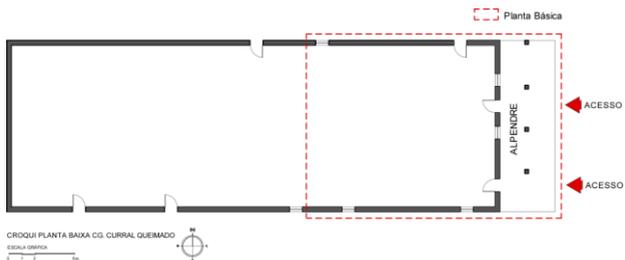
Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XIX Uso Original: Residencial Não integra conjunto	06
REFERÊNCIAS ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i> . Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010. MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i> . Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUVEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Curral Queimado	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada 

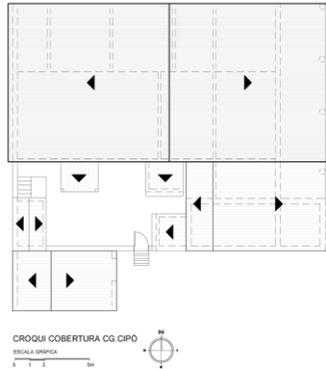
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: Século XIX</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	01
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Cipó	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1825
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

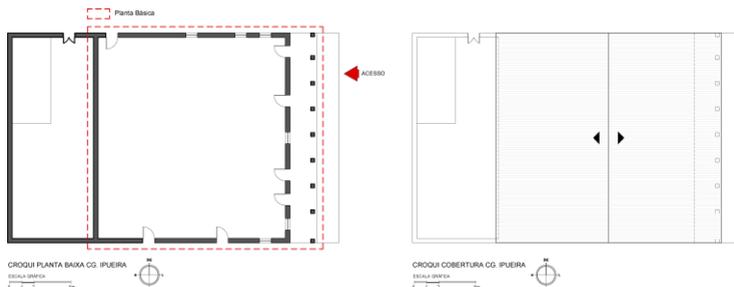
REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Ipueira	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

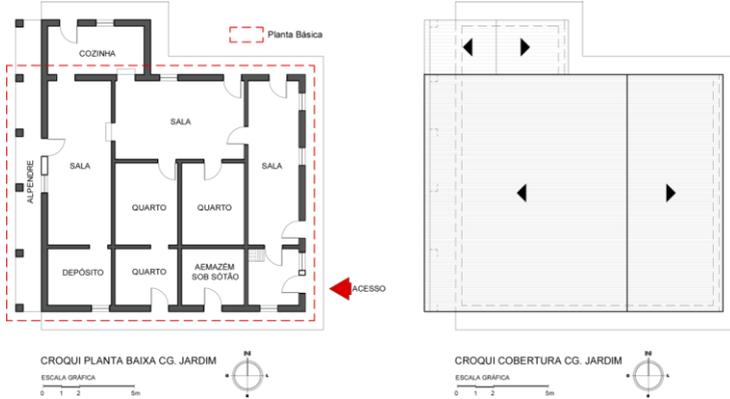
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
<p>Período: 1859</p> <p>Uso Original: Residencial</p> <p>Integra conjunto</p>	01
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. <i>Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó</i>. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.</p> <p>DINIZ, Nathália Maria Montenegro. <i>Velhas fazendas da Ribeira do Seridó</i>. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.</p> <p>MEDEIROS FILHO, Olavo de. <i>Velhos inventários do Seridó</i>. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.</p>	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Jardim	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Posterior	De Arrasto



Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Início do século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

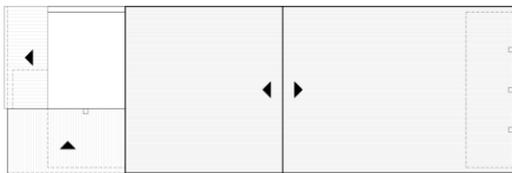
TIPO

10

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Santa Teresinha	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	De Arrasto



CROQUI PLANTA BAIXA CG. SANTA TERESINHA
ESCALA GRÁFICA 0 1 2 5m



CROQUI COBERTURA CG. SANTA TERESINHA
ESCALA GRÁFICA 0 1 2 5m

Referencial: Planta básica demarcada

IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1875
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó*. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/Superintendência RN, 2010.
 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

TIPO

01

Anexo

Anexo 1. Cronologia da seca no nordeste (1583 – 1909)

Cronologia da seca no Nordeste (1583 – 1909)		
Ano/Período	Ano/Período	Ano/Período
1583 - 1585 Primeiras notícias sobre seca, relatada pelo Padre Femã Cardim, que atravessou o sertão da Bahia em direção a Pernambuco. Relata que houve <i>uma grande seca e esterilidade na província e que 5 mil índios foram obrigados a fugir do sertão pela fome.</i>	1723-1727 Grande seca atinge o Nordeste fazendo dos engenhos verdadeiras ruínas. Irineu Pinto relata que os fiscais da Câmara pediram ao Rei que mandassem escravos, pois os da região haviam morrido de fome	1824-1825 Grande seca atinge a região. Os campos ficaram esterilizados.
		1833-1835 Grande seca atinge Pernambuco
		1844-1846 Seca de grande proporção provocou morte do gado. Um saco de farinha de mandioca era trocado por ouro ou prata.
1606 Seca atinge o Nordeste	1736-1737 Seca atinge o Nordeste	1736-1737 Uma das mais graves secas que atingiram todo o Nordeste. O Ceará, por exemplo, tinha na época uma população de 800 mil habitantes. Destes, 120 mil migraram para a Amazônia.
1652 Seca atinge o Nordeste	1744-1745 Seca provoca morte do gado e fome entre a população.	
1692-1693 Grande seca atinge o sertão. A peste assola a capitania de Pernambuco. Segundo o historiador Frei Vicente do Salvador, os indígenas, foragidos pelas serras, reuniram-se em numerosos grupos e avançaram sobre as fazendas das ribeiras.	1748-1751 Grande seca atinge a região	1888-1889 Grande seca atinge PE e PB
	1776-1778 Uma das mais agravantes secas. Coincidiu com um surto de varíola que se prolongaria até 1778. Quase todo o gado ficou perdido na caatinga.	1898-1900 Outra grande seca atinge somente o Estado de Pernambuco.
1709-1711 Grande seca atinge o Nordeste estendendo-se até a Capitania do Maranhão.	1790-1793 Grande seca atinge o Nordeste matando quase que todo o gado. Período intensificado pela seca, fome e doenças.	1908-1909 Seca atinge principalmente o sertão de Pernambuco. Em 1909 foi criada a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS).
1720-1721 Seca alarmante nas províncias do Ceará e Rio Grande do Norte.	1808-1809 Seca parcial atinge Pernambuco, na região do São Francisco	

Fonte: Pinho, José Ricardo Moreno (2016). *Açambarcadores e famélicos: Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*. Salvador: EDUNEB, 2016, p. 353.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org